

MESTRADO INTEGRADO

ARQUITETURA

Projetar no lote estreito portuense: Desafios da habitação plurifamiliar

Filipa Lage Henriques

M

2022



Projetar no lote estreito portuense: Desafios da habitação plurifamiliar



Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura
Apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto
Sob a orientação da Professora Doutora Clara Pimenta do Vale

Filipa Lage Henriques

2022

A presente dissertação foi escrita segundo o novo acordo ortográfico.

As citações serão mantidas na língua da obra consultada e, quando necessário, traduzidas pela autora em nota de rodapé.

Agradecimentos

À professora Clara Vale, enquanto professora e orientadora, pela total disponibilidade, atento cuidado e partilha de conhecimentos.

Aos arquitetos Francisco Vieira de Campos, Pedro Mosca, Pedro Gonçalves e Pedro Ferreira pela generosidade em receber-me e em ceder os documentos imprescindíveis para este trabalho.

Aos meus pais, pela inspiração, pela oportunidade e por serem o meu pilar. Por terem acreditado em mim desde o momento em que, aos oito anos, disse assertivamente que queria ser arquiteta.

À minha irmã, pela paciência e por estar sempre presente em todos os momentos e em todas as conquistas.

À avó Paula, pela presença, pela dedicação e pelo exemplo.

Ao Francisco, pelo carinho e pelo apoio incondicional, por descomplicar o que eu às vezes complico.

Ao Marleyzinho, que muitos ciúmes teve do meu computador e que muitas sextas dormiu aos meus pés.

A toda a minha família e amigos que fizeram parte deste percurso longo mas feliz.

E às minhas estrelinhas, espero que estejam orgulhosas.

Resumo

Perante uma malha urbana densamente construída, a edificação da cidade do Porto assume, desde a sua formação, uma escala doméstica, caracterizada pela prevalência das tipologias residenciais unifamiliares e o intenso parcelamento territorial em lotes estreitos e compridos.

Mas se a casa burguesa do Porto serviu outrora uma sociedade que já não existe, questionamos como podemos hoje intervir no lote típico portuense segundo as premissas da sociedade atual.

Focados no âmbito da habitação e da progressão dos programas residenciais, é objetivo central deste trabalho reconhecer os desafios do arquiteto ao projetar habitação plurifamiliar de raiz no seio da cidade do Porto e perceber de que maneira o legado arquitetónico portuense poderá ser valorizado nestas intervenções que pretendem colmatar vazios urbanos.

São selecionados três edifícios de habitação plurifamiliar construídos de raiz na cidade do Porto nos últimos anos, cujo estudo pretende trazer à discussão as dificuldades e as diferentes abordagens adotadas em parcelas precisas da cidade e que permitam sensibilizar para a importância da interpretação do arquiteto sobre o contexto.

O presente trabalho protagoniza a capacidade transformativa do lote portuense e a sua apropriação por uma sociedade em evolução.

Palavras-chave: Porto, Lote, Habitação, Burguesia, Plurifamiliar

Abstract

Given the high density of the urban area, the constant presence of the single-family house and the narrow plots have always characterized the domestic scale of Porto.

Although the bourgeois home had once served a specific society, that no longer exists, we must still question in what way can we work with Porto's typical plot to meet today's society needs.

Focusing on housing needs and progress of the residential programs, the main purpose of this study is to acknowledge architect's biggest challenges when planning new multi-family dwelling right in the heart of the city. We also aim to understand in which way Porto's architecture heritage can be valued and helpful in finding solutions to fill urban gaps.

Three recent multi-family residential projects in Porto were chosen to discuss the problems and distinct approaches when designing and building in this kind of plots and then understand the relevance of the architect's attention to the site and its context.

This study intends to demonstrate that the typical plot of Porto still has the capability and possibility of answering the needs of an evolving society.

Keywords: Porto, Plot, Housing, Bourgeoisie, Multi-family housing

Lista de siglas e acrónimos

AGCMP	Arquivo Geral da Câmara Municipal do Porto
AHMP	Arquivo Histórico Municipal do Porto
CMP	Câmara Municipal do Porto
FAUP	Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto
FLUP	Faculdade de Letras da Universidade do Porto
GAMT	Guia Acessibilidade e Mobilidade para Todos
RGEU	Regulamento Geral das Edificações Urbanas
SRU	Sociedade de Reabilitação Urbana
MÉM	Menos é Mais, Arquitetos
PMPG	Pedro Mosca & Pedro Gonçalves, Arquitetos
PFAS	Pedro Ferreira Architecture Studio

Sumário

INTRODUÇÃO

Motivação, Objeto, Objetivos, Metodologia, Estrutura	1
--	---

CAPÍTULO 1 | O Lote Portuense

1.1 Da fundação castreja à cidade medieval	8
1.2 O Plano dos Almas	16
1.3 O Plano dos Aliados	22
1.4 O Plano de Almeida Garrett	26
1.5 O Plano de Auzelle	28

CAPÍTULO 2 | A Casa Portuense

2.1 Os burgueses no Porto	32
2.2 Modelos da casa burguesa	36
2.3 Do unifamiliar ao plurifamiliar	46

CAPÍTULO 3 | Habitar o Lote Estreito

3.1 Condições contemporâneas	56
3.2 O habitar contemporâneo	64
3.3 Novo e memória	72
3.4 Ocupar o lote estreito	78

CAPÍTULO 4 | Projetar no Lote Estreito

4.1 Edifício na rua de Miragaia, Menos é Mais Arquitetos	88
4.2 Edifício na rua do Bonjardim, PF Architecture Studio	104
4.3 Edifício na rua Nossa Sra. de Fátima, PMPG Arquitetos	120

CAPÍTULO 5 | Reflexões finais

141

Referências bibliográficas

145

Índice e créditos das imagens

149

Anexos

152

INTRODUÇÃO | Motivação, Objeto, Objetivos, Metodologia, Estrutura

Motivação

Enquanto habitante da cidade do Porto e estudante de arquitetura, sensibiliza-me a herança histórica e arquitetónica que habita a cidade e que tanto contribui para a cultura portuense. Interessa-me compreender o que está à minha volta e o longo processo de transformação do que permanece até aos dias de hoje, assim como aquilo que outrora existia. Intrigam-me as formas, os hábitos, os desenhos das cidades onde habito e por onde passo. Acredito que uma herança rica é aquela que nos educa e nos inspira, e a herança arquitetónica da cidade do Porto está à frente dos nossos olhos todos os dias.

A cidade do Porto oferece-nos um exemplo precioso de transformação e expansão do antigo centro a partir da evolução das suas formas urbanas, razão pela qual hoje passeamos por ruas ritmadas pela composição consecutiva das fachadas que se colam à rua, observamos a continuidade e as descontinuidades dos altos vãos que se abrem nas paredes de azulejo que revestem a cidade.

Falamos de uma urbanidade marcada pela persistência do modelo da casa burguesa do Porto que desde o núcleo medieval definiu o lote estreito como forma eficaz de parcelamento do território em expansão.

Neste sentido, numa cidade com uma paisagem assumidamente doméstica, a casa burguesa portuense foi-se adaptando tanto a novas proporções, a novos arruamentos, como procurou acompanhar as premissas de uma sociedade em transformação. No entanto, as dimensões contidas do lote rapidamente começaram a denunciar algumas limitações face às novas formas de habitar e a novas técnicas de construir. É, portanto, neste sentido que se dirige o tema central desta dissertação: como pode o lote estreito e comprido do Porto responder às necessidades habitacionais de uma sociedade em evolução?

Objeto e objetivos

O objeto de estudo proposto para esta dissertação é o lote típico do Porto que pretende servir a sociedade atual. O lote estreito e comprido está intrinsecamente presente na imagem da cidade e, por isso, esta foi-se desenvolvendo dentro desse desenho urbano à medida que os novos modelos habitacionais traduziam as necessidades dos seus habitantes. Traçados geométricos

regulares que foram pensados inicialmente para albergar habitações unifamiliares e cuja ocupação ao longo dos tempos se foi adensando numa tentativa de responder a constantes aumentos populacionais.

Hoje, a paisagem urbana da cidade do Porto é exaustivamente marcada por descontinuidades e desproporções, pelo parcelamento do solo onde se erguem ora habitações unifamiliares de pouca altura, ora estreitos e altos prédios. Criam-se empenas cegas que esperam um dia vir a ser acompanhadas pelo edifício vizinho, tornando-se inevitável que a construção nova seja limitada pelas condicionantes históricas e físicas onde será erguida.

Deste modo, o desafio vigente em projetar na cidade do Porto é o grande foco deste estudo, que pretende analisar até que ponto as dimensões do lote medieval e oitocentista condicionam o desenho de um edifício que procura responder às necessidades habitacionais do século XXI, numa altura em que os edifícios de habitação plurifamiliar e os regimes de propriedade horizontal procuram dar resposta aos residentes da cidade.

Assim, vemos nos lotes vazios oportunidades de intervenção que permitirão agir sobre uma cidade densamente compactada, segundo as premissas da sociedade que quer (re)habitar a cidade.

Procuramos, portanto, compreender como a construção de habitação plurifamiliar de raiz poderá ultrapassar as condicionantes físicas do lote, como a dimensão estreita do alçado face à profundidade do terreno, e da possibilidade, normalmente, da existência de apenas duas frentes. Como poderá ser realizado o acesso vertical de maneira a poder tirar o melhor partido da distribuição dos espaços e do programa interior, sem sacrificar a qualidade das suas dimensões e funções. Com que problemas se depara o arquiteto quando trabalha no Porto; como os contorna ou aproveita. Como se pode projetar num terreno do Porto tão contido nas dimensões, apertado pelas empenas das construções vizinhas e, ao mesmo tempo, com respeito pelo meio envolvente e histórico. Como pode a habitação plurifamiliar acomodar-se a estas condicionantes; deverá inspirar-se na distribuição espacial da casa burguesa ou distanciar-se dela?

É com estas e mais outras questões que irão, naturalmente, surgir ao longo deste estudo que se pretende trabalhar de modo a tornar mais claro de que modo é possível intervir numa malha antiga com um programa habitacional contemporâneo e consequentemente responder com uma arquitetura coesa, adaptada e que valorize a cultura e a herança da cidade, na procura de abordagens que aliem a cultura com os programas atuais e que harmonizem *“a relação do antigo e do novo para projetar uma nova urbanidade”* (Mendes, 1999, p. 68)

Metodologia

Primeiramente, acreditamos que um método de análise de literatura é imprescindível para construir um contexto histórico que permita aferir as condições em que o parcelamento do território portuense se implantou e expandiu. Acompanhado da interpretação das diferentes matrizes habitacionais que testemunham, até hoje, a transformação tanto da cidade, como da sociedade, e como o desenvolvimento da cidade preservou a memória do lote medieval.

Por outro lado, com o objetivo de testar o potencial de flexibilidade do lote portuense perante as premissas habitacionais atuais, intencionamos principalmente um método de estudo de caso, no qual serão selecionadas algumas obras tendo por base alguns critérios previamente estabelecidos que façam reduzir a amostra em toda a cidade do Porto a alguns exemplos específicos e preponderantes na paisagem urbana desta cidade e cuja envolvente e intervenção levistem as questões que pretendemos tratar. Serão esses projetos que pretendemos destacar neste estudo, a fim de agrupar e caracterizar as diferentes abordagens do desenho arquitetónico que visam responder a uma carência concreta na cidade do século XXI.

Neste sentido, tornamos igualmente necessário estabelecer uma janela temporal que permita garantir a proximidade dos programas estabelecidos e das técnicas construtivas com o tempo presente deste estudo, de maneira a melhor se aproximarem das exigências e dificuldades de projeto atuais. Portanto, acreditamos que intervenções realizadas nos últimos dez anos corresponderão, genericamente, às imposições da sociedade contemporânea e, assim, assinalar-se-ão contrastes entre as premissas do habitar contemporâneo com o habitar dos séculos anteriores traduzidas no legado arquitetónico. Além disso, a escolha de trabalhos deste período recente permite nomeadamente a possibilidade em contactar com os seus autores, com o intuito de tornar oportuno o seu testemunho na identificação dos desafios que envolvem o ato de projetar no lote portuense.

A partir da recolha de diversos e distintos casos de estudo, pretendemos debater uma amostra finita de soluções que permitirão trazer para a discussão diferentes abordagens que os arquitetos

contemporâneos têm vindo a desenvolver, com a visão de que este estudo possa expor os problemas preponderantes e orientar soluções e abordagens para trabalhos futuros.

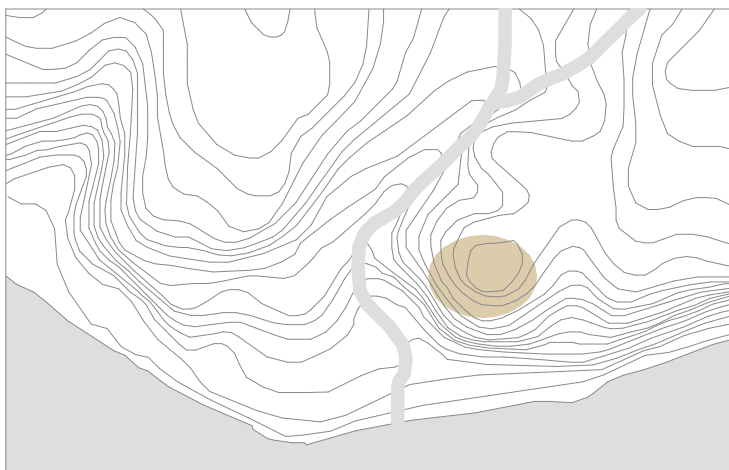
Estrutura

Na primeira parte do trabalho, os capítulos 1 e 2 serão dedicados ao enquadramento histórico, onde pretendemos compreender a origem e desenvolvimento do desenho urbano da cidade do Porto, mais propriamente a implantação do desenho do lote estreito, em paralelo com a transformação das premissas habitacionais que se foram traduzindo nos diferentes modelos da casa burguesa que caracterizam a cidade.

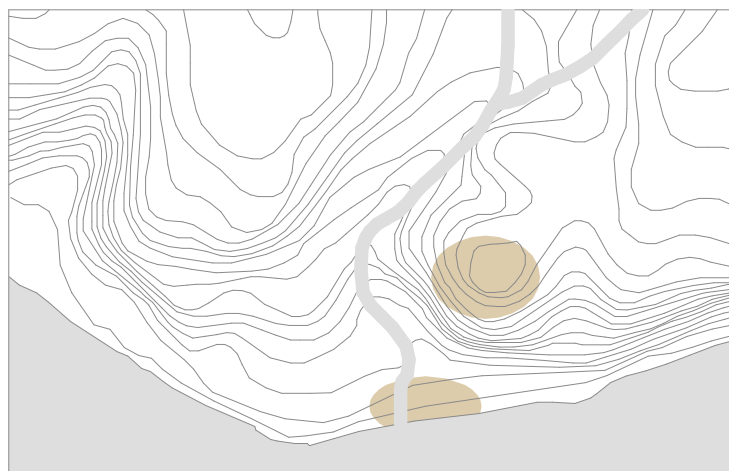
No terceiro capítulo enunciaremos as questões e os problemas que expõem a pertinência deste trabalho e que contextualizarão a linha condutora da análise dos projetos selecionados. Com foco na unidade parcelar do lote portuense, levantaremos as premissas habitacionais da sociedade atual e os desafios que elas significam aquando da intervenção nestas unidades e, consequentemente, apresentaremos os métodos e critérios que estarão na base da procura pelos casos de estudo.

No último ponto iremos apresentar um estudo intensivo dos casos concretos, procurando sintetizar as diferentes abordagens que cada um ilustra, acompanhado pela descrição das condicionantes prévias à construção e os desafios encarados pelo arquiteto.

CAPÍTULO 1 | O Lote Portuense



1. Povoação Castreja



2. Ocupação Romana

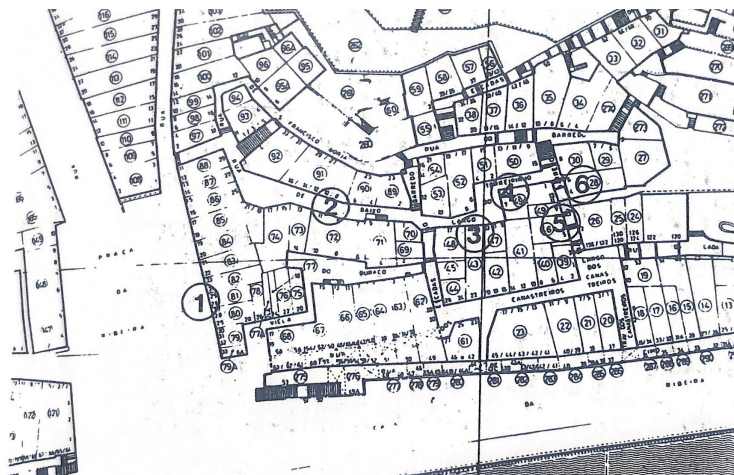
1.1 Da fundação castreja à cidade medieval

As características geográficas e topográficas do terreno da margem norte do rio Douro permitiram, entre os anos 800 a 500 a.C., a fixação do primeiro povoamento portuense. O morro da Sé ou morro da Pena Ventosa reunia as condições necessárias para a criação de um aglomerado castrejo como ponto estratégico de defesa no território, pela sua posição a uma cota elevada, acompanhada pelas pendentes acidentadas, bem como a facilidade da acessibilidade pela proximidade ao rio Douro e ao mar Atlântico. Também o rio de Vila que passava a poente desta povoação facilitava os acessos para norte e garantia a fertilidade dos solos que possibilitava a subsistência pela atividade agrícola. Estas características naturais do morro encorajaram a formação do primeiro aglomerado fortificado do território portuense, núcleo que viria a ser o ponto de partida do crescimento da cidade (fig. 1). (Nonell & Tavares, 1994)

Neste primitivo castro amuralhado, que posteriormente cresceu para citânia ou cidade, esboçaram-se as primeiras ideias de cidade, um recinto definido e limitado, de dimensões concisas e cuja localização e características do solo eram premissas cruciais para a sua fixação. Os primeiros abrigos eram igualmente bem definidos num desenho em planta circular ou oval materializados por material rochoso e cobertos por elementos mais leves. No entanto, no seu interior assumia-se um espaço de reunião familiar, onde não havia especialização das funções, apenas a definição do espaço da fogueira. (Araújo, 2015)

É durante a ocupação romana, a partir do século II a. C., que se afirma o potencial comercial da região, com a instalação de um novo aglomerado na parte baixa do território (fig. 2), junto ao rio Douro, no sentido de incentivar e controlar as rotas marítimas e fluviais. Os fluxos comerciais serão, primeiramente, potenciados pelas condições naturais do território, com o leito do rio Douro que nascia no coração da Península Ibérica e seu afluente o rio de Vila cujo cruzamento desenhava um pequeno vale propício para desembarque e, não menos importante, a proximidade às rotas atlânticas. Com o mesmo intuito, as trocas comerciais também beneficiaram com a abertura de vias de ligação de grande extensão, como uma importante ligação a sul que conectava a Olissipo, Scalabis Conimbriga, Aeminium, Aveiro, Douro e Bracara Augusta. (Ferrão, 1997, p. 130)

O domínio romano na região portuense constituiu, de facto, pertinentes marcos na realização de uma malha urbana pensada e estruturada, onde se começou a estabelecer a ideia de rua e quarteirão a partir da construção de arruamentos perpendiculares (fig. 3). (Araújo, 2015)



3. Parcelamento regular no polo ribeirinho



4. Estrutura urbana da cidade (1234- 1316)



5. Principais vias extra-muros, séc. XII

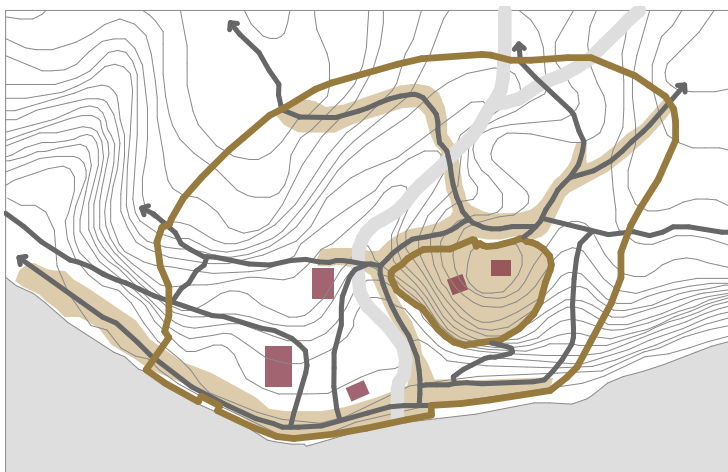
Entretanto, é durante a tomada galaico-romana que, no século V, os dois núcleos de ocupação humana são consolidados, constituindo, como afirma Bernardo Ferrão (1997), *“dois pólos de desenvolvimento urbano, no Portucale setentrional, localizados respectivamente no morro da Pena Ventosa, e no seu sopé, junto ao rio Douro”*, ao qual Leite de Vasconcelos interpreta o primeiro como uma *“acrópole militar”*¹. Observa-se, então, uma estrutura urbana bipolar apresentando-se o primeiro núcleo bem delimitado pela muralha, com caráter administrativo e religioso, acrópole militar e sede episcopal, marcada por uma ermida no sítio da atual Sé do Porto, e o segundo junto ao rio e sem fortificação era o centro portuário e comercial.

No século XII, a cidade do Porto assume crescente importância nas rotas comerciais, adensando-se, consequentemente, a população e a edificação. Destaca-se a atribuição do foral de 1123 por D. Teresa, no qual o senhorio do Couto fora entregue ao bispo D. Hugo que edificou a Sé e o Paço do Bispo e procedeu à reconstrução da muralha. Considerado, no século XIV, o mais relevante porto da região norte (Teixeira, 2010, p. 60) acessível por uma rede viária de grande extensão na qual se destacam cinco braços: em direção a Braga, Guimarães, Penafiel, Gondomar e Lordelo do Ouro (fig. 5).

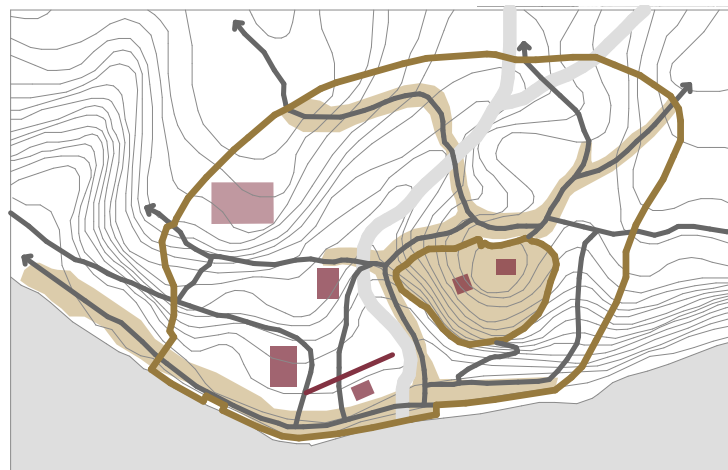
O aumento abrupto da população que se instalava no burgo medieval rapidamente justificou a expansão da malha extra-muros e, consecutivamente, o planeamento de uma nova muralha. A nova e mais extensa fortificação, contruída durante os reinados de D. Afonso IV e D. Fernando, garantia também a proteção contra as investidas do povo castelhano durante este período e ficou batizada por muralha Fernandina no ano 1376² (fig. 6). O novo limite urbano está então definido essencialmente em três núcleos: a Sé, a Ribeira e o Morro do Olival, onde se instituiu a Judiaria do Olival, como forma de povoar as áreas mais alargadas da cidade, a partir da alocação do grupo judeu numa zona mais afastada do centro religioso (Araújo, 2015).

1 *“Em crónica contemporânea, da autoria do bispo flaviense Idácio, morto em 472, onde se refere pela primeira vez o topónimo Portucale, não só se confirma numa das suas mais plausíveis interpretações, da responsabilidade de Leite de Vasconcelos, a existência daquela acrópole militar, como também se abrem novas perspectivas à formação da futura cidade; nesta leitura do velho texto afirma-se que «...Portucale era uma povoação (locus) fortificada (castro) com o seu porto no estuário do rio (Portus)»”, em Ferrão, B. J. (1997). Projeto e Transformação Urbana do Porto na Época dos Almadas, 1758/1813: Uma contribuição para o estudo da cidade pombalina (2 ed.). Porto: FAUP Publicações. p. 131*

2 *“foi D. Afonso IV o verdadeiro autor do amuralhamento trecentista do porto; e não tanto D. Fernando, de quem a obra séculos fora traz o nome, por «muralha fernandina» sendo conhecida. Realmente, o autor primeiro e decisivo foi O Bravo, o qual mais que ninguém encarou o empreendimento com decisão e dispôs-se a concluí-lo depressa. Só que faleceu sem dar tempo. Em 28 de Maio de 1357, menos de dois anos após o início dos trabalhos” em Ramos, L. O. (1994). História do Porto. Porto: Porto Editora. p. 138*



6. Muralha Fernandina (1355- 1386)



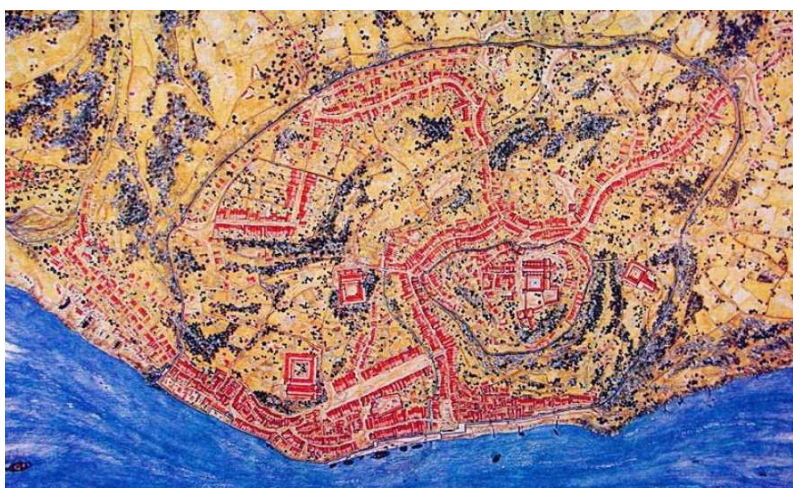
7. Rua Nova e Judiaria do Olival (1386- 1406)

O polo ribeirinho, agora em parte já inscrito e protegido pela nova muralha, aumenta em importância e dimensão à medida que a atividade comercial se intensifica e se alarga à escala europeia. Os fluxos mercantis ampliam-se às regiões de Espanha, França, Inglaterra, Irlanda e Flandres, o que contribuirá para um maior contacto e migração de grandes comerciantes internacionais que se vão começando a instalar no Porto. O crescente movimento e interesse pela zona baixa da cidade irá, naturalmente, acentuar a sua transformação, numa perspetiva de ligação a Miragaia. Com o intuito de promover o prolongamento da ocupação ribeirinha, é aberta em 1395 a rua Nova, atual rua do Infante, que viabiliza a fusão destas novas áreas marginais aos traçados urbanos já existentes (fig. 7). A Rua Nova, assumir-se-á não só como eixo de agregação e impulsionador da área de expansão de frente de rio, como o seu planeamento terá sido um dos primeiros momentos em que se tomou realmente atenção ao traçado ordenado dos arruamentos e consequente desenho de fachada e caracterização tipológica das habitações. É já possível afirmar que a *“habitação de frente estreita e reduzido número de aberturas, seria constituída por um nível térreo de tosco granito sobre o qual se situavam quando muito, uma sobreloja, ou mais raramente dois níveis construídos em tabuado (...) constituiriam por certo ainda tipologia arquitectónica e construtiva inovadora, de aplicação excepcional relativamente à generalidade da área urbana”* (Ferrão, 1997, pp. 143).

Segundo Bernardo Ferrão (1997), no final do século XV, o Porto era assumidamente *“o maior aglomerado do país após Lisboa”*, porém, no século seguinte, a diminuição populacional quebrou a tendência crescente verificada nas épocas anteriores. De facto, a expulsão dos judeus e consequente término da Judiaria do Olival, aliada aos surtos de peste e fome despoletados pelas fracas condições de higiene da cidade enfraqueceram tanto o aumento demográfico como o económico. Por outro lado, apesar da quebra demográfica, este período foi aproveitado essencialmente para o planeamento da consolidação da cidade, ao contrário dos planos de expansão até aí revelados.

Abriram-se novos eixos cuja ampla largura assegurava melhor ventilação entre as construções e, por isso, maior higiene. Destes novos eixos, destacamos as ruas das Flores e de São João que, ao contrário das ruas estreitas do centro da cidade, não só representavam a procura por uma cidade mais saudável, como abriam novas e amplas ligações norte-sul, tão necessárias para melhorar a acessibilidade comercial.

Apesar das consequências demográficas causadas pelas doenças do início do século XVI, a chegada de pessoas vindas do interior conseguiu equilibrar a população residente do Porto, de



8. Planta Porto medieval



9. Gravura Porto 1736- muralha fernandina

tal maneira que a oferta de habitações no interior da muralha começou a revelar-se escassa. Isto levou à construção de acrescentos e parcelamentos das unidades habitacionais, com o crescimento em altura e em profundidade, com a edificação tanto de pisos superiores como de corpos anexos quer na frente como nas traseiras das casas. Esta situação não só representava soluções sem planeamento nem projeto, como eram estruturas efémeras devido à precariedade das decisões construtivas, geralmente pela adoção de abobes e madeiras baratas e com fraca resistência. (Araújo, 2015)

No final do século XVI, marcado por grande instabilidade no território português pela perda da independência para Espanha, revelou-se na verdade uma época de relevante importância para o melhoramento das condições de vida da população. O reinado filipino conseguiu consolidar o poder civil e aumentar a riqueza nacional a partir de reformas administrativas que concediam grande valor à região fértil do Douro e Minho e que visava o crescimento da produção agrícola e a distinção das qualidades vinícolas.

Após a Restauração, a produção vinícola é já, de facto, o maior contributo para o desenvolvimento da região norte, na medida em que o comércio de vinhos implicou a imposição de taxas alfandegárias promovidas pelo aumento exponencial das trocas comerciais e do movimento que cada vez mais caracterizava o Porto. A migração para o Porto de vários comerciantes, principalmente ingleses, e de trabalhadores do interior proporcionou um significativo aumento demográfico que densificou o território intra-muros de tal forma que se começam a verificar indícios de ocupação fora da muralha Fernandina, segundo um plano de desenvolvimento radial da cidade iniciado durante a ocupação filipina. Procurava-se uma expansão da cidade progressiva a partir da edificação de novos edifícios religiosos fora das muralhas, à volta dos quais viriam a criar-se novos polos de urbanização (Ferrão, 1997). Estes novos traçados urbanos tendem a seguir a estrutura compositiva da casa burguesa, sendo *“neste contexto que se consolida a tipologia da habitação burguesa ou mesteiral”* (Teixeira, 2004, p. 15).



10. Projeto de alçado de conjunto rua de São João

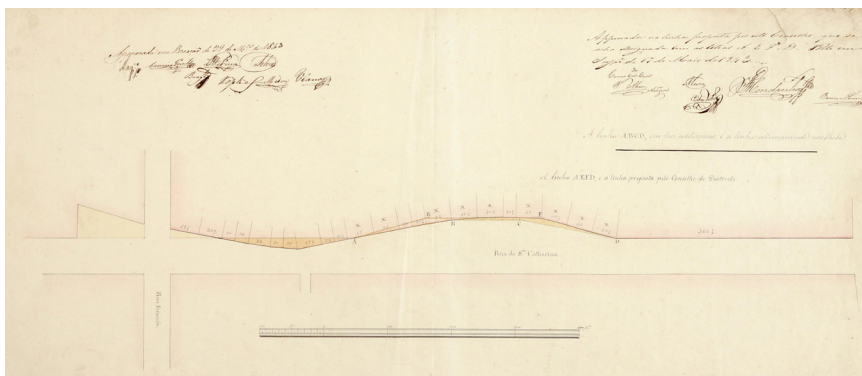
1.2 O Plano dos Almadas

Nos finais do século XVII, vivia-se no Porto uma época promissora de progresso e riqueza, prometida pela valorização da produção agrícola e vinícola da região do Douro que proporcionava uma atividade comercial cada vez mais dinâmica e global entre os portos do Douro e do resto do mundo. A preferência de muitos comerciantes internacionais pela matéria-prima do Douro, sobretudo ingleses, acelerou não só um maior fluxo de produção e trocas comerciais, como disparou a ocupação da cidade. Se, por um lado, já havia sinais antecedentes da sobrepopulação da cidade, este período de riqueza permitia, finalmente, planejar e investir num verdadeiro plano para a extensão do tecido urbano portuense que fosse capaz de responder a tão elevada procura (Ferrão, 1997).

Numa primeira etapa assiste-se à construção de vários edifícios públicos, na sua maioria projetados pelo arquiteto italiano Nicolau Nasoni que, a partir de 1725, ainda sem um plano geral estruturado, procurou consolidar a imagem da arquitetura da cidade a partir da *“qualificação de espaços pré-existentes ou em curso de execução, quer para o condicionamento futuro de novos traçados a efetuar na segunda metade do século XVIII”* (Ferrão, 1997, p. 157). Entre estes edifícios, o Paço Episcopal e a Torre dos Clérigos representam, ainda hoje, os mais significativos testemunhos barrocos da cidade.

Inspirados nos planos Pombalinos da reconstrução da baixa de Lisboa, após o terramoto de 1755, e perante a necessidade cada vez mais relevante de definição de uma estratégia para a expansão da cidade do Porto, foi criada, em 1763, a Junta das Obras Públicas, que tinha como premissa não só o planeamento e gestão de novas intervenções no espaço urbano como a missão de retificar e melhorar as consequências do crescimento demográfico e urbano desordenados. Liderado por João de Almada e Melo, um conjunto de engenheiros militares estudavam *“as normas de enquadramento da urbanização nascentes, obtidas quer pela elaboração de planos setoriais e de ordenamentos conjuntos de fachadas, quer à custa do controle e coordenação dos projetos de particulares”* (Ferrão, 1997, p. 189) com o objetivo de fazer nascer e cumprir a imagem ponderada de uma nova cidade organizada e coesa.

Trata-se do primeiro plano de grande escala que previa a evolução do tecido urbano com diretrizes cuidadosamente definidas e que abrangia desde intervenções de extensos rasgamentos de quarteirões até ao plano de pormenor de cada fachada. Exigência que Nonell (2002, p. 95)



11. Alinhamento da rua de Santa Catarina



12. Planta Redonda do Porto 1813- George Balck

reconhece como característica da época iluminista e absolutista que prioriza a *“racionalidade”* e *“total coerência nas intervenções que, de um modo ou outro, afetam o espaço urbano e que não se compadece com soluções de compromisso”*.

Encarava-se a necessidade e a urgência em elevar a cidade do Porto à relevância das maiores cidades europeias com quem constituía importantes rotas comerciais, procurando representar um modelo de uma cidade moderna que acompanhasse a riqueza ali gerada. A Junta das Obras Públicas procurava, por isso, uma regularização do traçado orgânico que se fora esboçando ao longo dos séculos dentro da muralha, a partir de um desenho prévio que visava conduzir a transformação da cidade. (Nonell, 2002)

Era essencial garantir a salubridade da cidade, a partir da limpeza das ruas, da eliminação de lixos e da abertura de novas artérias mais largas onde fosse possível a circulação do ar e que facilitassem a comunicação entre mais pontos da cidade.

O Plano de Melhoramentos da cidade que determinava a abertura de novas ruas e a criação de novas praças teve um grande contributo para a consolidação do modelo da casa burguesa, no sentido em que a nova estrutura urbana viria a obedecer a um sistema modular regular cujas dimensões do lote e composição da fachada se multiplicavam por repetição.

Em 1808, assistiu-se à demolição da muralha Fernandina, já em parte destruída, o que significou a possibilidade de expansão no território devido a uma maior disponibilidade de solos fora da muralha e a preços mais acessíveis para as classes com menos rendimentos. Desta forma, procurava-se contrariar a tendência que crescia no centro histórico que, por falta de terrenos, as casas, inicialmente unifamiliares, passaram a ser subdividas e ocupadas por várias famílias. Tais condições que se traduziam em unidades de habitação mínima, pela subdivisão das áreas, e muitas vezes a adição de novos pisos erguidos em condições muito precárias e sem higiene (Fernandes, 1999). Neste sentido, as novas áreas extra-muros permitiram a organização dos solos segundo um parcelamento regular que definia a largura dos lotes entre os cinco e seis metros e comprimentos extensos, com o objetivo de responder a uma ocupação do espaço eficiente, apostando na habitação em altura e poupando na área do solo (Ferreira & Rocha, 2013).

A Planta Redonda do Porto (fig. 12), apresentada por George Balck em 1813, terá sido o mais antigo levantamento desenhado da cidade do Porto que chegou até aos dias de hoje e que ilustra com clareza o contraste que se verificava entre o tecido medieval e os novos rasgamentos almadinos. Tratando-se de uma planta elaborada para fins militares aquando das invasões



13. Planta da cidade do Porto 1844, Perry Vidal

napoleónicas, este registo salienta, ainda, dados importantes sobre a edificação da cidade como os edifícios públicos, igrejas, conventos, ruas, travessas e praças, com destaque às ruas do Almada e de Cedofeita que configuravam extrema importância nas ligações da parte alta da cidade ao centro. (Mandroux-França, 1984)

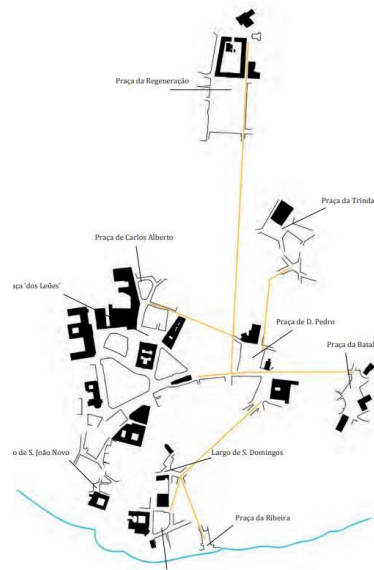
No entanto, os planos de João de Almada e do seu filho e sucessor Francisco de Almada e Mendonça enfrentavam difíceis opositores porque nem tudo dependia do plano. Apesar de a Junta das Obras Públicas impor as diretrizes rigorosas de reestruturação urbana e construção de edificado, o processo demorado de edificação punha em causa o total cumprimento dos acordos, bem como a vontade de cada proprietário, o que mostra que, *“em matéria de gosto, como em todos os outros aspectos da gestão urbanística, a afirmação da autoridade da Junta ou Senado encontra rapidamente o seu limite na capacidade de iniciativa dos intervenientes”* (Nonell, 2002, p. 281). Ferreira-Alves vai mais longe, afirmando que *“dos programas arquitectónicos poucos foram respeitados, optando-se por soluções mais simples e de menor qualidade estética, e os que foram realizados segundo o projeto elaborado, cedo seriam desvirtuados com acrescentos”* (Ferreira-Alves, 2008, p. 191), resumindo que *“a utopia muitas vezes sobrepôs-se à realidade”* (Ferreira-Alves, 1988, p. 307).

Na verdade, o sonho em transformar o Porto numa cidade moderna *“neoclássica, ordenada e unificada”*³ (Mandroux-França, 1984) não foi totalmente cumprido, pela descrença sucessiva nos ideais almadinos. No entanto, os seus traçados parcelares testemunharam a introdução do desenho do tecido urbano em retícula, que fez com que o crescimento da cidade oitocentista se baseasse essencialmente na medida do lote. Mendes (1999, p. 65) explica que a consolidação da cidade no século XIX se alicerçou na *“prioridade da parcela”* ao invés do desenho do espaço público, contruindo-se *“unidades de medida na paisagem urbana”* onde se erguiam construções estreitas unifamiliares que constituíram a paisagem de carácter doméstico da cidade do Porto.

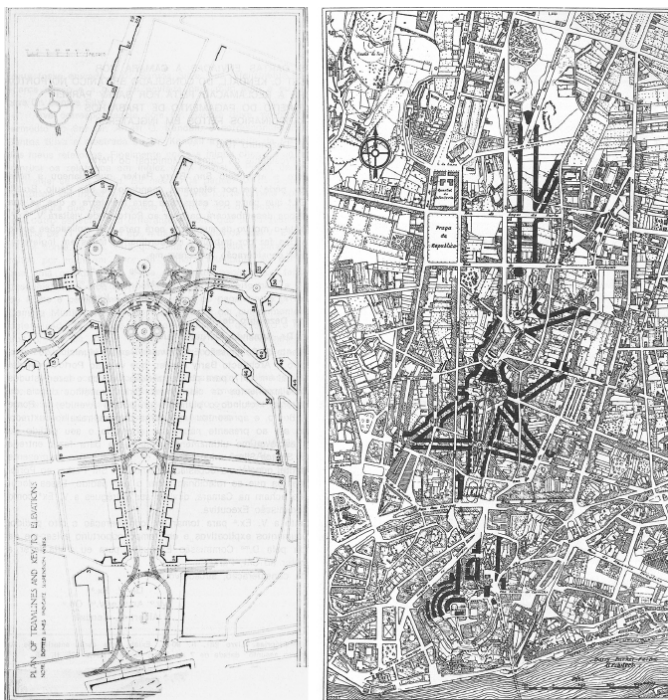
3 *“Nesta época, quando a imagem da cidade intra-muros se impunha ainda nos projectos, teve de se conceber a Praça da Ribeira à escala da cidade medieval em que se inseria. De então para cá, a monumentalidade “iluminista” de João de Almada e John Whitehead caiu no esquecimento, na incompreensão. Os projetos não foram mais respeitados e as realizações seriam transformadas ou destruídas, o que torna tão difícil a sua leitura. O Porto tinha perdido uma cidade medieval sem conseguir concretizar, a não ser parcialmente, o sonho de uma cidade neoclássica ordenada e unificada”* Mandroux-França, M.-T. (1984). *Quatro Fases da Urbanização do Porto no século XVIII*. Porto: Câmara Municipal do Porto. p. 17



14. Praça D. Pedro IV, 1900



15. Esquema de praças e ligações



16. Traçados gerais da abertura da Avenida dos Aliados - Barry Parker

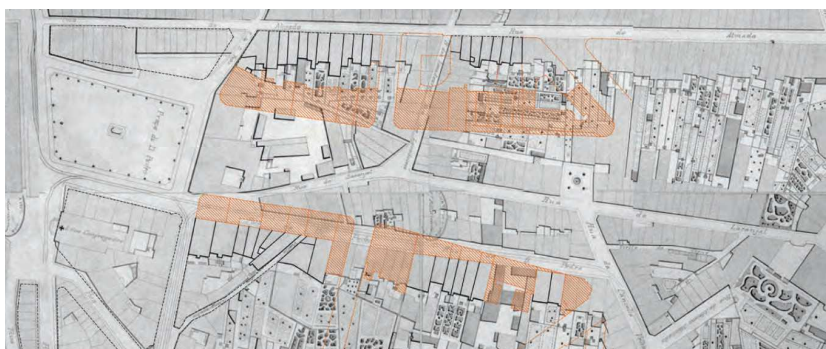
1.3 O Plano dos Aliados

Desde as primeiras décadas do século XIX, o centro administrativo da cidade do Porto ocupava a praça de D. Pedro IV (fig. 14). A praça de geometria regular homenageava o rei com o mesmo nome, implantando-se uma estátua do mesmo ao centro. Este núcleo político e urbano representava, no final do século, o centro de um esquema de praças que integravam o desenho do tecido da cidade entre as praças de Santo Ovídio, da Trindade, da Batalha, da Ribeira, do Infante, de São Domingos, dos Leões e de Carlos Alberto (fig. 15).

Apesar do desenho e das atividades consolidadas em torno da praça, a abertura do eixo sul da ponte de D. Luís, a construção da importante estação ferroviária de S. Bento aliada ao desenvolvimento dos transportes e a crescente afirmação da insuficiência do Paço do Concelho para responder às obrigações administrativas municipais confirmavam a necessidade de um espaço central de maior escala. Então, à semelhança da Avenida da Liberdade em Lisboa e do Champs Élysées em Paris, começou assim a nascer, na cidade do Porto, o desejo pela abertura de uma grande avenida que dignificaria um novo e mais higiénico centro cívico e onde se afirmaria a monumentalidade da capital do norte. (Figueiredo et al., 2013)

Barry Parker, arquiteto inglês, propôs em 1915 a abertura de uma avenida cujo eixo de simetria se traçava desde a estátua de D. Pedro até ao ponto central da igreja da Trindade a norte e cuja largura ia aumentando de sul para norte, procurando manter a identidade mais contida da praça primitiva. Parker rasga o tecido urbano antigo procurando reorganizar os acessos à área central de cidade e redesenhar os edifícios perimetrais que assumiam agora a imagem imponente que se procurava para a cidade do Porto. A questão que colocamos nesta intervenção, e de maior interesse para este trabalho, é, de facto, de que maneira esta nova linguagem urbana dialoga com a imagem da cidade antiga, ainda muito presente neste troço.

Efetivamente, a abertura desta nova avenida obrigou à demolição de muitos edifícios de frente estreita para dar lugar a novos que se queriam com uma imagem mais monumental mas, na verdade, os quarteirões rasgados foram cerzidos de diferentes modos nos dois lados da avenida (fig. 17). A ponte, as demolições foram em maior escala, onde se desenharam novas unidades de parcelamento e se aumentaram as dimensões da frente dos lotes. Do lado nascente, o processo foi diferente, tratava-se apenas do realinhamento da rua D. Pedro, portanto a nova frente erguia-se por acréscimo aos edifícios traseiros que se mantinham com o cadastro do



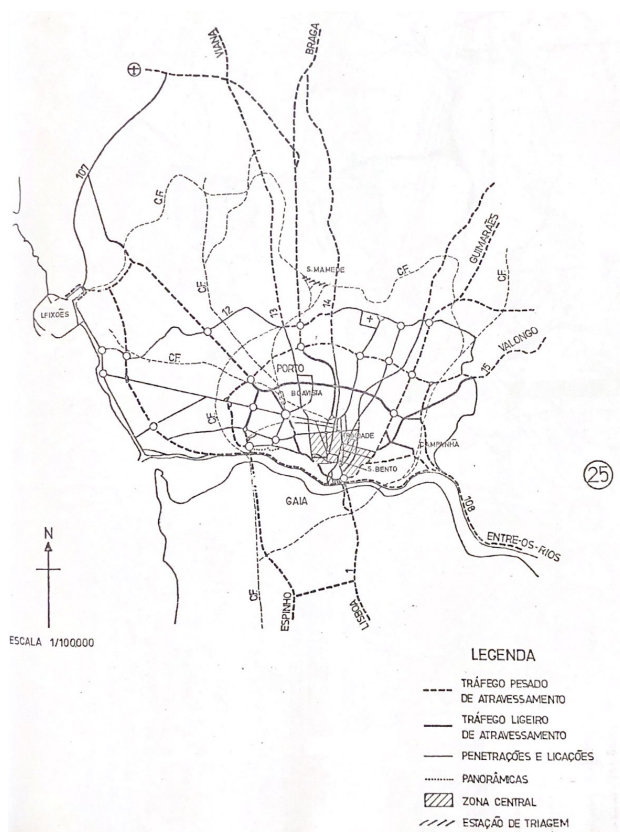
17. Abertura da Avenida dos Aliados e diferentes formas de loteamento



18. Fotografia Avenida dos Aliados, 1968

lote estreito, embora com um desenho de alçado de conjunto enquadrado no resto do plano. (Figueiredo et al., 2013)

Os restantes edifícios da avenida tinham igualmente um desenho de alçado com uma imagem global e uniforme independentes da marcação do loteamento. Porém, como aprendido no tempo dos Almadas, a dependência na iniciativa privada para a construção de cada lote resultava, muitas vezes, na disparidade de tempos e de estilos de construção, o que resultava, naturalmente, na perda da imagem global anteriormente planeada. Por isso, no sentido de evitar a diversidade de construções e a perda da identidade de conjunto, mais tarde defiram-se algumas regras que serviriam de base à construção de cada edifício mas sem impor um desenho de fachada inflexível inicialmente desenhado por Barry Parker, como a determinação da cantaria de pedra como o material preferível para as fachadas. (Figueiredo et al., 2013)



19. Esquema da Rede de Comunicações por Garrett, 1947



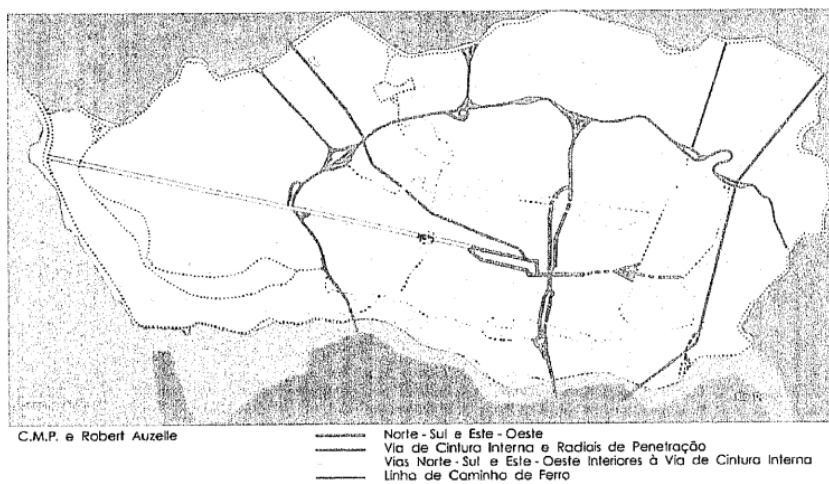
20. Plano Regulador da Cidade do Porto- Planta de Zonamento, 1952

1.4 O Plano de Almeida Garrett

A partir dos anos 20 e 30 do passado século, as preocupações urbanísticas começaram a cair sobre a necessidade de uma estratégia geral a grande escala que, essencialmente, previsse e orientasse a expansão no território. É a partir do “Prólogo à Cidade do Porto” por Ezequiel Campos que se começa a construir o pensamento da construção da cidade a longo prazo publicado em Decreto-lei em 1934, o qual *“obriga as câmaras municipais a elaborarem um plano geral de urbanização até 1939, tendo como principal objetivo moldar o crescimento das cidades à imagem do Estado”*. Neste sentido, a missão em criar esta visão para a cidade do Porto foi entregue a Antão de Almeida Garrett, pelo Gabinete de Estudos do Plano Geral de Urbanização, do qual faziam parte os arquitetos italianos Marcello Piacentini e Giovanni Muzio. (Ferreira, 2015)

Antão de Almeida Garrett é chamado a elaborar o Antepiano Regional da Urbanização em 1946, no qual são definidas as novas estratégias urbanísticas com o *“objetivo de fixar, em linhas gerais, mas de uma forma definitiva, a rede de comunicações, as zonas destinadas a habitação, as zonas especiais e as zonas de reserva”* (Amorim, 1998, p. 222). Trata-se, portanto, de um plano com uma visão global da cidade e que pretende servir a sua evolução ao longo do tempo, prestando extrema atenção às vias de comunicação, através da criação de novas e melhores ligações dentro e para fora da cidade e a elaboração de um estudo hierárquico viário. Delimitaram-se zonas específicas do território segundo a atividade, impedindo *“a concretização de obras que viessem a dificultar o desenvolvimento urbano futuro dos locais em que se inserissem”* (Amorim, 1998, p. 150), numa perspetiva de expansão de trinta anos.

Almeida Garrett olha ainda para a cidade histórica com minucioso respeito, procurando uma conexão harmoniosa entre a sua memória e os novos traçados. É reconhecida a importância da identidade do burgo medieval e da casa portuense e a relevância em preservá-los, como afirma Garrett *“as ruas estreitas com casas em que os beirais quase se tocam, as varandas de granito sobre mísulas, e outros pormenores, e o formigueiro de gente que ali habita, são muito mais características do que muitas das nossas ruas comerciais”* (apud Amorim, 1998, p. 182). Ainda, a autora Maria Amorim (1998, p. 185) salienta que a estratégia de Garrett mantém *“a pretensão de levar a cabo um estudo por rua, por forma a proceder-se ao alinhamento de cérceas e à valorização de fachadas, pretensão essa cujo espírito se identifica mais com o existente do século XVIII do que com o pragmatismo que se pretendia obter em meados do século XX”*.



21. Plano Diretor Robert Auzelle- Rede Comunicações, 1962



22. Plano Diretor Robert Auzelle, 1962

1.5 O Plano de Auzelle

Em meados do século, começou a verificar-se uma tendência crescente, já sugerida por Almeida Garrett, da vontade em tornar o centro da cidade dedicado ao setor terciário. Neste sentido, a especulação imobiliária começou a aumentar, assim como a procura por terrenos de construção. A partir de 1956, o Plano de Melhoramentos visa aumentar a salubridade da cidade e decide que as ‘ilhas’ do Porto deviam dar lugar à construção de novos edifícios, nomeadamente de escritórios, devido à localização central das mesmas, deslocando a população residente do centro para a periferia. Consequentemente, iniciava-se, assim, a construção de zonas dormitórios exteriores à cidade, onde a construção de habitação coletiva já é generalizada, porém mal planeada, resultando em espaços intersticiais sem valor. (Amorim, 1998)

No ano 1962, o arquiteto urbanista francês Robert Auzelle elabora o Plano Diretor que propõe ser o desenvolvimento do Plano de Almeida Garrett e o ajuste do Plano de Melhoramentos. O Plano de Auzelle nasce, essencialmente, da urgência pela melhoria das condições das habitações nos bairros e da transformação da cidade tradicional num importante centro administrativo, financeiro e social, *“problemas clássicos de todas as velhas urbes europeias”* (Figueiredo et al., 2013, p. 167).

O Plano procura responder à integração do veículo automóvel na cidade, a partir do desenho de zonas de estacionamento e do melhoramento das vias de comunicação, destacando-se a ligação a sul com a construção da ponte da Arrábida que propiciará o desenvolvimento da área da Boavista e a ligação a Leixões que estimula a expansão a poente (Tavares & Vale, 2012).

Numa aproximação às novas ideias urbanísticas dos meados do século XX, nomeadamente à conceção das cidades satélite, Auzelle planeia a terciarização do centro a partir do afastamento da habitação para a periferia, e reformula o esquema de zonamento da cidade. São demarcadas novas áreas de habitação de “luxo” como a Marechal Gomes da Costa, o Campo Alegre e as Antas, enquanto a população pobre procura ocupar as antigas casas da burguesia e os anexos dos logradouros, constatando-se que *“através da sobreocupação dos edifícios do século XIX, albergam-se muitas famílias em condições deploráveis. Assim, os terrenos livres serviriam para a construção de novos edifícios em altura dedicados a escritórios”*. (Amorim, 1998, p. 231)

CAPÍTULO 2 | A Casa Portuguesa



23. Sociedade Burguesa

2.1 Os burgueses no Porto

“o estudo da residência (...) coincide largamente com a própria história dos homens, sendo testemunho das diferentes formas do seu ‘estar’ na cidade e no território”

Fernandes, F. B. (1999). *Transformação e Permanência na habitação portuense. As formas da casa nas formas da cidade* (2 ed.). Porto: FAUP Publicações. p. 58

Descendente da população trabalhadora do povo, a burguesia mercantil foi reclamando cada vez mais presença e importância, essencialmente nas áreas comerciais e industriais, mas também na cultura, artes e ciências. Uma classe ativa, notoriamente mais instruída e com mais dinheiro, interessada pelo progresso, pela prosperidade económica e a riqueza cultural, cujas preocupações abrangiam as dimensões política e social e que se tornaram os grandes impulsionadores da transformação do Porto, dirigindo a grande maioria dos investimentos e consequente desenvolvimento da cidade. Ao contrário da nobreza, que herda o seu estatuto, *“os burgueses eram cidadãos que participavam activamente na vida política e económica, necessitando de esforços continuados para obterem sucesso e fazerem perdurar os lugares conquistados”* (Cruz, 1999, p. 497).

A burguesia, que se instalava no centro do Porto junto do comércio, afirmava esta área da cidade como a mais rica e populosa, empurrando a população pobre para as áreas limítrofes. Consequentemente, a forte presença dos burgueses no Porto naturalmente e progressivamente caracterizou a arquitetura da cidade, especialmente a residencial, inferindo Rybczynsky que *“aquilo que coloca a burguesia no centro de qualquer discussão acerca do conforto doméstico, é que, ao contrário da aristocracia que vivia num castelo fortificado, ou do clero que vivia num mosteiro, ou do servo que vivia num casebre, os burgueses viviam numa casa”* (apud Mota, 2011, p. 520).

O burguês, que construíra a sua riqueza do zero, tinha finalmente possibilidade de adquirir bens e, por isso, a casa tornara-se o mais relevante, pois *“constituía um importante sinal de identidade, era o seu território, a sua propriedade”* (Mota, 2011, p. 520). O que observamos é que esta classe teve, verdadeiramente, um grande impacto na evolução das tipologias habitacionais, uma vez que a partir do século XVIII fazem nascer o conceito de *domesticidade*, numa procura pelo conforto, pela privacidade e pela vida em família. Quando até então, a casa medieval não propunha nenhuma especialização dos espaços nem particular interesse na divisão das funções.

O mesmo acontecia em algumas cidades da Europa, nomeadamente nos Países Baixos, onde a burguesia se assumiu pela primeira vez como o grupo mais ativo na sua sociedade e cujos interesses pelo lar e o espaço em família eram também transportados para outras artes, como a pintura. Influências holandesas, flamengas e também inglesas que vamos encontrar ao estudar a casa burguesa do Porto (Fernandes, 1999).

O espaço doméstico burguês trava uma constante luta pela conquista da intimidade da vida familiar, observando-se ao longo dos tempos o progresso e o crescimento da fronteira entre o espaço íntimo e social e, por isso, a transformação da relação da casa com o espaço público. Como iremos tratar no ponto seguinte, *“a heterogeneidade dentro da própria classe conduziu à construção de uma variada tipologia de casas, refletindo na arquitetura o tipo de vida social e as condições financeiras de cada indivíduo, que marcaram sempre a imagem da cidade do Porto”* (Costa, 2013).



24. Escada dos Guindais, 1960?



25. Morro da Sé, 1968



26. Paisagem doméstica do Porto

2.2 Modelos da casa burguesa

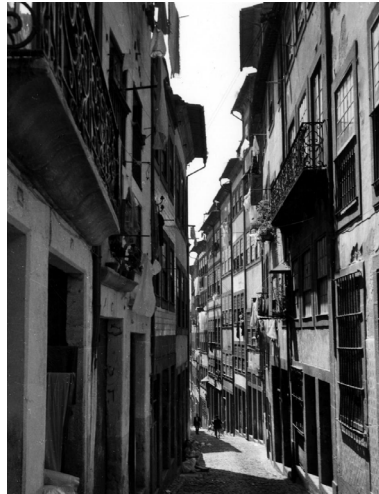
“A casa portuense traduz todo este quadro histórico-social, como um corpo vivo que tem no homem a sua realidade verdadeira e mais funda”

Oliveira, E., & Galhano, F. (2003). *Portugal de Perto – Arquitectura Tradicional Portuguesa* (5 ed.). Lisboa: Dom Quixote. p. 298

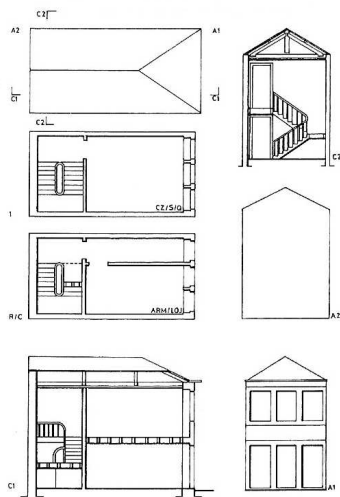
A análise dos diferentes modelos da casa portuense e a transformação das suas matrizes estão intrinsecamente ligados ao processo de formação do desenho da cidade como também à evolução do grupo social que acolhe. Na verdade, a casa burguesa portuense influencia diretamente o desenho urbano, na medida em que é a memória das casas estreitas na cidade medieval, aliada à preferência da sociedade burguesa pela habitação unifamiliar que vão ditar a permanência destes modelos ao longo da evolução da cidade do Porto até ao século XX.

Como abordado anteriormente, o traçado da cidade do Porto deu sempre prioridade ao desenho da rua e à delimitação do lote, ao invés da determinação de quarteirões, matriz tipológica que acompanhou o processo de transformação e expansão do Porto, bem como a evolução da sociedade e dos modelos de habitação. Verifica-se, portanto, uma representação cíclica Homem – Casa – Lote, cujas estruturas morfológicas do lote estreito e a casa em altura refletem as premissas da sociedade e representam a ideia de unidade que persiste ao longo do tempo na construção da cidade. Como acrescenta Fernandes (1999, p. 80) *“há um consenso implícito no modo de pensar tanto a habitação como a cidade, e é este consenso o único que confere e garante a coerência ao processo de construção da cidade”*. A habitação unifamiliar burguesa é, portanto, a tipologia que vai persistir na cidade do Porto até ao início do século XX, apresentando, naturalmente, mutações a par da evolução da sociedade burguesa no território portuense.

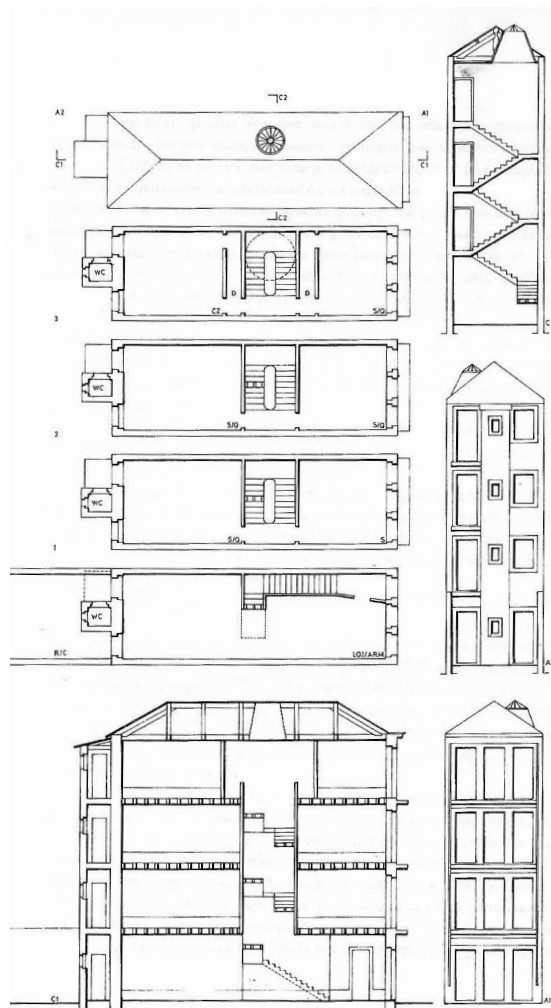
As primeiras habitações do modelo da casa portuense, no século XVII, são reflexo do desenho urbano da cidade medieval, na medida em que, por se localizarem no núcleo primitivo da cidade, os lotes apresentam, na sua generalidade, dimensões apertadas e formas irregulares, espelho da construção errática e da sobreocupação da cidade intra-muros medieval. No Porto mercantilista, esta procura pela economia de espaço, numa zona acidentada como era o morro da Sé, resultou num primeiro modelo de habitação corrente no Porto que se distingue por ter uma só frente, a área de construção das casas ocupava na totalidade o lote gótico-mercantil,



27. Rua dos Mercadores- casa mercantil



28. Casa mercantil uma só frente



29. Casa mercantil duas frentes

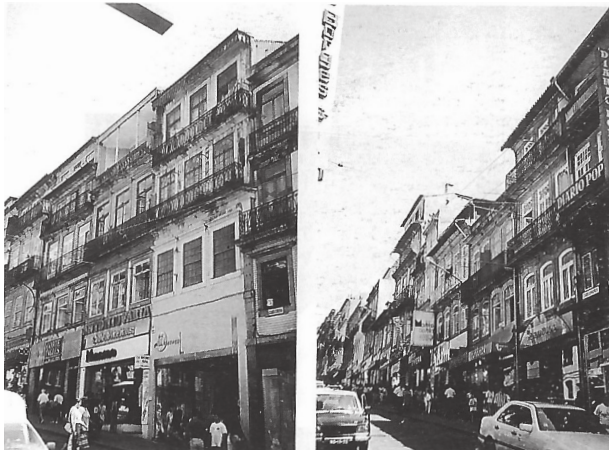
normalmente com frente muito estreita entre os três e seis metros largura e 10 a 15 metros de profundidade (Fernandes, 1999, p. 120). Apesar de não existir um planeamento prévio, estas casas *“expressam já uma ideia de cidade baseada num conceito de rua urbana e, portanto, com possibilidades estéticas alargadas à noção de conjunto de pequenas parcelas, que ultrapassam o simples controlo da composição individual da fachada”* (Fernandes, 1999, p. 123). Consistem em casas com dois a três andares e cujo piso térreo, enfrentando a rua, era destinado a área de armazém, oficina ou loja, com entrada independente⁴. Pelo muro traseiro se encostar ao terreno, a escada localiza-se na parte de trás da casa, onde escasseia a luz natural, e liga às divisões da frente da casa, sem grande especialização da função.

Ainda dentro das muralhas, alguns lotes mais extensos permitem a construção de casas, também neste período, com duas frentes, cuja composição deriva do primeiro exemplo. Neste modelo é imperativo destacar a importância da posição da escada no centro da casa que irá assumir o papel principal na evolução do modelo burguês por organizar todo o programa interno da habitação. Estas são as primeiras experiências da distribuição vertical ao centro, uma escada normalmente desenhada em U disposta na perpendicular à extensão da casa, iluminada por uma claraboia que faz chegar a luz natural na vertical à zona mais interior. A escada no seio da casa liberta a fachada tardoz que, nestes lotes mais profundos, já permitia a disposição de divisões voltadas para o logradouro, por isso a área da casa quase que duplica, podendo também chegar aos quatro pisos, mantendo-se, porém, o rés do chão ainda como área de trabalho e entrada própria.

Os traçados Almadinos permitiram desenvolver o modelo iluminista da casa burguesa no século XVIII que, por um lado, seguia a herança dos modelos anteriores e, por outro, progredia para tipologias mais complexas. Reflexo da evolução do modo de viver dos seus habitantes e da Europa setentrional, procurava inspiração principalmente das cidades italianas, como Génova, Pavia, Bolonha e Florença, e do norte da Europa (Fernandes, 1999, p. 68).

Estabelecidos lotes mais extensos, a casa do século XVIII apresenta frentes entre os cinco e os sete metros e logradouros compridos que podem chegar até aos 100 metros (Teixeira, 2004). No alçado geralmente constam dois a três vãos por piso, denotando-se a preocupação com o desenho de conjunto dos planos almadinos e a sua relação com a rua. A casa iluminista consolida

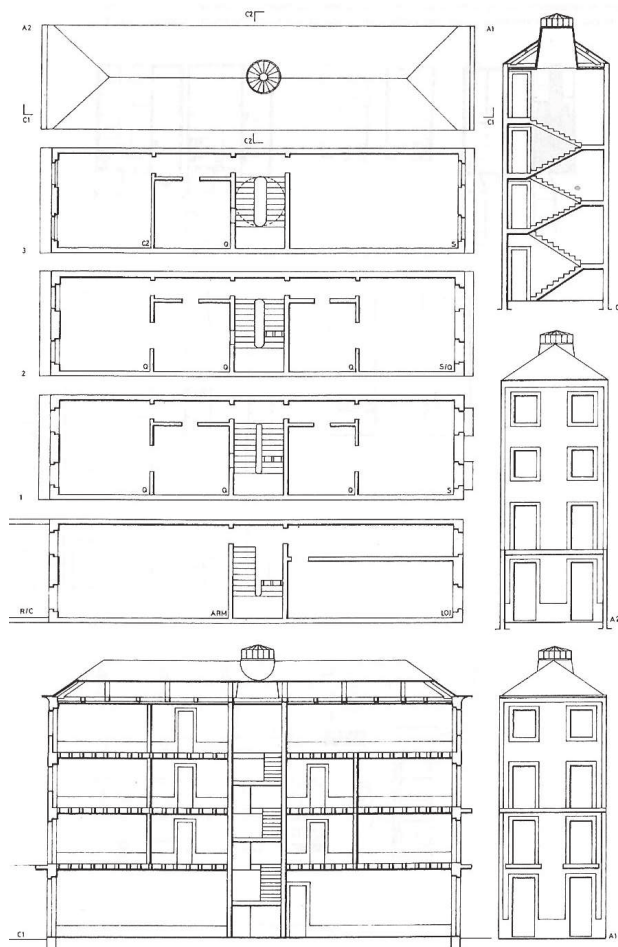
4 Efetivamente, esta divisão da função dos pisos - rés do chão destinado ao trabalho e pisos superiores a habitação - é uma característica que persiste ao longo de diferentes modelos da casa do Porto e cuja divisão entre público e privado se vai adensando cada vez mais.



30. Rua de Sto. António - Casa iluminista



31. Rua do Almada - iluminista



32. Casa iluminista

a escada ao centro da construção sob uma grande claraboia e, a partir deste núcleo, desdobravam-se os compartimentos para ambos os lados. A entrada de luz zenital neste espaço central da casa permitia a criação de compartimentos internos, por garantir a iluminação e a ventilação a estes novos espaços chamados de alcovas, a partir da abertura de uma janela interior.

Por outro lado, se se assistia a esta multiplicação das divisões face aos modelos mais simples anteriores, no entanto a especialização das funções permanecia pouco definida. Desta forma, entendemos que esta condição revela dois cenários: a complexidade e exigência crescentes do modo de habitar da sociedade burguesa e a versatilidade da casa do Porto perante essas imposições. Todavia, havia sim uma categorização das zonas privadas e sociais das casas, posicionando-se as primeiras do lado tardoz da casa e nos pisos superiores, como quartos, cozinha e sala de refeições, e nos pisos inferiores e adjacentes à rua encontravam-se as oficinas/loja e a sala de visitas⁵. A urgência pela compartimentação interior refletia igualmente a necessidade de separação das classes, uma vez que os criados também lá viviam, procurava-se o distanciamento destes para os pisos superiores (Cruz, 1999). O mesmo acontecia noutras cidades europeias, como em Paris, uma cidade que também crescia em altura e as classes mais pobres habitavam os pisos altos, sem condições de higiene (Cruz, 1999, p. 362).

De facto, a vida em família começa a exigir cada vez mais a dilatação do espaço habitacional, a especialização das funções em cada divisão, numa procura pelo espaço íntimo de cada membro da família (Costa, 2013). O papel da mulher enquanto dona de casa reclamava no espaço doméstico a sua privacidade, bem como outras salas de visita para preservar os seus contactos sociais. Por outro lado, o homem burguês tinha uma vida ativa fora de casa e, por isso, *“a mulher cria no espaço doméstico réplicas do espaço público para atrair e conservar o homem em casa”* (Mota, 2011, p. 522), tais como salas de bilhar e de fumar, trazendo o ócio para dentro de casa.

O que se verifica a partir desta altura é que, de facto, se erguem cada vez mais fronteiras entre espaço público e privado, as famílias burguesas valorizam cada vez mais a sua intimidade, procurando afastar o trabalho da casa numa altura em que as pequenas oficinas começavam a ser substituídas por fábricas. A partir do século XIX, um novo programa habitacional dita o modelo da casa liberal, representando um corte com os exemplos anteriores por se tratar de um edifício monofuncional, isto é, alberga apenas a função de residência e afasta as áreas de trabalho da

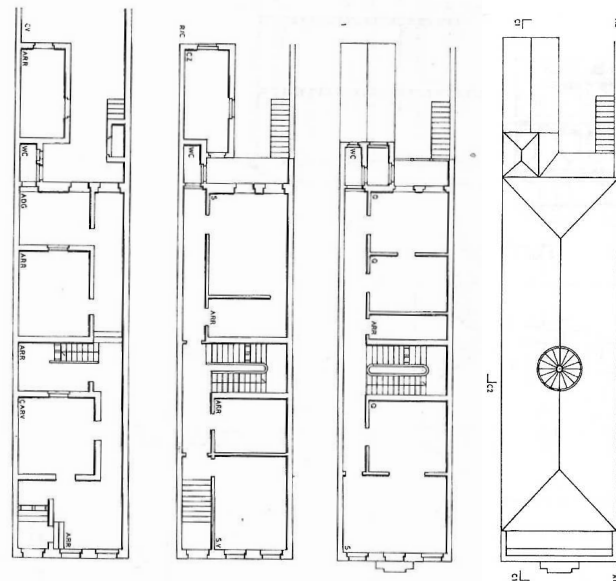
5 A sala de visitas era considerada como a divisão transitória entre o carácter público e privado da casa de família; cenário pensado cuidadosamente para a receção dos convidados e deviam refletir os hábitos sociais do exterior Mota, N. (2011). At home com a burguesia do Porto, Fronteiras entre o público e o privado. In C. Santos (Ed.), *Família, Espaço e Património* (pp. 519-545). Porto: CITCEM.



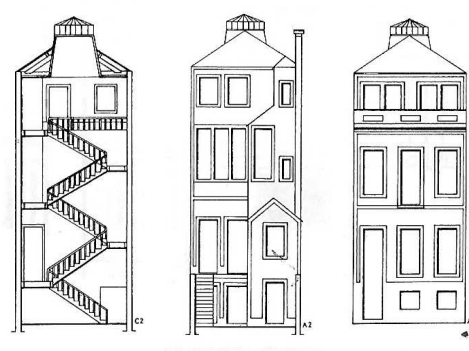
33. Rua Álvares Cabral- casa liberal



34. Rua Álvares Cabral- casa liberal



35. Casa liberal

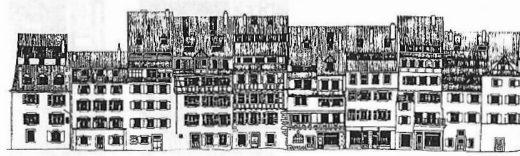


vida doméstica, ao contrário do que era habitual até então. Entretanto, as casas polifuncionais continuavam a ser construídas na área central da cidade, agregando-se à fachada tardoz um anexo para as instalações sanitárias que começaram a ser requisito no espaço doméstico.

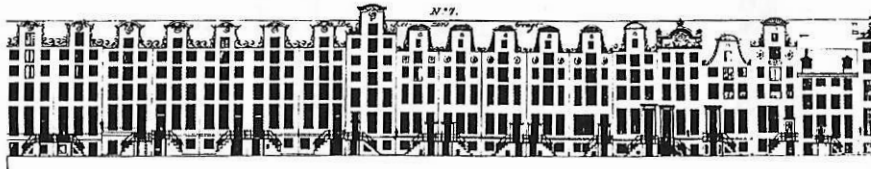
A casa burguesa monofuncional representa, a partir da segunda metade do século XIX até à primeira metade do século XX, o principal exemplo da habitação urbana da cidade do Porto, sendo este modelo implementado sobretudo nas principais novas artérias à volta do núcleo central da cidade. Apesar do programa modificado, a preferência pelo lote de frente estreita prevaleceu no processo de construir cidade, fenómeno que Ernesto Veiga de Oliveira (1992, p. 527) justifica por *“razões de inércia cultural”*⁶. Fenómeno que acontecia paralelamente na cidade de Londres, cuja expansão dos séculos XVII e XIX se baseava na dimensão do lote da casa unifamiliar. Recordando o capítulo anterior, a aproximação à cultura inglesa fortalece-se ao encontramos seguras afinidades entre a casa burguesa monofuncional do Porto e a casa georgiana de Londres. Para além da semelhança das dimensões dos lotes e da especialização dos compartimentos interiores, também a arquitetura inglesa assumia nítida preferência pelo programa habitacional, dotando a cidade de uma paisagem doméstica que também caracteriza o Porto. Na verdade, segundo John Summerson, *“o tipo de casa urbana burguesa londrina, exclusivamente destinada a habitação, que caracterizou a cidade na segunda metade do século XVIII, provém de Hannover, de cidades holandesas e flamengas”* (Fernandes, 1999, p. 82). No entanto, apesar do modelo georgiano apresentar um afastamento da rua pela introdução de um pátio inglês que liga à cave, o modelo português adotou uma estratégia diferente, ou, na realidade, manteve o facetamento direto com a rua como já era habitual, preservando a privacidade do interior ao sobrelevar o piso térreo (fig. 40). Dito isto, Alexandre Alves Costa reconhece que *“a arquitetura portuguesa é terreno de cruzamento de culturas. É na forma como interpreta os modelos exteriores e os adapta à sua realidade que encontramos a sua especificidade”* (apud Fernandes, 1999, p. 73).

Para além de ser a encomenda mais comum na cidade, consequência do reduzido investimento em obras públicas, a arquitetura doméstica mostra-se *“aberta à reforma do espaço capaz de introduzir alterações na sua concepção, novidades que acompanham as transformações aprofundadas na experiência de sociedades urbanas mais maduras”* (Ramos, 2004, p. 664).

6 Na verdade, o parcelamento da propriedade está tão vinculado à casa burguesa que, mesmo existindo propriedades mais extensas, estas são subdivididas em terrenos a rondar os seis metros de largura. Fernandes, F. B. (1999). *Transformação e permanência na habitação portuguesa, as formas da casa nas formas da cidade* (2 ed.). Porto: FAUP Publicações.



36. Casas medievais em Colmar, França



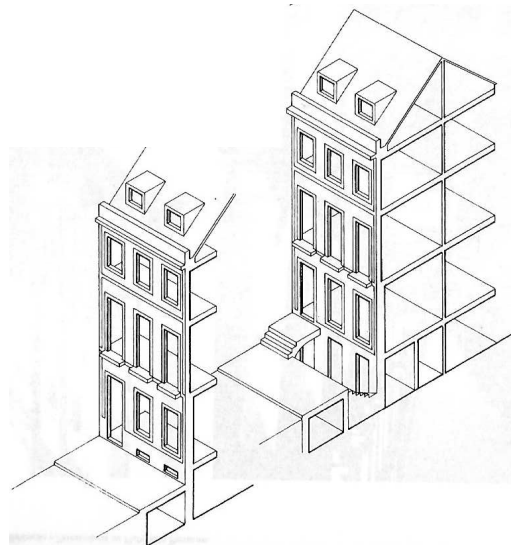
37. Casas do século XVII-XVIII em Amsterdão, Holanda



38. Casas liberais no Porto



39. Casas georgianas em Londres



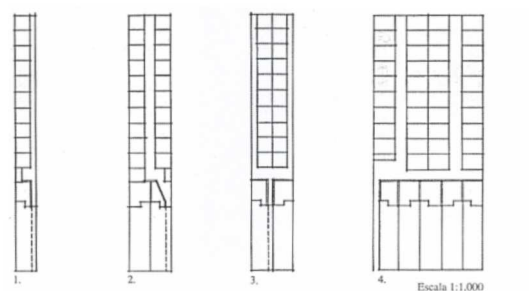
40. Diferença da relação entre espaço público e privado nas casas portuguesas e nas casas georgianas

A casa monofuncional trazia então consideráveis alterações face aos anteriores modelos pois, servindo unicamente a função de residência, justificava-se apenas a existência de uma porta de entrada que assegurava o acesso ao interior a partir de umas escadas que faziam a transição entre o nível da rua e o piso térreo da casa sobrelevado. Priorizando a privacidade da vida doméstica, o piso sobrelevado protegia o contacto direto com os transeuntes estabelecendo-se, assim, um diferente contacto entre a construção e a rua. Isto possibilitava a criação de um piso de cave com acesso pelo interior e iluminada geralmente por dois postigos ao nível da rua.

Geralmente entre três e quatro pisos, o alçado revestido por azulejo é rasgado por três vãos em cada um, sendo que o desenho da porta de entrada, encostada a uma extremidade, erguia-se procurando acompanhar a cota da padieira das janelas adjacentes. Os pés direitos são mais elevados, conferindo maior grandiosidade aos espaços interiores cuja função, nesta altura, já começa a ser mais definida. Os compartimentos interiores dispunham-se simetricamente em relação à esguia caixa de escadas que se mantém a pontuar o centro da casa. A sala de visitas enfrenta, ainda assim, a parte mais exposta da casa, no piso térreo voltada para a rua e, pela primeira vez, a cozinha e a zona de refeições instalam-se nesse mesmo piso do lado tardoz.



41. Ilha no Porto, 1899



42. Principais tipos de ilhas

2.3 Do unifamiliar ao plurifamiliar

“o tipo de habitação plurifamiliar portuense (...) não só respeita como decorre das características cadastrais e tipológicas dos modelos pré-existentes”

Fernandes, F. B. (1999). *Transformação e Permanência na habitação portuense. As formas da casa nas formas da cidade* (2 ed.). Porto: FAUP Publicações. p. 231

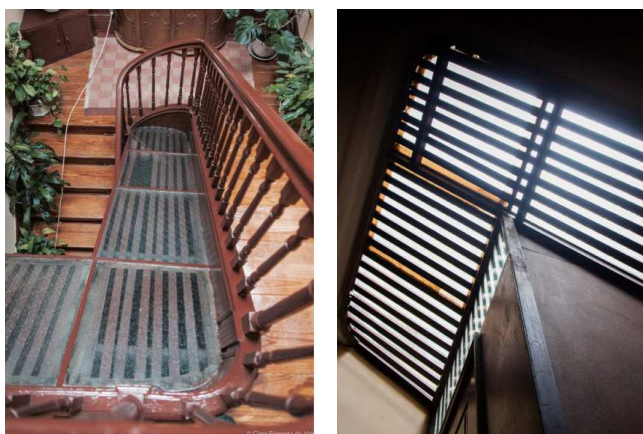
Ao longo deste trabalho temos mostrado a relevância da casa do Porto para a construção da cidade, como resultado da constante atenção aos interesses de uma sociedade não estática, que exige e fomenta a contínua evolução dos modelos, da vida quotidiana, da relação entre indivíduo e cidade. A permanência da casa portuense ao longo do processo de crescimento da cidade do Porto manifesta, de facto, a capacidade que este organismo tem de se adaptar ao tempo e ao contexto. Demonstra a plasticidade para se integrar tanto no tecido compacto do núcleo histórico como nos arruamentos mais folgosos almadinos. A resposta à sociedade que ora valorizava o trabalho unido à casa, ora privilegiava a privacidade da família.

A construção em altura foi desde cedo a premissa edificatória na cidade do Porto, já no período medieval em resposta à elevada necessidade de habitação, na qual se procurava uma maior economia de solo ao definir lotes estreitos, a partir dos quais erguer-se-iam as casas em andares. No entanto, a carência de habitação fez muitas vezes parte da história do Porto, reflexo da sobrepopulação da cidade em várias épocas. Mais significativo terá sido nos finais do século XVIII, quando a migração em massa de pessoas oriundas do interior e de comerciantes vindos do estrangeiro desafiou os limites da cidade, obrigando a procurar soluções que pudessem rapidamente alojar tanta gente.

Terá sido por essa altura que se começou a encarar a grande extensão do lote portuense como uma oportunidade para tornar o terreno do logradouro num espaço útil de residência, onde se começaram a construir conjuntos de pequenas habitações, chamadas de ‘ilhas’. As ‘ilhas’ espalharam-se rapidamente por várias zonas do Porto por representarem soluções baratas de alojamento que se instalavam no fundo dos lotes e, por isso, o alçado da rua era preservado e camuflava as débeis condições de vida de quem as ocupava, como critica Maria Antonieta Cruz (1999) reforçando que a imagem idílica das casas burguesas da cidade contrasta com as



43. Adaptação de um edifício unifamiliar para plurifamiliar



44. Estrutura divisória coletivo/privado

condições de higiene nas ilhas⁷.

No entanto, ao contrário de Lisboa, depois do terramoto de 1755, onde se reconstruía o centro com uma visão inovadora segundo a planificação de quarteirão e a edificação de novos modelos de habitação plurifamiliar, no Porto a transição do unifamiliar para o plurifamiliar será mais lenta. No Porto, com um tecido urbano tão denso e a clara dominância das tipologias burguesas, as primeiras experiências de habitação plurifamiliar passaram pela readaptação destes modelos, ou seja, a partir da fragmentação interior, estas casas passaram a albergar várias famílias e não apenas uma como era habitual. Deste processo de sobreocupação da casa decorriam condições deploráveis de habitabilidade, desde a procura por uma unidade mínima de habitação, às vezes apenas um quarto, onde vivia uma família inteira, até à construção de acrescentos de conceção muito precária, principalmente nos logradouros. As condições de higiene e de conforto eram tão escassas que estes espaços eram naturalmente ocupados pela classe pobre. (Fernandes, 1999)

Estas primeiras experiências de habitação plurifamiliar não decorrem, portanto, de um projeto pensado e ponderado mas sim da urgência pela multiplicação dos espaços que origina um rápido processo de readaptação de uma tipologia unifamiliar já existente. Neste caso, é necessário olhar com atenção para os modelos existentes e como, na verdade, é testada a flexibilidade de cada um.

Tendo já revisto a evolução da casa burguesa, percebemos de imediato que a posição da caixa de escadas será crucial na distribuição dos espaços. Na verdade, na casa mercantil, onde a escada é justaposta na fachada tardoz, é mais simples a divisão de cada família por piso, pois a escada não interrompe a continuidade espacial, ao contrário dos restantes modelos, onde a escada se posiciona ao centro, cortando assim a comunicação frente-traseiras da habitação. Nos edifícios mais largos era ocasionalmente possível realizar uma passagem por trás das escadas, permitindo também a instalação de uma família por piso, aproveitando tanto os compartimentos frontais como os posteriores. Nos outros casos, não sendo possível garantir uma passagem privada entre frente e traseiras, o patamar da escada passava a assumir um carácter semi-privado por se apresentar como um corredor pertencente ao apartamento, fazendo a ligação entre a parte frontal e tardoz da casa, ao mesmo tempo que assegurava o acesso aos restantes pisos e a

7 *“A insalubridade da capital do Norte, na segunda metade do século passado (...) contrasta com a cidade limpa e cuidada do tempo dos Almadás que alguns textos das primeiras décadas de oitocentos assim assinalavam”* Cruz, M. A. (1999). *Os burgueses do Porto na segunda metade do séc. XIX* [Dissertação de Doutoramento Faculdade de Letras da Universidade do Porto]. Porto: Fundação Eng. António de Almeida.



45. Edifício de habitação bifamiliar Inova Casas, João Queirós (1930)



46. Bloco da Carvalhosa, Arménio Losa.

distribuição para as outras frações e muitas vezes o último lanço era fechado para delimitar a última fração (fig. 44) (Fernandes, 1999).

Portanto, foi destas adaptações que se criou a primeira ideia de apartamentos por andares, “o tipo de habitação plurifamiliar portuense que, na primeira metade do século XX, acaba por se produzir de forma sistemática e não só respeita como decorre das características cadastrais e tipológicas dos modelos pré-existentis” (Fernandes, 1999, p. 231). Importante será também sublinhar que começaram a aparecer outros modelos residenciais, normalmente com dois andares e com duas portas independentes onde se alojavam duas famílias (fig. 45). Porém, consideramos tratar-se de edifícios compostos pela sobreposição de duas habitações e não de tipologia plurifamiliar, usando esta denominação para construções que alberguem sempre mais do que três agregados que partilham um acesso comum.

Com efeito, compreendemos a implementação tardia das tipologias plurifamiliares na cidade do Porto pela resistência da sociedade, principalmente pelo grupo burguês, em renunciar a tradição da casa unifamiliar tão enraizada na forma de construir cidade. Comparando com outras cidades da Europa, incluindo Lisboa, as tipologias unifamiliares portuense e inglesa foram as que se preservaram até mais tarde como modelo dominante de habitação (Fernandes, 1999, p. 180).

A partir dos anos 20 do século passado, a afirmação das atividades administrativas e económicas no centro da cidade valorizou o mercado imobiliário, procurando o investidor privado rentabilizar ao máximo os terrenos vagos com soluções novas. Foi nesta oportunidade que a construção plurifamiliar começou a contaminar ativamente a malha da cidade do Porto, testando e pressionando os limites do lote, em estratégias de “sobreposição, justaposição, composição, associação, o acrescento, a subdivisão, numa obsessiva reconstrução do construído” (Mendes, 1999, p. 65). Tratava-se, essencialmente, de investimentos privados que propunham a construção de várias frações de habitação num mesmo edifício e a instalação de vários agregados sob o pagamento de uma renda.

Se por um lado o aparecimento do prédio de rendimento no Porto foi tardio relativamente à maioria das cidades europeias, por outro lado desenvolveu-se com elevada velocidade, deixando marcas de um processo de grande experimentação num período relativamente curto. Verificou-se até aos anos 50 do século passado, uma intensa procura por responder a novas formas de fazer habitação que acabam por surgir com variadas escalas e características.

Numa mão, encontramos obras que se inspiraram inequivocamente em modelos externos, implementados em Lisboa, Paris ou Genebra, optando por tipologias esquerdo-direito, de maior



47. Rua de Camões, Porto



48. Rua de Faria Guimarães, Porto



49. Av. da Boavista, Porto



50. Rua de Faria Guimarães nº 1165, 1970



51. Rua de Faria Guimarães nº 1165, 2022



52. Rua de Faria Guimarães nº 695, 1970



53. Rua de Faria Guimarães nº 695, 2022

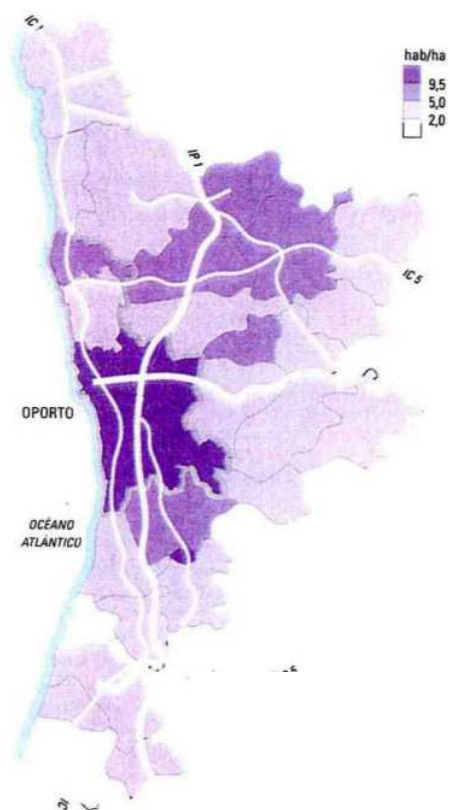
escala, *“distintas dimensões de fachada, número de pisos e tipo de inserção na parcela urbana (edifícios em lote, bloco, duplicação lateral, por exemplo)”* (Lameira, 2017, p. 143). Destacam-se linguagens diferentes, novas técnicas construtivas e opções decorativas distintas, que começam a introduzir na paisagem uma maior diversidade.

No entanto, apesar do interesse em trazer novos modelos habitacionais para a cidade, percebeu-se inevitável a adoção de uma solução que representasse uma resposta mais direta ao progresso dos tipos edificatórios num tecido urbano consolidado. Assim, depois do 25 de Abril de 1974, prédios residenciais esguios e altos começaram a edificar a cidade portuense, em intervenções pontuais, que foram gradualmente substituindo as casas unifamiliares, querendo preservar de alguma maneira a tradição do loteamento portuense (fig. 50-53). A modelação do corpo construído à dimensão do terreno, as duas frentes, a posição central da caixa de escadas, e a distribuição de uma família por piso aproximam estas tipologias do legado da casa do Porto.

A implementação tardia destas novas formas de habitar já não constitui grande relevância para o processo de expansão do território, uma vez que a sua construção se limitou essencialmente à cidade consolidada e a uma estratégia de substituição lote a lote. Desta maneira, perante uma cidade alicerçada, revelaram-se mais eficazes as intervenções mais pontuais e de menor escala, procurando substituir construções devolutas ou preencher vazios. Em 1955, o Decreto-Lei nº 40 333 determinava a possibilidade de um mesmo andar estar dividido em várias frações e estabelecia os direitos e as obrigações de cada proprietário para com os espaços partilhados do prédio (Vale, 2011, p. 166). Portanto, a escala dos edifícios aumentou, assim como o número de fogos e, paralelamente, o investimento privado.

Estes novos regulamentos urbanos foram implementados em resposta à *“vasta diversidade de materializações, caracterizados por uma efetiva complexidade arquitetónica ao nível de configuração, volumetria, aspetos construtivos e decorativos”*, constatando-se, a partir do final da década de 50, uma clara dominância de *“tipologias de maior anonimato, de menor escala e maior simplificação programática, adaptada à substituição lote a lote”* (Lameira, 2017, p. 140). Ou seja, a partir dos anos 60 a edificação da cidade do Porto cresceu em altura e passou a esticar-se cada vez mais, numa reprodução intensiva de prédios de habitação que resultaram de um processo de experimentação e um constante desafio às dimensões do lote.

CAPÍTULO 3 | Habitar o Lote Estreito



54. Densidade populacional na AMP, 1991

3.1 Condições contemporâneas

Perante os cenários de sobrepopulação da cidade do Porto desde a sua formação, como vimos nos capítulos anteriores, observamos, no entanto, a partir das últimas décadas do século passado, uma transformação inversa no ambiente vivido na cidade, com a diminuição populacional.

Vários foram os fatores que aliciaram ou impeliram os habitantes do centro do Porto a deslocarem-se para zonas novas e periféricas à cidade. Estas áreas ofereciam não só novos modelos de habitação, como a perspectiva de uma zona mais salubre e infraestruturada. Depois da deslocação do grupo burguês no final do século XIX e o incentivo à terciarização do centro, o significativo desenvolvimento industrial nos anos 80 *“acentuó el carácter predominantemente difuso de su patrón de localización, densificó el tejido industrial no metropolitano y funcionó como el principal factor de retención del potencial demográfico periférico al área metropolitana”*⁸ (Nonell & Tavares, 1994, p. 151), alastrando a população no território mais próximo, mas resultando também na densificação de ‘clusters’ periféricos na Área Metropolitana do Porto (AMP)⁹. Fernandes (2011) reforça que a multi-centralidade da AMP foi motivada pela profunda vontade e necessidade de expansão da população, pelo melhor acesso a empréstimos de habitação facilitados pela adoção do Euro e, inevitavelmente, o desenvolvimento das redes de transporte¹⁰.

Como consequência, maioritariamente permaneceu no centro do Porto a população mais pobre, que não tinha possibilidades de sair, e a população idosa. A estagnação no centro da cidade, agravado pelas alterações no despacho alfandegário que levaram à saída de muitos

8 Tradução livre da autora: “acentuou o carácter predominantemente difuso do seu padrão de localização, densificou o tecido industrial não metropolitano e funcionou como o principal fator de retenção do potencial demográfico periférico à área metropolitana” Nonell, A. G., & Tavares, R. (1994). Oporto. In *Atlas histórico de ciudades europeas*. (pp. 126-153). Barcelona: Salvat. p. 151

9 *“debe señalarse que el débil poder de atracción del núcleo duro del área metropolitana fue casi totalmente diluido por el incremento de la emigración que, sobre todo durante la década de 1960, determinó el marco demográfico de la región y del país en general. (...) En el caso de la área metropolitana portuense, esta tendencia, apenas iniciada, introdujo un fuerte elemento de discontinuidad entre un área central (polinucleada) de carácter terciarizado y una vasta periferia dominada por procesos de industrialización difusa”* ibid.p. 150

10 *“Given the particularly intense urban expansion together with the entry into the Euro and increased access to mortgage loans for housing construction or purchase, sprawl and multi-centrality was established in the metropolitan area of Porto (by introducing changes to the accessibility network and new activity clusters)”* Fernandes, J. A. R. (2011). Area-based initiatives and urban dynamics. The case of the Porto city centre. *Urban Research & Practice*, 4:3, 285-307. p. 287



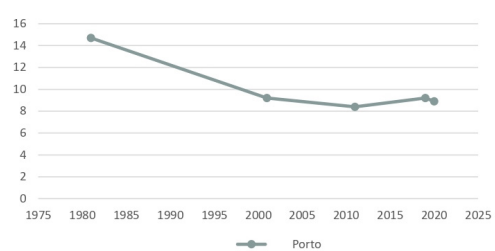
despachantes da Ribeira, contrastava com o progresso das áreas vizinhas onde cada vez mais gente se instalava e onde naturalmente mais serviços e empregos se criavam.

Perante este cenário, no início do século XXI, a sociedade *Porto 2001* – Capital Europeia da Cultura, a Sociedade de Reabilitação Urbana Porto Vivo, a Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU) e a Metro do Porto criaram vários programas que visaram promover a regeneração da cidade do Porto, intervindo essencialmente no âmbito urbano, mas também a nível social, através da promoção cultural, ambiental e económica (Rocha et al., 2018). Tais intervenções conseguiram, de facto, revitalizar o centro do Porto, trazendo novamente o emprego, o entretenimento e a habitação. Foram, igualmente, instituídas as iniciativas “Reabilitar para Arrendar” e “Reabilitar para Arrendar – Habitação Acessível” (IHRU, 2016) que, através do apoio e financiamento na reabilitação do edificado e do espaço público, materializavam uma das grandes premissas do *Porto 2001*: voltar a habitar o centro.

De facto, apesar de não se terem cumprido integralmente as propostas dos planos, as transformações assistidas no Porto foram sem dúvida catalisadoras de novas dinâmicas e formas de ver e viver a cidade. Mas, se por um lado estas ações resultaram efetivamente na fixação de população residente, as mesmas propiciaram também o aumento de visitantes. Com o aumento do turismo por toda a Europa e o prémio de “Best European Destination” entregue ao Porto em 2012, conduziu-se a uma tipificação do comércio e dos alojamentos que vão querer responder à elevada presença dos turistas na cidade do Porto em geral. No âmbito da habitação, resulta o significativo aumento de alojamentos temporários, por investimentos privados e, em muitos casos, estrangeiros, que veem no centro a localização mais conveniente para os turistas, pela proximidade à zona histórica e a facilidade de transportes. Ora, esta realidade faz aumentar, naturalmente, a especulação imobiliária e o consequente aumento do preço do solo e de construção na cidade. O forte investimento turístico e as intervenções urbanas vividas atualmente na cidade do Porto, são indubitavelmente protagonistas do regresso da atividade e do movimento que muitos anos caracterizou o centro da cidade. Porém, a turistificação em massa, apesar de promover a economia local e as iniciativas culturais, traz algumas desvantagens como a “encenação” de um centro histórico que não é habitado pela população local e é construído para o turista.

Neste trabalho, propusemos debruçar-nos sobre formas de habitar a cidade do Porto, no momento atual, com as condições atuais. Referindo que nos interessa o sentido de habitar como condição permanente e população residente, estudando hipóteses de construir no Porto desde

Gráfico 1- Taxa bruta de natalidade no Porto



56. Dados estatísticos

a raiz com as premissas da população de agora e futura. Como se consegue habitar o tecido urbano do Porto? Quem quer habitar no Porto? Que condições podemos criar para voltar a habitar o Porto?

Queirós (2007, p. 12) avança que *“O perfil-tipo do novo residente [da Baixa] corresponde, na prática, ao do consumidor regular das actividades das novas iniciativas portuenses e, naturalmente, aos dos seus promotores”*¹¹.

Podemos, de facto, observar na cidade portuense que a população residente já não segue os ‘padrões’ das épocas anteriores, fruto da transformação das circunstâncias e o desenvolvimento de mentalidades e modos de vida até à sociedade atual, que se mostra mais imprevisível. Com isto, queremos trazer para a discussão as diferenças entre a sociedade que habitava as casas unifamiliares do Porto até ao século XX e a sociedade atual que demanda novos estilos de vida e que, na verdade, se apresenta em diferentes e mais variados agregados domésticos.

Se no Porto medieval e oitocentista a cidade se desenvolveu sob a prevalência da casa unifamiliar, tal modelo corresponderia às necessidades habitacionais da população da altura, em regra geral agregados familiares numerosos, pai, mãe, filhos e, na maioria das famílias burguesas, os criados.

Hoje, pelo contrário, a realidade é outra. Na verdade, temos vindo a observar uma tendência crescente em todo o território nacional de diminuição da natalidade, cuja taxa bruta de natalidade no país caiu 7,3% entre 1981 e 2020, e no Porto 5,8% (FFMS, 2022e) (Gráfico 1). Este facto pode ser explicado por várias razões, entre elas condições económicas que não permitem aos casais a constituição de famílias numerosas, seja pela normalização e abundância dos trabalhos precários e mal pagos e pela especulação imobiliária que faz disparar os custos da habitação, fatores que não permitem a segurança financeira para a aquisição de espaços maiores para um agregado mais alargado, e mesmo a sua subsistência e dependência.

É também por esta razão que, perante empregos temporários e mal pagos, se observa que os jovens demoram mais tempo a obter a sua independência financeira, permanecendo até mais tarde em casa dos pais. Todas estas circunstâncias socioeconómicas, a emancipação da mulher

11 Afirmação suportada pela análise da população residente no Porto e entrevistas realizadas a vários membros da população ativa e trabalhadora da Baixa e transcritas no artigo: *“Falamos, pois, de adultos jovens até aos quarenta anos, membros das classes médias urbanas tipicamente ligados a ocupações em áreas artísticas. Este é também um ponto de concórdia entre os intermediários culturais entrevistados, os quais parecem conhecer bem a realidade de outras cidades onde as operações de reabilitação urbana têm já um historial significativo de realizações”* in Queirós, J. (2007). *O lugar da cultura nas políticas de reabilitação de centros urbanos: apontamentos a partir do caso do Porto* First International Conference of Young Urban Researchers, Lisboa, ISCTE. p. 12

Gráfico 2- Número de casamentos no Porto

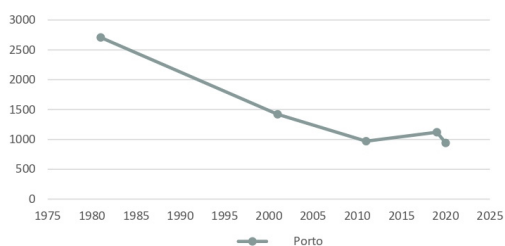


Gráfico 3- Número de divórcios no Porto

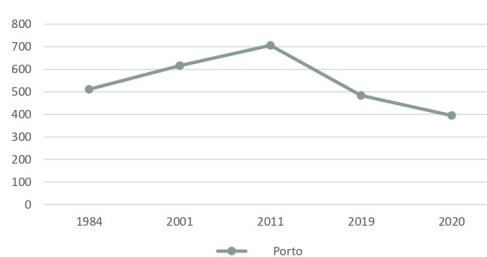


Gráfico 4- Famílias clássicas unipessoais no Porto (%)

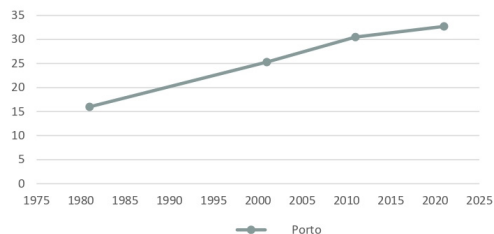


Gráfico 5- Famílias clássicas por nº de indivíduos no Porto

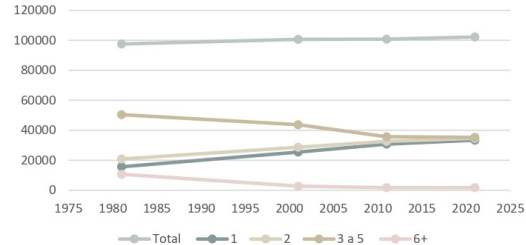


Gráfico 6- População residente no Porto- faixas etárias

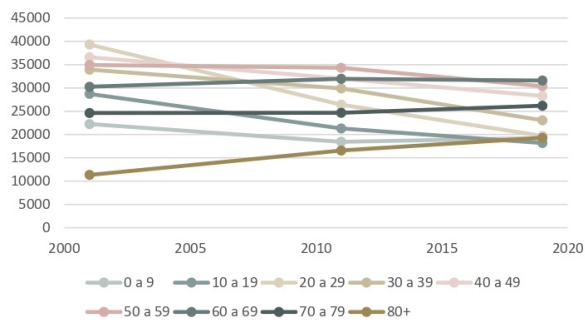
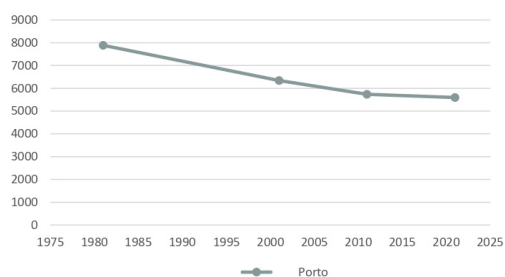


Gráfico 7- Densidade populacional no Porto (nº médio de indivíduos por km²)



57. Dados estatísticos

no mundo profissional, o maior grau de escolaridade e o acesso a meios contraceptivos e ao planeamento familiar geram, portanto, um ciclo de consequências, como o adiamento da parentalidade, fora da idade fértil do casal¹², a renúncia da formalização do casal com o casamento e, contraditoriamente, o aumento da taxa de divórcio¹³.

Por estas razões, o individualismo do homem é cada vez mais uma realidade no contexto nacional, no sentido em que as famílias unipessoais foram as que registaram maior aumento nos últimos anos. Isto é, se em 1981 apenas 13% dos indivíduos portugueses moravam sozinhos, em 2021 este grupo já representa 24,8% (FFMS, 2022c). No Porto cerca de um terço da população vive sozinha (32,7%) (Gráfico 4), amostra que traduz o evidente aumento de indivíduos solteiros, divorciados, viúvos, idosos e estudantes.

Perante esta realidade, não é de estranhar que a dimensão média das famílias também tenha sofrido uma queda abrupta, sendo em 2011 de 2,6 pessoas, quando em 1981 eram 3,3 pessoas (FFMS, 2022b). Assim, verifica-se na cidade do Porto uma transformação do perfil-tipo da população residente. Residentes esses que tendem a diminuir, como vimos, e cuja população ativa é a que mais abandona a cidade. Como ilustrado no gráfico 6, é evidente a diminuição assertiva dos grupos jovens, entre os zero e os 59 anos, e, pelo contrário, o contínuo aumento de indivíduos a partir dos 60 anos. De um modo geral, constata-se que as faixas etárias que vivem em família, normalmente por minoridade dos jovens ou dependência económica dos pais, tendem a sair da cidade em busca de espaços residenciais maiores e a preços menores, deslocando-se para Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Maia, Gondomar, etc. E, por outro lado, os agregados individuais, quer jovens ou idosos, mas maioritariamente idosos, permanecem mais perto do centro, motivados certamente pelo acesso mais facilitado e pela proximidade aos serviços. Circunstância que denuncia que a população do Porto tem tendência a diminuir e a envelhecer (Gráficos 6 e 7).

12 Em 1981, a idade da mãe ao nascimento do primeiro filho era em média 23,6 anos, e em 2020 é 30,7 anos. FFMS. (2022d)

13 Em 1981, apenas 9,2% dos casamentos originavam o divórcio, em contraste com o ano 2019, onde este valor chegou aos 61,4%. FFMS. (2022a)

3.2 O habitar contemporâneo

“A evolução de uma casa prende-se pois com os fenómenos de transformação que ocorrem na célula que a leva a adaptar-se a necessidades surgidas com o passar do tempo, ou a desligar-se de usos entretanto abandonados.”

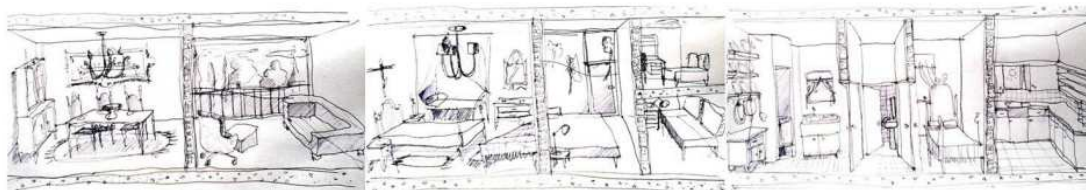
Jorge, P. F. (2011). *A Célula Mínima na Experiência da Habitação de Custos Controlados* [Dissertação para obtenção do grau de Doutor em Arquitetura, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto]. Porto: FAUP Publicações. p. 249

Como estudado no capítulo 2, a habitação foi sempre se metamorfoseando face às necessidades da população que acolhe. A relação casa/indivíduo foi e é inevitavelmente próxima e proporcional, no sentido em que os dois atores são dependentes um do outro, sendo o principal objetivo da casa servir o seu residente.

De acordo com as estatísticas e os relatos apresentados no ponto anterior, percebemos que o contexto residencial do Porto já não é o mesmo que existia aquando da formação e expansão da cidade, nem no período medieval nem na época oitocentista. Ou seja, a casa unifamiliar do Porto, que durante várias gerações se foi transformando mas foi sempre o modelo de preferência na cidade, a partir do século XX começamos a observar uma maior aposta em edifícios em regime de propriedade horizontal.

A diminuição da dimensão das famílias terá sido um dos principais fatores para a procura destes modelos, uma vez que, em muitos casos, não se justifica a aquisição de uma casa tão grande para um agregado mais pequeno ou singular e, muitas vezes, não existem condições financeiras para a aquisição de tais imóveis. Portanto, entende-se uma tendência proporcional entre a diminuição da dimensão média das famílias e a diminuição da área das habitações.

No entanto, o habitar da população portuguesa também ganhou novos hábitos e novas formas. Começamos por ressaltar, no contexto atual, a imprevisibilidade dos utentes da casa, isto é, a diferença entre grupos domésticos e famílias. Jorge (2011a) sublinha que a habitação e o trabalho de projetar habitação já não se deve cingir à tipificação do agregado familiar, usualmente entendido como mãe, pai e filhos. De facto, uma casa pode albergar *“um grupo doméstico que pode já não ter muito a ver com a família patriarcal, mas sim a um conjunto de indivíduos diferenciados entre si”*, homens, mulheres, amigos, conhecidos, estudantes *“que habitam sobre o mesmo tecto mas exigem a sua individualidade”* (Jorge, 2011a, p. 183).



58. Mudança de paradigma dos espaços domésticos

Falamos, portanto, de novas necessidades impostas ao espaço habitacional que consigam sobretudo responder à individualidade e à privacidade dos residentes, questão que começou a ser cada vez mais relevante a partir do século XIX¹⁴.

Em contradição à tripartição burguesa “*que se compõe na diferenciação de zonas de serviço, de recepção e de intimidade*” (Nunes, 2007, p. 141), o investigador e arquiteto Pedro Fonseca Jorge sintetiza as diferenças entre o habitat tradicional e o habitat contemporâneo, na mudança do paradigma ‘*recepção-privado-serviço*’ para ‘*público-privado-serviço*’, onde estes conceitos agora representam contextos distintos. Jorge (2011b) explica que a sala de visitas do modelo burguês deixa de fazer sentido, passando a sala comum a agregar as funções de receber os convidados e de reunir quotidianamente o agregado residente, extinguindo-se, assim, a sala de uso ocasional, que servia apenas como ‘*espaço de representação*’ e como fronteira do lar familiar. O conceito de privacidade dentro de casa é reavaliado, no sentido em que é cada vez mais evidente a importância da privacidade entre residentes, quer sejam relações familiares ou não. O indivíduo procura o seu espaço, o seu quarto, que acolhe outras funções para além de dormitório, muitas vezes exigindo zonas de trabalho e de estar. Ainda, as áreas de serviço fazem cada vez mais parte do dia-a-dia doméstico, por já não estarem ao encargo dos criados e tomam formas diferentes, optando pela praticidade.

Hoje em dia, é clara a adesão em massa dos modelos de organização *open-space* não só em Portugal, como praticamente a nível global. A compartimentação do espaço interior é cada vez mais reduzida, procurando-se maior unidade entre a sala de estar, sala de jantar e cozinha.

Debruçando-nos sobre o espaço da cozinha, entendemos que esta foi a divisão que mais se alterou e cuja experimentação morfológica levou às mais variadas soluções. Na casa burguesa, a cozinha era isolada do espaço familiar, marcando fisicamente o distanciamento deste às áreas de serviço e aos criados. Atualmente, a cozinha é, pelo contrário, um espaço protagonista da vida familiar, o centro da casa, “*favorecedoras das interações entre os personagens pai, mãe, filhos, quer num regime de vigilância parental, quer num regime de colaboração entre membros da família das tarefas domésticas*” (Nunes, 2007, p. 147). Apesar da distância aos modelos burgueses, entendemos que esta eleição da cozinha como centro da casa, para além de ter

14 ver subcapítulo 2.2 - Casa Liberal



59. Cozinha tradicional



influência nórdica¹⁵, reaviva as raízes das casas populares e vernaculares cuja lareira era o ponto de reunião da casa.

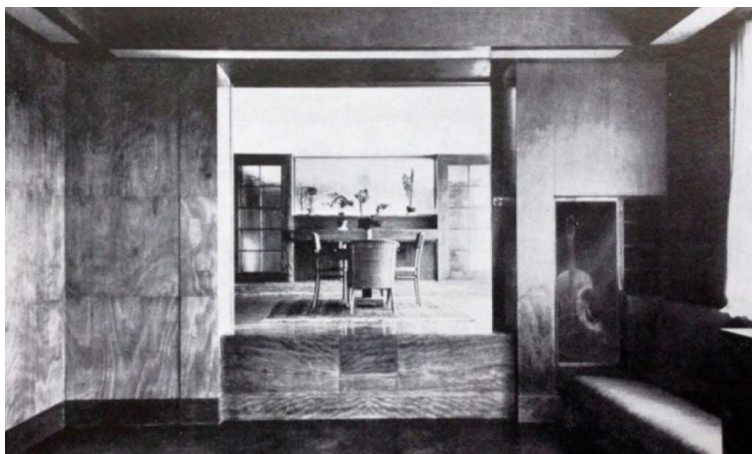
Por esta razão, observa-se a crescente decisão pela união da cozinha com a sala, quer em construções de raiz ou em projetos de remodelação, prevenindo a desconexão das pessoas que estiverem a realizar essas tarefas das restantes atividades da casa. Do mesmo modo, a significativa opção por kitchenettes também se integra nesta visão de reunião das tarefas, mas a sua reduzida dimensão pode ser justificada pela diminuição do agregado familiar e/ou a dinamização dos serviços *take-away* e *delivery* que cada vez mais apresentam uma alternativa à atividade de cozinhar.

De facto, o desenho da cozinha foi e é um espaço de experimentação e onde a aproximação deste à sala terá começado a dar as primeiras pistas na implantação do plano italiano INA-Casa (Istituto Nazionale delle Assicurazioni). Trata-se de um programa de habitação social promovido pelo Estado italiano pós-guerra que, em oposição ao movimento moderno que via a casa como uma ‘máquina’ que servia uma população estereotipada¹⁶, previa o planeamento e a construção de habitação acessível em cooperação com os seus moradores e, por isso, atentos às necessidades prementes. Das entrevistas, surpreendeu o pedido de integração de um espaço de refeições na cozinha¹⁷, o que representou as primeiras intenções da aproximação da cozinha à vida familiar. Perante tal questão, começou a aparecer na habitação italiana *“um espaço que, situado entre a cozinha e a sala, constitui um prolongamento polivalente de ambas”* (Fernandez, 1988 *apud* Nunes, 2007, p. 140). O *trabalho* constitui, assim, um espaço flexível de uso indiferenciado, onde se podem realizar as mais variadas atividades domésticas sem, necessariamente, estarem ligadas ao cozinhar.

15 “o uso desta opção [cozinha aberta] parece mais adaptado aos países nórdicos da Europa, porque no seu dia-a-dia é-se mais relaxado face ao uso/disposição de espaços de representação, podendo fazer-se uma refeição diária na sala sem qualquer preocupação. Os países a sul assumem um modo de vida mais tradicional, não prescindindo de tomar as refeições diárias na cozinha, espaçosas, mesmo que tenham de prescindir de espaço na sala comum, e isto apesar da presença de uma mobília de sala de jantar.” Jorge, P. F. (2011a). *A Célula Mínima na Experiência da Habitação de Custos Controlados* [Dissertação para obtenção do grau de Doutor em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto]. Porto: FAUP Publicações. p. 230

16 “Previram-se casas e outros edifícios que serviriam indiferentemente para qualquer homem e qualquer lugar e falou-se do homem ‘animal geométrico’ e da ‘arquitetura internacional’” Távora, F. (2006). *Da organização do espaço*. Porto: FAUP Publicações. p. 41

17 “the surveys revealed that 25% of the dwellers wanted a dinning space in the kitchen” in Jorge, P. F. (2011b). *The Minimum Cell as a House: ideas and forms in social housing in search of a Home Journée Jeunes Chercheurs*, New Housing Researchers’ Day, Toulouse. p. 4



60. Enquadramento da sala de jantar na Casa Muller de Adolf Loos

A imprevisibilidade dos grupos domésticos, como temos falado, fica a ganhar com a flexibilidade do espaço da casa, como sublinha Venturi (1974, p. 53) que *“la ambigüedad válida fomenta la flexibilidad útil”*¹⁸.

No entanto, esta mudança não foi facilmente aceite por todos os moradores que, absorvidos pela tradição, *“the kitchen opened to the lounge was considered intolerable because it made impossible to keep private their house tasks”*¹⁹. Assim, levantavam paredes e, mais surpreendente, preferiam abdicar de um quarto para a instalação de uma sala de jantar ‘digna’²⁰. Esta decisão demonstra a resistência de uma grande parte dos moradores à adoção de novos modelos, tal como aconteceu em Portugal por se continuar a dar extrema importância ao tradicional espaço de refeições, quer seja pela tradição do espaço formal e ‘palco da casa’²¹, quer pela tradição portuguesa do almoço de domingo.

No contexto português, o programa INA-Casa cruza-se com o projeto SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local) no sentido em que também se procurou ouvir as necessidades da população e manter um diálogo entre moradores e arquitetos aquando da construção de habitação social no Porto dos anos 70.

Em suma, a população do Porto procura cada vez mais espaços práticos, que sirvam tanto a vida comum dentro de casa como a privacidade de cada indivíduo. Os modos de vida modificam-se e os agregados familiares transformam-se, os filhos crescem e as premissas alteram-se. As casas pretendem-se flexíveis e responsivas, adaptadas ao ritmo acelerado da vida citadina.

18 Tradução livre da autora: “a ambigüidade válida fomenta a flexibilidade útil” Venturi, R. (1974). *Complejidad y contradicción en la arquitectura*. Barcelona: Gustavo Gili. p. 53

19 Tradução livre da autora: “a cozinha aberta para a sala era considerada inaceitável, uma vez que tornava impossível manter as atividades domésticas escondidas” Jorge, P. F. (2011b). *The Minimum Cell as a House: ideas and forms in social housing in search of a Home Journée Jeunes Chercheurs, New Housing Researchers’ Day, Toulouse*. p. 5

20 *“The ‘modernist’ hatch between the kitchen and the dining room was closed, but the most impressive change was the use of a bedroom as a ‘proper dining room’ (alluding to the Bourgeois house), even if some of the family members had to renounce to their own privacy”* ibid.

21 Adolf Loos tipicamente projetava os espaços de refeição numa plataforma mais elevada em relação à zona de estar, como que representasse o palco dos acontecimentos da casa. O momento da refeição era um espetáculo, uma encenação.



61. Rua de Santos Pousada, Porto



62. Rua Aires de Ornelas, Porto



63. Rua do Almada, Porto



64. Rua de João de Deus, Porto



65. Rua da Constituição, Porto



66. Rua de João das Regras, Porto

3.3 Novo e Memória

“O aspeto positivo de todo o sentido de tradição é que cada geração deixa à seguinte o legado de um legítimo dever na resolução dos problemas que ficaram por solucionar, e acima de tudo de os resolver honestamente, em concordância com os valores ditados pela vida real”

Aalto, A. (1997). Modern architecture and interior design of the home. In G. Schildt (Ed.), *Alvar Aalto in his own words*. Nova Iorque: Rizzoli Press. p. 256

Depois de uma época de grandes reformas na cidade do Porto marcada pela monumentalização e modernização do tecido urbano, seguiu-se a consciencialização da importância da identidade histórica do centro.

Se em meados do século passado o apogeu do movimento moderno e as discussões no congresso internacional da arquitetura em Atenas ditavam que *“o tecido antigo era visto como ‘irracional’ face às necessidades das ‘velocidades mecânicas’, um estorvo à modernidade exigível à cidade do século XX”* (Fernandes, 2004, p. 217) e se demoliam casas em massa para a construção do terreiro da Sé do Porto, tal património histórico portuense recebeu finalmente a sua valorização e proteção pela UNESCO em 1996.

Atribui-se aos centros históricos das cidades Europeias a imagem da identidade da cidade que representa a memória da população que nela habita e uma *“imagem resumida da cidade para o visitante”* (Lacaze, 1995, p. 15). No entanto, *“se o papel da cidade (as suas vocações e capacidades) muda no tempo, então a ideia de identidade é também a de um conceito evolutivo”* (Aguar, 1999, p. 5).

A conservação é importante e imprescindível para a preservação da memória histórica e da herança arquitetónica, porém, é igualmente imperativo a atualização para evitar a petrificação da mesma, correndo *“sérios riscos de [o centro] se tornar mais visitado que vivido, mais imagem que conteúdo”* (Fernandes, 2004, p. 216). Vemos na cidade do Porto um testemunho de acontecimentos e evolução e cuja vida não para e cada vez mais se intensificam as ações para a sua dinamização. Portanto, o progresso é sempre necessário enquanto houver vida para viver, então *“Uma política para o centro histórico terá que ser entendida no instável equilíbrio entre conservação e modernização, tendo em atenção a resposta à necessidade de transportar para o futuro a cidade que herdamos”* (Fernandes, 2004, p. 213).



67. Rua da Boa Hora, Porto



68. Rua de João das Regras, Porto



69. Rua da Boavista, Porto



70. Praça de Carlos Alberto, Porto



71. Rua N. Sra. de Fátima, Porto



72. Rua de Camões, Porto

É necessário conservar, mas também substituir, com qualidade. E desta premissa será oportuno entender o papel do arquiteto ao trabalhar sobre um centro histórico, ou essencialmente sobre um território densamente construído e dito consolidado.

Em qualquer circunstância, qualquer intervenção representa uma nova realidade que deveria advir da leitura da realidade já existente, ou seja, do contexto. O contexto onde se insere e onde vamos intervir deverá ser a maior das imposições da nossa abordagem, não no sentido de condicionar e castrar soluções mas, pelo contrário, como instrumento operativo e impulsionador de uma nova construção.

Na realidade, *“Las intervenciones, ya sean puntuales, ya sean más intensamente unitárias, significan siempre el intento de reler esta realidade construída ya existente para intervenir sobre ella com un instrumento que es el proyecto de arquitectura para, a través de esta intervención, conseguir la unificación del espácio de la ciudad”*²² (Solà-Morales, 2006, p. 15). Solà-Morales defende muito ativamente a necessidade da conservação do contexto e a maneira como a nova arquitetura deverá respeitar a história mas, simultaneamente, acompanhar a circunstância porque *“el edificio no es tal edificio solitario (...) es parte de un ‘ambiente’ y lo que debe preservar, lo que debe conservar no es propriamente los edificios sino los ‘ambientes’”*²³ (Solà-Morales, 2006, p. 20).

Neste sentido, a cada obra encomendada a um arquiteto, cabe-lhe a ele a responsabilidade de intervir num contexto, onde história e tradição estão sempre muito intrínsecas em qualquer lugar onde trabalhemos. Naturalmente que cada arquiteto é um arquiteto e cada obra é uma obra, portanto a visão que cada um desenvolve para materializar o seu trabalho é seguramente diferente.

Assim, observamos abordagens que procuram respeitar as tradições construtivas, as métricas, linguagem de fachada, no sentido de o novo edifício se integrar no tecido urbano pré-existente, porém também encontramos exemplos cujo método é totalmente contrário, edifícios que propõem assumidamente um corte total com a escala e linguagem da área envolvente,

22 Tradução livre da autora: “as intervenções, ainda que pontuais, ou unitárias, significam sempre a intenção de reler a realidade já existente para intervir sobre ela com um instrumento que é o projeto de arquitetura para, através desta intervenção, conseguir a unificação do espaço da cidade” Solà-Morales, I. (2006). *Intervenciones*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili. p. 15

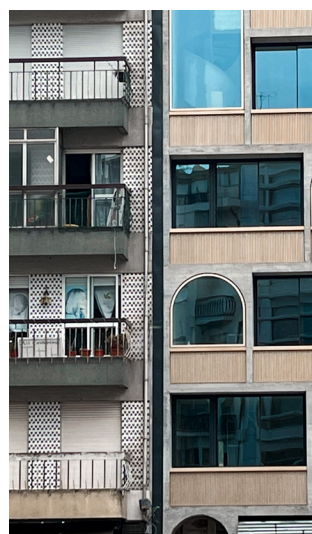
23 Tradução livre da autora: “um edifício não é uma obra solitária (...) faz parte de um ‘ambiente’, e o que se deve preservar não são propriamente os edifícios mas sim os ‘ambientes’” ibid. p. 20



73. Av. Fernão de Magalhães, Porto



74. Rua Faria Guimarães, Porto



75. Rua de Agramonte, Porto

procurando alcançar o seu destaque em relação às construções circundantes. Távora defende que o arquiteto deverá ter uma posição crítica face à circunstância para que consiga analisar os pontos positivos que pode seguir, mas também identificar os maus exemplos que não se pretendem reproduzir, pois *“seria uma posição cobarde cultivar tais aspectos em lugar de os combater”* (Távora, 2006, p. 24). Assim, o arquiteto, como organizador do espaço, e o cidadão, como habitante do espaço, terão de ter presente a ideia de que uma intervenção que fora condicionada por uma circunstância passará também ela a constituir uma nova circunstância.

“Aprender a ‘ver’ é fundamental para um arquitecto, existe uma bagagem de conhecimentos aos quais inevitavelmente recorreremos, de modo que nada de quanto fazamos é absolutamente novo” (Siza, 2006, p. 139), isto é, o papel do arquiteto é acrescentar uma página à história da cidade, respeitando a sua narrativa. Neste contexto, tanto podemos falar em composições verticais, acompanhamento de cérceas, alinhamentos de pés direitos, métricas dos vãos de fachada, como a reinterpretação da linguagem arquitetónica da casa do Porto, dois a três vãos por piso, janelas de formato alongado e estreito, portas altas, revestimento em azulejo, guardas metálicas, entre outras características. *“Todo problema de intervención es siempre un problema de interpretación”*²⁴ (Solà-Morales, 2006, p. 15), logo não vemos como soluções notáveis aquelas que tentam recriar ou reproduzir falsamente os elementos ditos antigos, mas consideramos mais interessantes as propostas que procuram reinterpretar os cânones.

Renzo Piano afirma que *“Encore faut-il que cette contribution soit d’échelle relativement modeste, qu’elle ne veuille pas surprendre à tuot prix. Ce qu’il faut, ce sont des interventions légères mais constantes.”*²⁵ (apud Edelmann, 2003, p. 223). Portanto, independentemente da abordagem linguística mais ou menos aproximada de um projeto ao contexto onde se insere, a página escrita pelo arquiteto deve ser construída em função da precedente, para que esta represente na cidade uma contribuição positiva para a imagem e para a memória da cidade.

24 Tradução livre da autora: “Todo o problema da intervenção é sempre um problema de interpretação” ibid.

25 Tradução livre da autora: “A escala da contribuição do arquiteto no futuro da cidade deve ser modesta, não deve desejar surpreender a qualquer preço (...) O que falta são intervenções ligeiras mas constantes” (Edelmann, 2003)

3.4 Ocupar o lote estreito

Nos últimos subcapítulos temos dedicado a nossa atenção às mudanças na população com o intuito de conhecer a sociedade que habita o Porto, de maneira a compreender as premissas quotidianas contemporâneas e, essencialmente, as suas necessidades habitacionais.

Em suma, entendemos no ponto 3.1 o indiscutível decréscimo da taxa de natalidade, o que justifica em parte a redução da dimensão dos agregados familiares. Verifica-se, então, no Porto um maior número de pessoas a viver sozinhas, ou em casal, ou em grupos domésticos compostos por companheiros de casa, amigos ou conhecidos.

O preço do solo também é responsável, sendo cada vez mais elevado nas zonas centrais da cidade, pela valorização da área e dos seus serviços, pelo reconhecimento patrimonial dos imóveis e principalmente pela grande procura do setor imobiliário turístico. Apesar dos incentivos à reabilitação que têm vindo a apoiar a revitalização da cidade²⁶ é, de facto, reduzido o grupo de proprietários e investidores que consegue e prefere gastar mais a remodelar uma casa burguesa no centro do Porto, por exemplo, a qual exige maior manutenção, enquanto o mesmo montante garante uma maior área habitável numa zona um pouco mais afastada da cidade, mas ainda assim com bons acessos.

É, portanto, perante estas mudanças significativas verificadas na sociedade e, igualmente, a par do contexto económico do mercado imobiliário que verificamos uma crescente procura por áreas domésticas mais pequenas. *“Ainda não há procura de habitação com tipologias muito elevadas. A grande procura é, actualmente, de T0 a T2”* refere José Maria Guimarães, da Consultoria CBRE (*apud* Basto, 2012, p. 74).

Nuno Grande assume veemente a sua posição face ao processo do Porto Vivo, ao apontar deficiências nas estratégias de trazer as pessoas para o centro e ao criticar as consequentes abordagens urbanísticas. *“A SRU tem de ir ao encontro das pessoas. (...) Para a Baixa vão as famílias atípicas, não as tradicionais. (...) Casais jovens, artistas, pessoas sozinhas ou famílias sem filhos – aqueles que não precisam de muito espaço para viver”* acentua o arquiteto. Nuno Grande aponta ainda críticas às ações que planeiam a demolição de grandes quarteirões,

²⁶ Como os programas propostos pelo Portal da Habitação e o Regime Especial de Partilhação na Recuperação de Imóveis Arrendados (RECRIA)



76. Rua de Santos Pousada, Porto



77. Av. Fernão de Magalhães, Porto



78. Rua do Bonfim, Porto

alertando que *“estão a olhar para a cidade por quarteirões e a cidade não cresceu assim, cresceu lote por lote”*. (apud Villas-Boas, 2009)

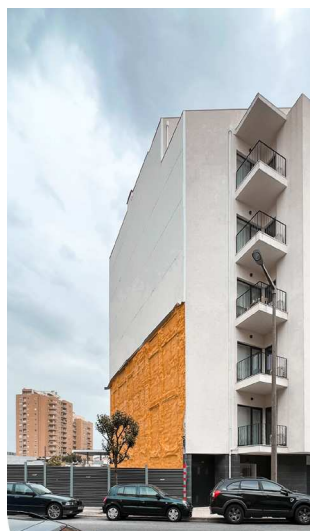
Entendemos, portanto, a importância em conhecer as necessidades, mas igualmente as possibilidades, ou seja, o que a cidade consegue oferecer. Para este trabalho, debruçando-nos sobre a cidade do Porto procurámos identificar o objetivo de (re)habitar a cidade a partir da criação de novos fogos e que materializem estas novas premissas. Numa cidade com uma malha urbana tão densa e uma construção tão compactada, vemos os lotes vazios como unidades potenciadoras desta transformação. Concentrando-nos nestes terrenos vazios que, ou por incompletude da malha ou impossibilidade de recuperar a construção pré-existente, representam oportunidades de inovação e experimentação. Estes terrenos disponíveis, encastrados entre as construções adjacentes cuja volumetria espera um dia vir a ser acompanhada pelo edifício vizinho, representam grandes desafios no que toca a acomodar as premissas atuais mas representam também a unidade operativa que permitirá levar ao cerne de uma cidade compactada a progressão da arquitetura contemporânea e a integração da construção de raiz na paisagem urbana. Aprendemos que a *“salvaguarda da arquitectura da cidade (como mais tarde diria Rossi) deve garantir um respeito absoluto pela tipologia cadastral, pelas arquitecturas, construção e volumetrias preexistentes, a continuidade do complexo formal da arquitectura da cidade antiga, na sua comunhão estreitíssima entre morfologia urbana e tipologias edificatórias”* (Aguiar, 2009, p. 5).

Falamos, então, em estratégias para habitar a cidade a partir da construção nova que pretende colmatar estas roturas do tecido urbano. Mas até que ponto o lote típico do Porto, desenvolvido e implantado no parcelamento da cidade para responder a situações e circunstâncias tão diferentes, consegue acomodar as necessidades habitacionais do século XXI? Se é certo que esta economia do solo respondeu ao racionamento da área ocupada por cada família, alojando estes agregados usualmente extensos em tipologias unifamiliares, como podem os regimes atuais de propriedade horizontal e a distribuição em diferentes frações acomodarem-se a este ‘retângulo’ tão conciso?

São várias as questões preliminares quando falamos em habitação plurifamiliar construída no lote estreito e comprido do Porto. Primeiramente, é imprescindível ter em atenção que as leis em vigor são bastante mais estritas do que antigamente, o que quer dizer que, inevitavelmente, haverá alterações face à distribuição de área útil para cada função. Isto é, as leis de acessibilidade e segurança contra incêndios definem, resumidamente, dimensões mínimas para zonas de



79. Rua de 5 de Outubro, Porto



80. Rua de 5 de Outubro, Porto



81. Rua da Lapa, Porto



82. Rua do Breiner, Porto



83. Rua do Breiner, Porto



84. Rua dos Vanzeleros, Porto

circulação coletiva (1,20 metros de largura), obrigatoriedade de instalação de elevador num edifício superior a cinco pisos (ou a previsão de espaço para a sua instalação em edifícios de três pisos), caixa de escadas com patamar a partir dos 2,40 metros de altura, encerrada por portas corta-fogo (Decreto-Lei 163/2006 de 8 agosto). Falamos, portanto, de uma área considerável dedicada aos acessos verticais e consequente distribuição para cada fogo, o que demonstra a capital relevância da posição da caixa de escadas no edifício, uma vez que limitará a disposição das diferentes frações.

Ainda, o RGEU define áreas brutas mínimas para cada tipologia (Artigo 67.º), bem como dimensões mínimas para cada divisão (Artigo 66.º). Para além disso, dentro de cada fogo também se aplica a imposição da instalação de pelo menos um quarto de banho completo, isto é, que inclua as peças sanitárias banheira, pia, sanita e bidé e cuja dimensão permita o acesso a cadeira de rodas. Falamos então de uma grande área dedicada ao quarto de banho.

Com efeito, se as necessidades habitacionais são diferentes e as leis edificatórias rígidas, a apropriação do lote será naturalmente distinta. Mas como se consegue projetar habitação plurifamiliar numa parcela tão justa? Como se ultrapassam as limitações da existência de apenas duas frentes e a profundidade do terreno? Como se garante iluminação e ventilação no núcleo do edifício?

Assim sendo, procuramos neste trabalho trazer à discussão diferentes abordagens adotadas em terrenos precisos na cidade do Porto que permitam estudar os pontos levantados e que ilustrem as potencialidades da arquitetura e do programa residencial contemporâneo sobre a cidade. Para tal, foi selecionada uma amostra de três edifícios que nos servirão a esta análise e que obedecem aos seguintes critérios:

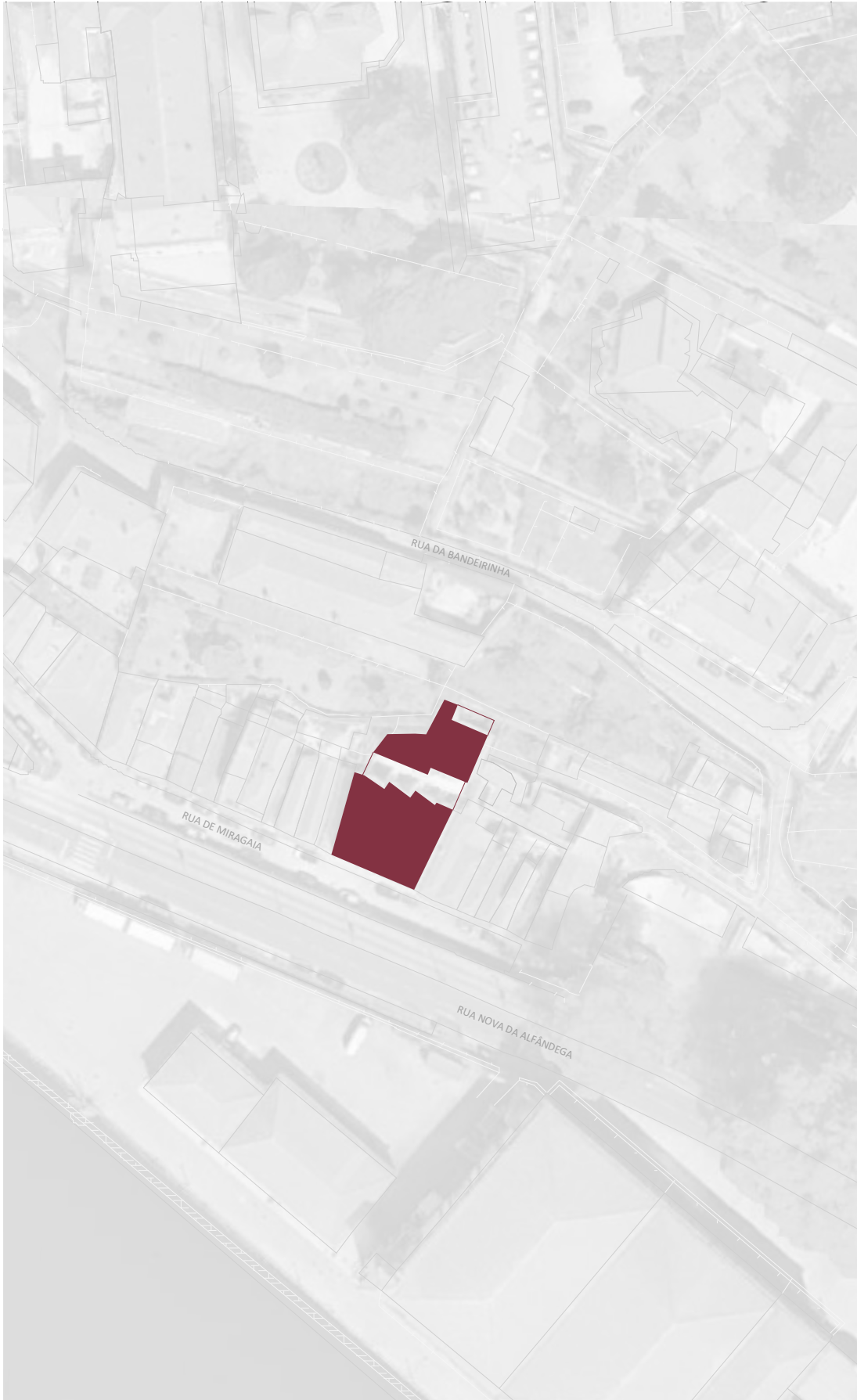
- Construções de raiz executadas nos últimos 10 anos;
- Edifícios de habitação plurifamiliar com o mínimo de três fogos;
- Edifícios cujo programa habitacional englobe pelo menos duas tipologias diferentes;
- Edifícios cujos residentes partilhem um mesmo acesso comum;
- Dimensão máxima de frente de 7 metros;
- Edifícios inscritos em lotes localizados na cidade do Porto e cujo projeto resulta da necessidade de colmatação do tecido urbano, ou por desocupação ou pela impossibilidade em reabilitar as edificações existentes;
- Localizações que exigem uma resposta de resolução de frente urbana de elevada compacidade

Da amostra dos casos de estudo fazem parte os seguintes projetos: edifício de habitação na rua de Miragaia nº 152, de Menos é Mais Arquitetos; edifício de habitação na rua do Bonjardim nº 470, de Pedro Ferreira Architecture Studio; e o edifício de habitação na rua Nossa Senhora de Fátima nº 373, de Pedro Mosca & Pedro Gonçalves Arquitetos.

Com a seleção de casos de estudo não pretendemos classificar as opções como certas e erradas nem canonizar modelos, mas antes procurar conhecer os desafios vigentes ao projetar na cidade do Porto e de que maneira estão a ser atendidos e superados pelos arquitetos que os encaram. A partir de cada caso, procuramos analisar as condicionantes físicas do lote, as condicionantes pré-existentes e as condições programáticas do projeto, fatores que serão resolvidos de forma diferente por diferentes arquitetos. Com este estudo queremos dar atenção ao processo criativo do arquiteto que procura soluções para a pergunta principal desta dissertação:

Como pode o lote estreito e comprido do Porto responder às necessidades habitacionais de uma sociedade em evolução?

CAPÍTULO 4 | Projetar no Lote Estreito



4.1 Edifício na rua de Miragaia, Menos é Mais Arquitetos

O primeiro caso de estudo localiza-se numa das áreas mais antigas da cidade do Porto: Miragaia. A zona de Miragaia conta uma importante fase da história do Porto, por fazer parte da paisagem ribeirinha que desde cedo caracterizou a frente portuense.

Acredita-se que as primeiras ocupações em Miragaia terão acontecido durante a tomada romana quando os assentamentos se dividiam entre o morro da Penaventosa e o primitivo aglomerado ribeirinho que se aproximava do rio Douro (Fernandes, 2007).

Anexo ao núcleo da Ribeira, Miragaia apareceu como uma extensão a poente deste primeiro centro fluvial, onde se realizavam as atividades comerciais e se expressava cada vez mais a vocação mercantil da cidade e a forte dependência fluvial. Em frente à praia de Miragaia e junto à pendente do rio Frio, tratava-se de uma pequena aglomeração piscatória²⁷ que se viu excluída da fortificação fernandina no século XIV. No entanto, é a ocupação na Idade Média que nos deixa os primeiros rascunhos formais sobre a morfologia cadastral e edificatória que vemos hoje em Miragaia²⁸, por ter sido no século XV que se registou um significativo desenvolvimento urbano da área baixa da cidade graças à crescente atividade mercantil. A sua ligação à cidade muralhada era muito forte graças à acessibilidade pela Porta Nova, ligação que viria a ser privilegiada aquando da abertura da rua Nova. O seu potencial fluvial é reconhecido em 1685 com a construção do cais de Miragaia e em 1789 é elaborado, pelo engenheiro Reinaldo Oudinot, o plano da marginal do rio Douro que viria a organizar e a uniformizar toda a frente urbana até à Foz. (Lino, 2018)

Na edificação verificam-se dois cenários: a parte alta onde as propriedades são significativamente maiores, ligadas à alta burguesia e, por outro lado, na parte baixa, a ocupação em excesso por trabalhadores de classes médias e baixas culminou numa construção intensa, marcada até hoje pelos arruamentos e traçados orgânicos, a carência de espaços abertos, os becos, os lotes estreitos e as casas altas. O desenho urbano da zona ribeirinha é, portanto, próximo ao do núcleo

27 “Nas Inquirições de 1258, realizadas no reinado de D. Afonso III (1210-1279), Miragaia contava com 75 casas.” Lino, A. I. B. (2018). *A minha casa és tu: Miragaia e a envolvente ribeirinha (Porto). Contributos para um estudo do património edificado*. [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto]. Porto: FLUP

28 nas palavras de Fernandes (1999), sobre Miragaia “*poderemos situar o processo de formação do seu tecido urbano na Idade Média, havendo documentos, artefactos e elementos arquitectónicos que garantem ocupações muito anteriores, em particular a ocupação romana*”.



85. Rua de Miragaia, 1907



86. Rua de Miragaia, 2022

primitivo, onde as casas estreitas e altas procuravam alcançar o seu espaço e escureciam as ruas. Por se posicionar junto ao sopé da parte alta da cidade, esta zona é naturalmente caracterizada por uma topografia acidentada onde as casas se vão encostando às pendentes, procurando acompanhar as inclinações das ruas. Assim, grande parte das edificações que chegaram até aos dias de hoje e que povoam Miragaia assemelham-se aos modelos mercantilistas que contruíam a cidade intramuros²⁹.

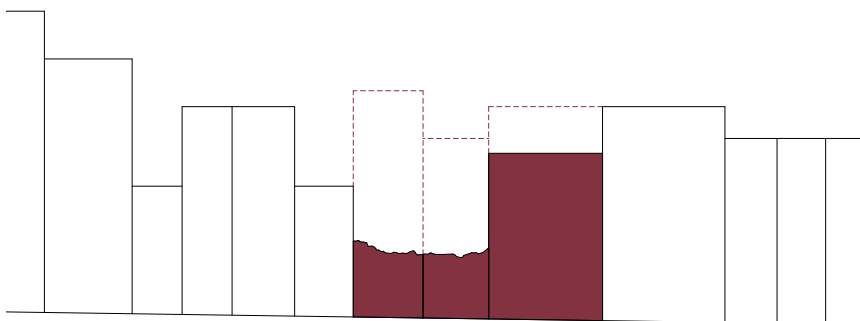
A rua de Miragaia é particularmente conhecida pelos arcos no piso térreo que diferenciam a edificação da linha da frente do troço nascente que outrora se relacionariam diretamente com a praia e que, com a construção da plataforma da Alfândega Nova em meados do século XIX, viu essa relação obstaculizada pela significativa diferença de cotas que interrompe a sua ligação ao rio.

No troço em estudo, igualmente a uma cota inferior em relação à rua Nova da Alfândega, já não se verificam edificações porticadas, aproximando-se dos tipos edificatórios erguidos no morro da Sé. Distribuídas em lotes bastante estreitos, este conjunto de casas encaixa-se entre uma diferença de cotas de 30 metros até à rua da Bandeirinha. Esta área em estudo resume eficazmente as características edificatórias da cidade histórica, a divisão cadastral em parcelas muito pequenas, estreitas, encostadas ao muro de fundo, a maioria delas sem logradouro e semi-enterradas com uma só fachada, o que culmina numa total ou quase total edificação da área do lote. Trata-se, portanto, de lotes efetivamente muito estreitos, em que se verificam larguras desde os 3,14 metros, sendo que apenas quatro casas ultrapassam os cinco metros de frente.

O projeto do gabinete Menos é Mais (MÉM) veio colmatar um vazio urbano que se instalara neste conjunto edificado, na verdade o único, e atua em dois lotes adjacentes que se destacavam pelo contraste com a elevada densidade contruída desta área urbana consolidada, por neles permanecerem apenas vestígios de construções em ruínas. O estado de ruína terá sido provocado pelo envelhecimento natural das estruturas mas essencialmente devido a um grande incêndio que terá destruídos estes edifícios (Santos, 2021).

Na parcela a poente permanecia apenas parte de um muro em alvenaria de granito, a partir do qual poderemos inferir ter-se tratado de dois lotes, pela marcação dos quatro vãos no alçado e pelo contexto cadastral e tipológico onde se insere. No lote contíguo, apesar de o interior do

29 O modelo mercantilista da casa burguesa do Porto caracterizava-se, geralmente, por uma construção semi-enterrada, de apenas uma frente, pelo muro tardo enfrentar a encosta e nele se encostava a escada, erguida em materiais pobres e adaptada aos lotes medievais extremamente estreitos e pouco profundos (ver subcapítulo 2.2).



87. Alçado rua de Miragaia - pré-existência



88. Rua de Miragaia, 2014 - pré-existência



89. Rua de Miragaia, 2022

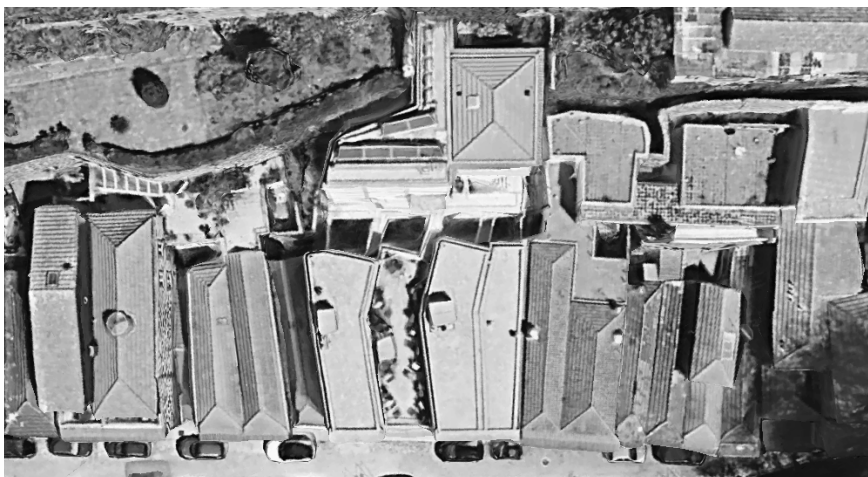
edifício estar completamente vazio, mantém-se de pé a fachada principal de um edifício, parte da parede de meação e ainda apontamentos de uma estrutura independente no fundo da parcela. A fachada em ruínas consegue dar-nos algumas pistas da qualidade arquitetónica do edifício do século XVIII (Mais, s.d.), que se erguia em quatro pisos e abria três vãos, à semelhança do edifício vizinho. A maior particularidade desta fachada será o pormenor do desenho de alçado que se confronta com a linguagem mais simples dos restantes e do qual se evidencia o trabalho escultórico dos frontões interrompidos que emolduram os vãos do piso térreo. Os 7,15 metros de largura desta fachada podem igualmente sugerir uma agregação de dois lotes de dimensões estreitas, no entanto, não conhecemos registos que o possam comprovar.

Concentrando-nos nas pré-existências registadas na área a atuar, ao gabinete MÉM foi proposta a criação de um edifício que integrasse um programa habitacional e que ele próprio habitasse aquele vazio urbano que apelava a uma intervenção.

Relembrando o tema principal deste trabalho – a habitação plurifamiliar no lote estreito do Porto – este projeto pode não parecer enquadrar-se, numa primeira aproximação teórica, no tema do lote estreito, uma vez que efetivamente se desenvolve numa parcela total de 486m², com aproximadamente 15,7 metros de frente. No entanto, a abordagem que os arquitetos assumem é resultado da interpretação do contexto e das tradições arquitetónicas do Porto e representa uma visão e um exemplo que nos importa analisar.

De facto, a primeira e principal questão para os arquitetos foi a preocupação com a integração de um novo edifício numa área da cidade tão consolidada e densamente contruída. Na visão do atelier, o novo edifício deveria respeitar o ambiente, saber ler as condicionantes e adaptar-se a elas. Francisco Vieira de Campos confirma mesmo, a propósito do projeto de 2014, o Centro de Artes Contemporâneas nos Açores, que *“a forte ligação às pré-existências não é só desta obra, essa leitura de aproximação contextual aos fatores do lugar é um método de trabalho, é um sistema”* (apud Salema, 2015).

Desta forma, foi projetado um edifício que se ergue à face da rua e preenche a lacuna paisagística na totalidade da largura da área de intervenção. No entanto, o largo volume da construção é dissuadido pelo jogo de blocos que compõem a fachada e que, na realidade, também têm repercussões em planta. Apesar de se tratar de um único edifício, no alçado individualizam-se três momentos: a reabilitação da fachada pré-existente, finalizada com a adição de um quarto piso que outrora terá existido, e a outra metade do terreno divide-se em dois volumes esguios. Os três volumes pretendem assumir-se como organismos distintos, como se de três casas se



90. Vista aérea rua de Miragaia, 2022



91. Cobertura praticável



92. Maquete do projeto



93. Fachada principal



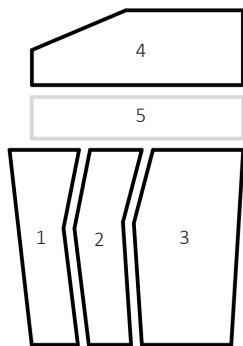
94. Fachada principal

tratassem, procurando a partir da divisão do lote e a diferenciação das alturas integrar o desenho recortado do alçado da rua de Miragaia e, simultaneamente, refletir a tradição e a marcação do estreito parcelamento do lote³⁰.

Com a intenção de tornar este o mote central da intervenção, o parcelamento estreito é igualmente sugerido no volume mais largo, a partir do desenho da cobertura onde também é marcada a divisão do lote, embora neste volume apenas ilusoriamente. Este trabalho volumétrico é verdadeiramente bem conseguido, uma vez que capta a essência da tradição arquitetónica e urbanística portuense e transporta-a para o presente, resultando numa intervenção extremamente bem integrada na lógica do contexto, como se tivesse sido construída a par das restantes casas. Mesmo a falsa divisão do lote na cobertura do primeiro edifício assume um apontamento atentíssimo dos arquitetos, visto que, por se localizar numa zona de elevada pendente, a cobertura é percecionada desde as ruas posteriores e desde a outra margem do rio. Ou seja, a definição destas formas estreitas acompanha o ritmo das fachadas e dos telhados compridos que caracterizam não só o conjunto, mas a paisagem da cidade do Porto, denotando que as coberturas, apesar de planas, aproximam-se da cor laranja das típicas telhas de marselha pelo emprego de tijolo burro como revestimento.

Do mesmo modo, o desenho do alçado é cuidadosamente pensado de maneira a responder ao mesmo intuito de se integrar no conjunto envolvente. Os pilares em betão refletem a estrutura na fachada e vinculam deliberadamente a divisão entre os dois novos blocos. O betão é aqui empregue numa analogia à cantaria preservada, sendo ele o material privilegiado em toda a estrutura desta obra. Ainda assim, os vãos deixados abertos pela moldura do betão tomam forma a partir da introdução de caixilharia em madeira que preenche o vão na totalidade. Nesta estrutura de madeira ensaiam-se dois padrões diferentes que pretendem intercalar entre os panos de vidro e os panos das portadas: a divisão em quatro (janela-portada-janela-portada) e a divisão a meio (janela-portada). As janelas, altas e estreitas, evidenciam a métrica ritmada do panorama portuense e as ripas verticais em madeira acentuam a verticalidade dos vãos. A abordagem atenta e cuidada do gabinete MÉM reflete, verdadeiramente, a intenção de *“trazer para dentro de uma técnica construtiva a matéria que constrói de facto estes edifícios [antigos]”*

30 É interessante perceber que esta divisão voluntária de um lote maior em dois ou vários mais pequenos não é novidade em intervenções na cidade, visto que nas expansões de oitocentos a tradição da casa estreita portuense mantinha-se mesmo que assim não tivesse de ser, procedendo-se ao parcelamento de terrenos de quintas, etc. Fernandes, F. B. (1999). *Transformação e permanência na habitação portuense, as formas da casa nas formas da cidade* (2 ed.). Porto: FAUP Publicações. (ver subcapítulo 2.2).



95. Esquema de volumes



96. Galeria de acessos



97. Galeria de acessos



98. Galeria de acessos



99. Galeria de acessos - vista superior



100. Galeria de acessos - vista inferior

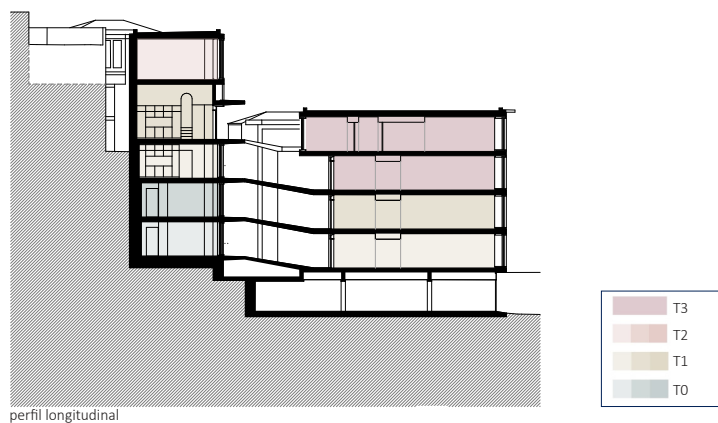
(*apud* Salema, 2015), pela maneira como interpretam a herança histórica e a renovam, e o edifício quer-se *“ao mesmo tempo neutro e silencioso, para evidenciar o conjunto onde está inserido, sem linguagem, sem tempo”* (Mais, s.d.).

A utilização das peças em madeira e as guardas metálicas relembra o emprego destes materiais leves nas casas burguesas, assim como o pormenor dos frisos que avançam face ao pano de fachada. Outro importante detalhe a ressaltar será a opção dela ardósia em escama para rematar o tratamento das empenas que, sendo um material ativamente presente nas casas burguesas, aqui procura restaurar essa memória mas com um objetivo diferente, apresentando uma solução bem conseguida para o tratamento destes panos cegos que tanto caracterizam o Porto e que muitas vezes permanecem crus e inacabados.

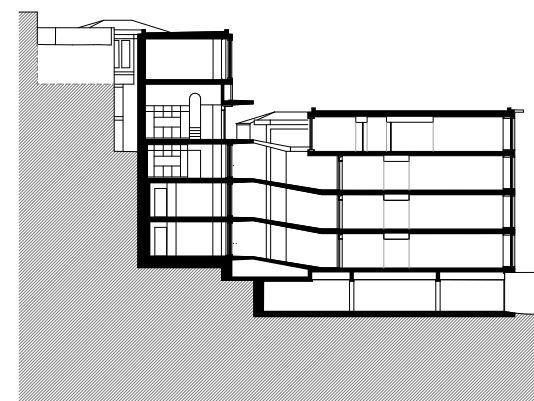
Estes três volumes, apesar de divididos entre si pelas paredes de falsa meação, funcionam em conjunto, isto é, na realidade são cinco os núcleos que compõem esta obra. O projeto conta com quatro volumes contruídos dedicados a frações de habitação, sendo o último construído em extensão do fundo do terreno sobre a ruína que ali permanecia. É também neste volume traseiro que se integram os acessos verticais, constituídos por uma escada em tiro e um elevador. O quinto núcleo consideramos ser o espaço vazio que separa as edificações frontais e posteriores, tratando-se de uma área de importância capital para o funcionamento da distribuição programática adotada. Poderá aproximar-se do conceito de logradouro, mas, de facto, destina-se ao acesso aos fogos e à conexão entre todos os volumes.

A partição entre construção frontal e tardoz constituiu este vazio intersticial, alto e naturalmente pouco iluminado mas sobre o qual se planeou um propósito exclusivamente funcional, um sistema de galerias exteriores que, por meio de rampas, servem o acesso a cada fogo. Esta coluna vertical torna-se, na verdade, no ponto chave da organização programática deste projeto, assumindo um papel unificador entre todos os volumes, todos os fogos, todos os habitantes. As colunas de ar lembram saguões e os caminhos que se dispõem nos diferentes estratos, protegidos por finas guardas metálicas permitem a transparência e o contacto entre os núcleos num sentido de unidade.

A entrada no edifício realiza-se pela porta pré-existente mais encostada ao perímetro do terreno e posteriormente por um comprido corredor que nos encaminha até ao átrio mediano de distribuição. O piso térreo é o único andar em que os três volumes dianteiros se unem espacialmente, não havendo praticamente marcação da divisão dos lotes num espaço amplo conjunto que incorpora um espaço de garagem interior partilhado.



perfil longitudinal



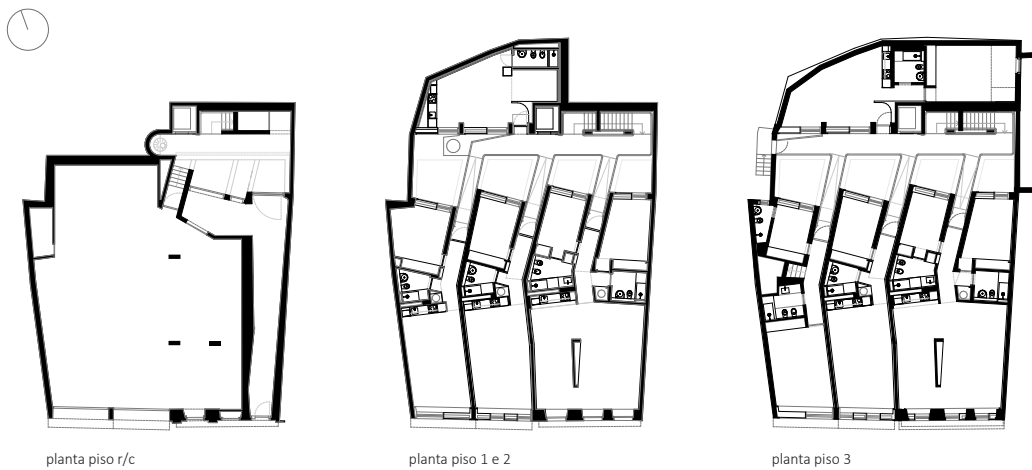
perfil longitudinal



planta piso r/c

planta piso 1 e 2

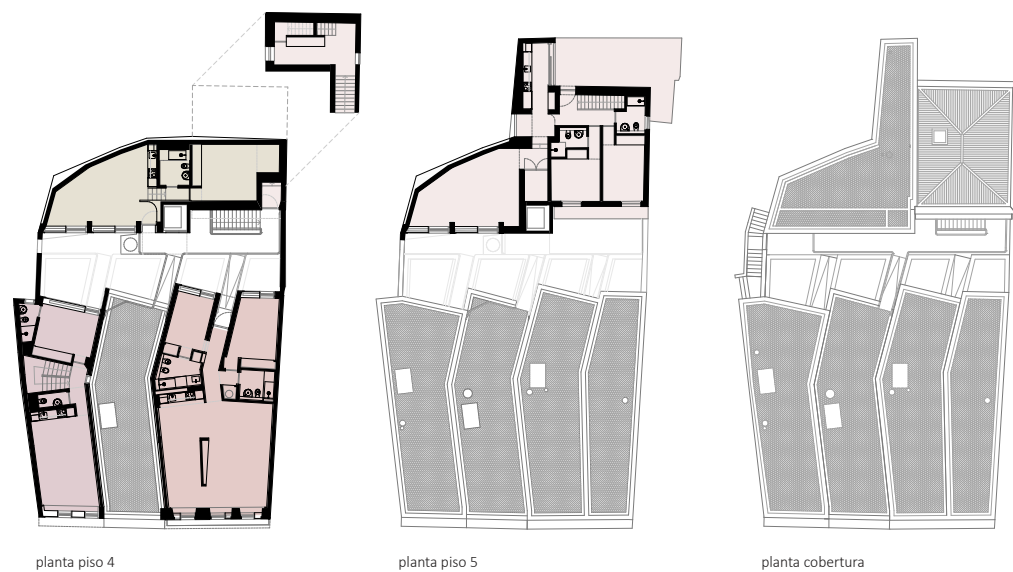
planta piso 3



planta piso r/c

planta piso 1 e 2

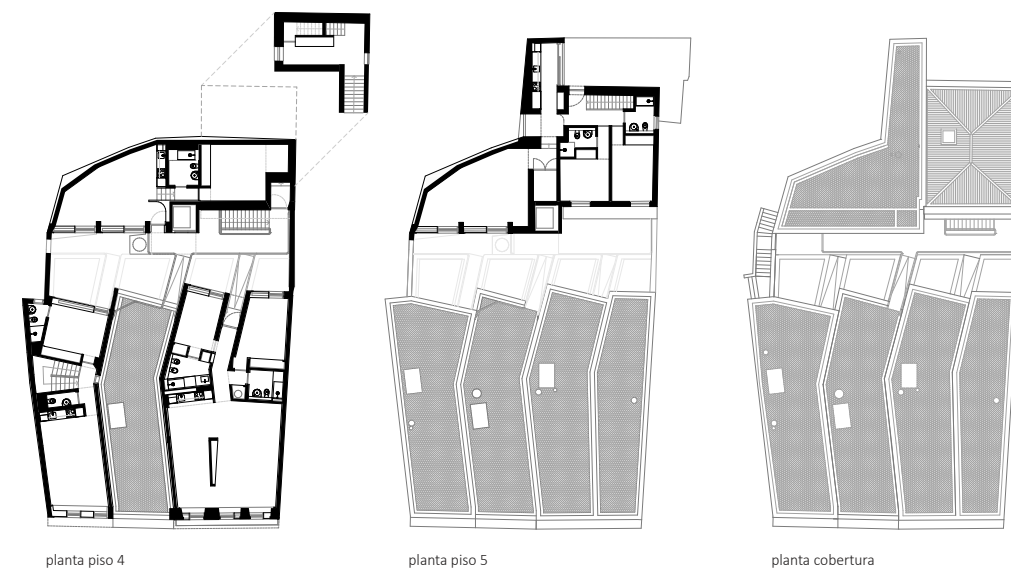
planta piso 3



planta piso 4

planta piso 5

planta cobertura



planta piso 4

planta piso 5

planta cobertura

101. Desenhos do projeto - divisão das frações

102. Desenhos do projeto

Este conjunto habitacional acomoda 14 fogos, dos quais fazem parte quatro tipologias: dois T0, sete T1, quatro T2 e um T3.

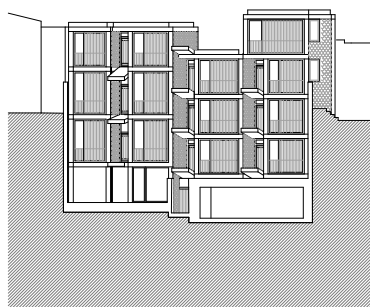
Em cada piso a galeria assegura o acesso aos apartamentos posteriores e aos três fogos da frente, cada um destes delimitado pelo perímetro do lote sugerido. Ou seja, o estabelecimento dos dois lotes estreitos define, de facto, a separação física dos volumes, partilhando apenas o sistema de acessos. Nestes casos, no miolo do edifício posicionam-se estrategicamente os compartimentos de serviço, as zonas que não necessitam determinantemente de luz natural, ou seja, os quartos de banho. Este compartimento assume em toda a altura a posição central, traduzida como uma coluna de serviço na qual as infraestruturas se alinham verticalmente, deixando a restante área do fogo sem obstáculos que possam condicionar a sua amplitude. Característica que realmente se revela crucial quando se trabalha com uma área com aproximadamente quatro metros de largura. Assim, os dois compartimentos habitáveis - a sala e o quarto - procuram maior amplitude ao se disporem junto às duas fachadas livres, procurando aproveitar uma maior largura e o contacto com a luz natural. Neste sentido, a kitchenette incorpora a área da sala, encostada ao volume central, e não interrompe a continuidade cozinha – sala de jantar – sala de estar, constituindo-se como um único espaço.

Nesta organização espacial ficam evidentes as maiores vantagens da estratégia adotada pelo gabinete em separar o núcleo de acessos dos volumes habitáveis: como era geralmente habitual nas casas estreitas portuguesas, a caixa de escadas ao centro do edifício quebra o contacto entre frente – traseiras, impossibilitando a continuidade da amplitude total do andar e consequente, nos casos de habitação plurifamiliar, a criação de frações maiores. Assim, não só a exclusão da caixa de escadas de dentro de cada volume separadamente contribui para uma maior economia de acessos, como cada fração poderá aproveitar toda a extensão de cada andar e a área central agora livre pode ser dedicada a área útil para o fogo.

No entanto, parece-nos ainda maior a proximidade deste projeto com os primeiros modelos da casa burguesa. Relembrando os pontos tratados no subcapítulo 2.2, as tipologias abundantemente construídas no centro histórico do Porto, as quais Fernandes (1999) cataloga como casas mercantilistas, nos lotes mais pequenos e com uma só fachada, preferiam o posicionamento da escada encostada transversalmente à parede cega tardoz, libertando assim toda a área do andar para a frente. Nesta intervenção conseguimos cruzar alguns pontos importantes que nos levam a aferir uma interpretação contemporânea deste modelo por parte do gabinete MÉM, no sentido em que a escada não interfere efetivamente com a continuidade do espaço interior,



alçado frontal



alçado tardoz

103. Desenhos do projeto



104. Volumes frontais e tardoz

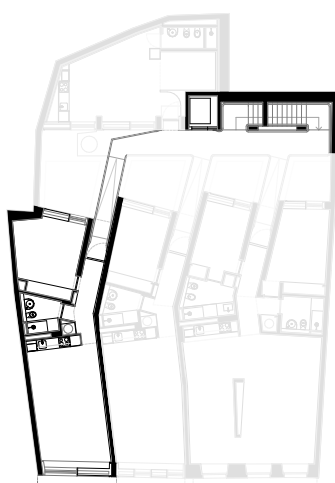
como, para além disso, descola-se completamente dele criando condições para uma segunda fachada livre. Através desta quebra entre espaço de habitar e dispositivo de distribuição, o vazio criado entre eles permite o acesso a luz natural numa zona semi-enterrada mas que na verdade não o parece.

No terceiro bloco, por trás da fachada recuperada, a maior largura do volume recebe apartamentos com dois quartos, traduzindo-se a sua organização espacial quase como uma duplicação dos T1 adjacentes, numa lógica de espaços de estar virados a sul, igualmente procurando a unidade entre salas e cozinha, áreas de dormir voltadas a norte para o pátio interior e dois quartos de banho na faixa central, separados por um corredor a meio que serve o acesso aos compartimentos e à entrada do fogo.

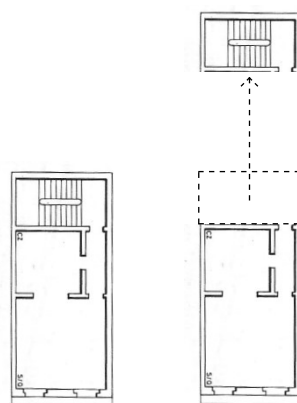
Ao focarmo-nos no volume tardoz, este já se afasta das morfologias em estudo, porém contribui igualmente para a unidade do conjunto. À semelhança da intervenção da ala frontal, a ruína que permanecia no fundo do terreno exatamente por trás da casa do século XVIII foi mantida e recuperada e a ela anexada uma ampliação com linguagem análoga às opções tomadas para os volumes frontais. Este núcleo encosta-se à escarpa e, por isso, assume uma planta irregular e, como só possui uma fachada livre, aposta no desenvolvimento do espaço interior mais alongado do que profundo. No primeiro e segundo piso instalam-se T0 e a partir do terceiro a construção vai conseguindo conquistar luz e espaço ao talude onde se estabelecem fogos com um quarto. Por fim, a partir da galeria de circulação do quarto piso é possível aceder a mais um fogo T2 que se desenvolve no piso superior, com a configuração mais diferenciada de todas as anteriores, por possuir um pátio tardoz e consequentemente uma nova fachada.

Para terminar a análise desta obra, interessa-nos focar novamente nos volumes estreitos frontais. Como vimos, a sua disposição frente-traseiras acomoda fogos com um quarto, no entanto, o volume mais alto distingue-se pelo aproveitamento dos dois pisos superiores para a integração de um fogo duplex com três quartos. É, pois, a fração maior do projeto, por se estender por dois pisos, sendo que no primeiro se instalam dois quartos junto a cada fachada, e a escada posicionada ao centro da composição liga ao piso superior onde se desenvolve a área comum de sala e cozinha na frente e o terceiro quarto a norte.

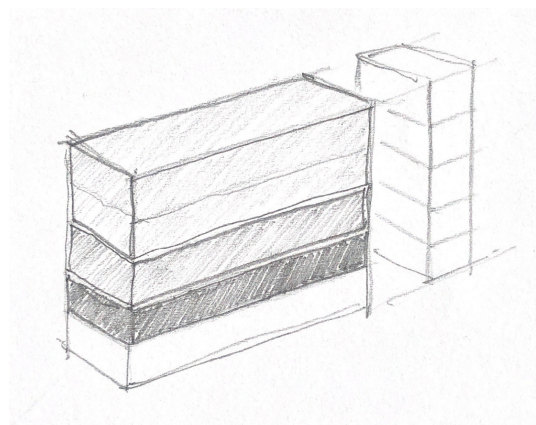
Finalizada a análise do objeto conjunto, experimentámos isolar o volume estreito a poente e aferimos que esta parcela, em conjunto com o núcleo de acessos, poderia representar ela própria o caso de estudo. Isto é, este esquema organizativo que resulta da dissociação das áreas privadas e das áreas coletivas a partir da separação física em dois corpos poderia representar



105. Esquema síntese da parcela

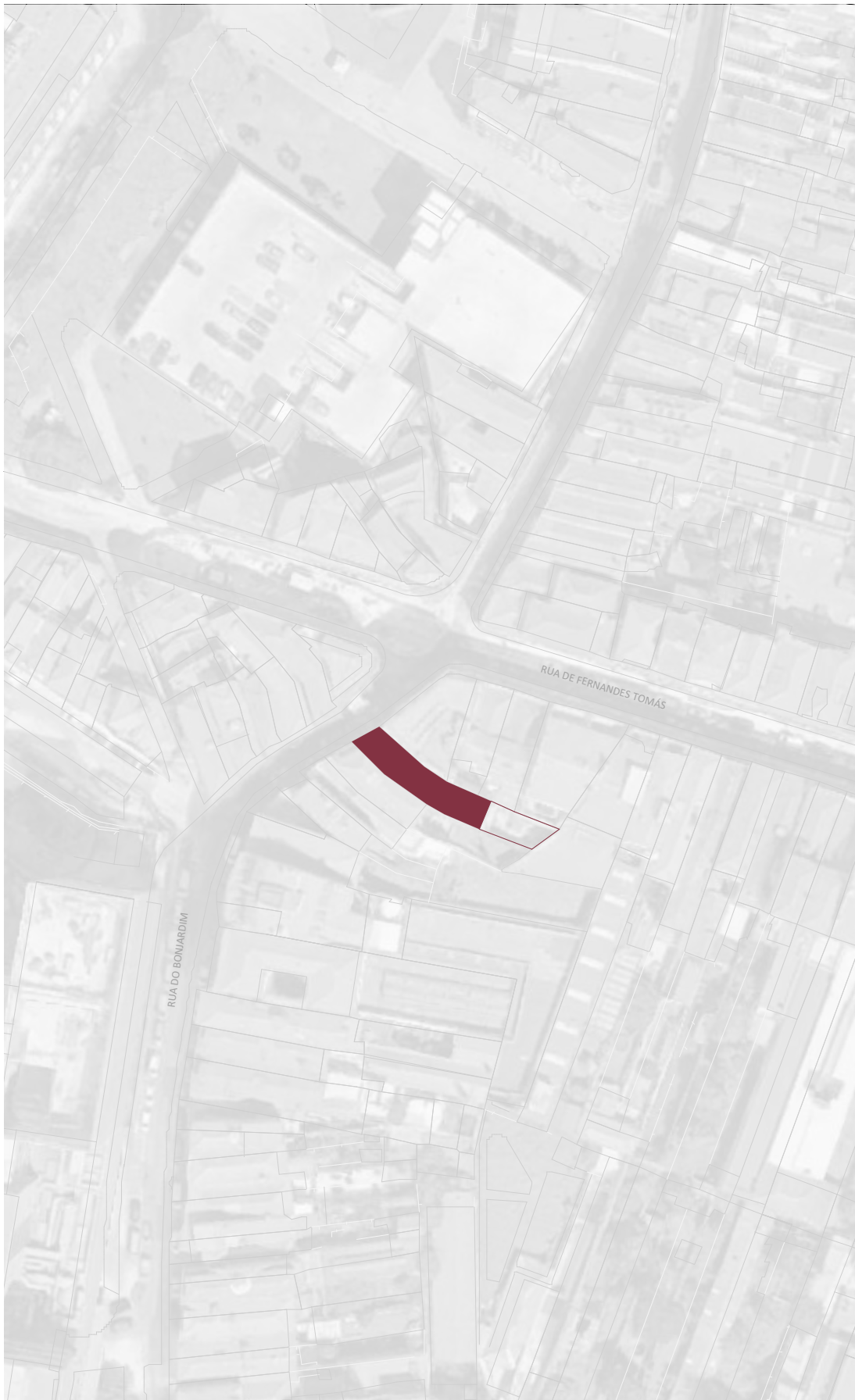


106. Separação da escada na casa mercantil



107. Esboço síntese da parcela

um modelo possível e exequível num lote estreito do Porto. De facto, numa parcela com pouco mais de 100m² e cinco pisos construídos é possível integrar dois fogos T1, um fogo T2 duplex, e um piso térreo habitável. Será então o maior benefício deste exemplo a flexibilidade compositiva das frações, pela maior disponibilidade e continuidade da área em cada piso, que culminam na possibilidade de acomodação de tipologias maiores, sendo que a exclusão da escada da área interior representará uma solução a considerar em lotes extremamente estreitos e onde a mesma poderá assumir um desenho que melhor se adapte às condições de cada parcela.



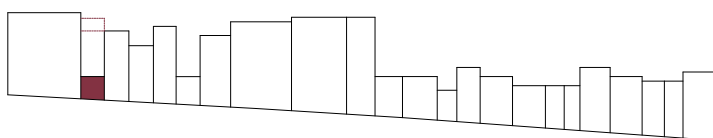
4.2 Edifício na rua do Bonjardim, Pedro Ferreira Architecture Studio

Situado em plena baixa do Porto, o objeto em estudo é construído num lote tipicamente estreito na rua do Bonjardim, no número de polícia 470. Enquadrado numa área urbana intensamente edificada, o edifício insere-se num quarteirão largo balizado entre as ruas de Fernandes Tomás, de Sá da Bandeira, Formosa e do Bonjardim.

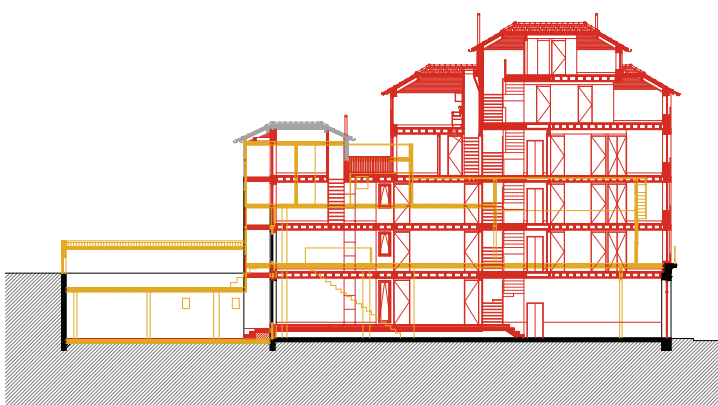
A edificação cresce em todo o perímetro do quarteirão e o interior entre as edificações é deixado praticamente livre para espaços de logradouro. A grande parte das construções que edificam as margens destas ruas são casas burguesas com duas frentes e, portanto, é bem perceptível a marcação do lote estreito tanto no ritmo das fachadas como na composição formal dos logradouros que se estendem em compridas parcelas até ao interior do quarteirão. Por outro lado, encontram-se também alguns exemplos de edifícios concluídos no século XX, que contrastam em escala e altura, criando um perfil acentuadamente recortado, como é o exemplo do edifício em gaveto imediatamente adjacente ao objeto em estudo.

Não conseguimos datar com precisão o processo de urbanização da rua do Bonjardim, porque, de facto, tratou-se de um desenvolvimento prolongado no tempo mas principalmente muito primitivo. Quer isto dizer que os primeiros traçados da rua do Bonjardim são extremamente antigos face à área circundante porque, na verdade, esta era a antiga estrada para Guimarães, um dos cinco braços medievais que saíam do núcleo histórico (Nonell & Tavares, 1994, p. 128). Falamos, portanto, de um caminho profundamente rudimentar, rodeado de terrenos agrícolas e ao longo do qual um crescente número de construções se ia disseminando (Pinto & Fernandes, 2021, p. 10).

Todavia, é apenas no século XVIII, quando a população se começa a expandir ativamente para fora da muralha e impulsionado pelas intervenções dos Almadas, que em torno da rua do Bonjardim se começam a registar os primeiros passos para a consolidação de uma urbanidade. Assim, a estrada para Guimarães terá sido pavimentada e requalificada devidamente, passando a assumir o carácter de rua, cuja quinta de Santo António do Bonjardim lhe deu o nome e cujos terrenos deram lugar à edificação (Figueiredo et al., 2013, p. 61). Engolida pela densa edificação, a rua do Bonjardim acaba por perder um pouco da sua importância para novos eixos iluministas,



108. Alçado rua do Bonjardim, pré-existência



109. Perfil longitudinal - vermelhos e amarelos



110. Render da fachada principal



111. Fachada principal, 2014 (pré-existência)



112. Recuperação da fachada tardoz

como as ruas do Almada e de Santa Catarina, que representavam os ideais de salubridade pelo desenho mais largo e alinhamento reto.

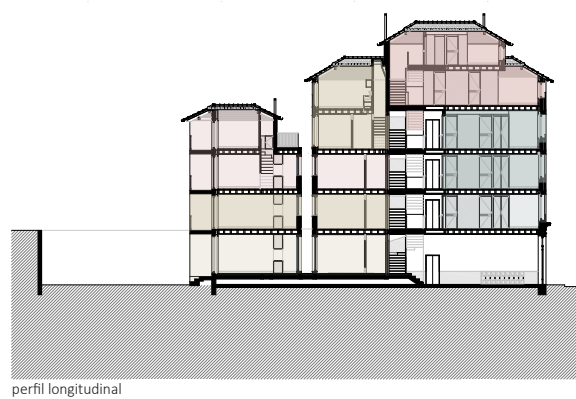
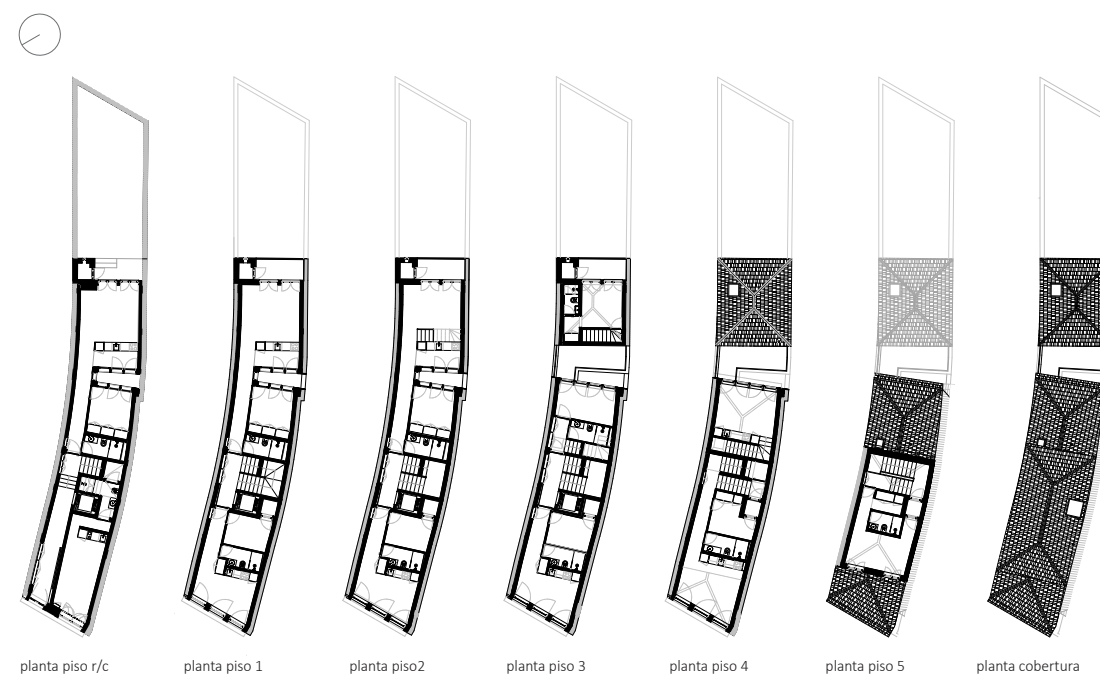
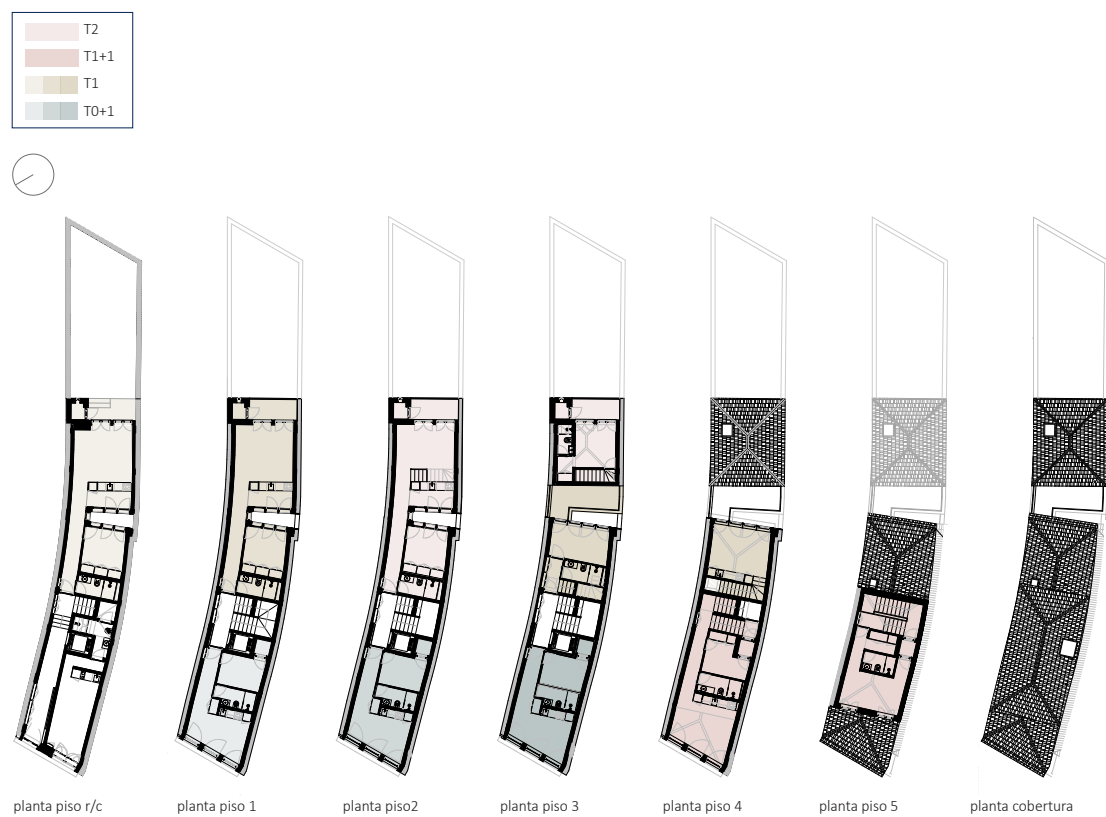
Na representação de George Balck, no início do século XIX, a edificação construía-se, por regra, ao longo das ruas, verificando-se que o lote em questão já estaria ocupado. Apenas mais tarde, o quarteirão ficaria completo com a abertura da rua de Sá da Bandeira em 1836 (Figueiredo et al., 2013, p. 71).

No lote número 470 permanecia uma pequena casa que faceava a rua com um pano granítico vertical, rasgado por dois vãos e coroado por guardas metálicas que protegiam o piso superior. O segundo piso era, pelo contrário, construído com materiais leves, essencialmente com madeira e revestimento a ardósia, em que na sua frente recuada ainda se mantinham os detalhes cuidadosamente trabalhados que decoravam o frontão de duas águas inclinadas. Apesar da imagem aparentemente simples no exterior, a construção desenvolvia-se num longo terreno com 37 metros de profundidade e aproximadamente 4,5 metros de largura, ocupando a totalidade do lote. Nos desenhos de levantamento que o atelier nos cedeu ficou registada a matriz construtiva existente na qual podemos constatar as várias modificações de cotas e pés direitos entre espaços interiores e volumes, o que traduzirá, certamente, a constante adição de parcelas à casa primitiva resultado da contínua procura por habitação no centro do Porto até ao século XX³¹. Porém, por se tratar de matérias-primas precárias, estas estruturas já se encontravam num avançado estado de degradação, sendo apenas seguro manter-se os elementos em granito.

A encomenda ao Pedro Ferreira Architecture Studio (PFAS) requeria a conceção de um edifício de habitação plurifamiliar, cuja resposta volumétrica fizesse sentido no contexto urbano onde se insere e cuja organização programática procurasse tirar máximo proveito da área construída para a acomodação de várias frações.

Perante este objetivo era clara a intenção em ampliar a volumetria da casa pré-existente e a primeira decisão com a qual o gabinete se deparou terá sido a possibilidade de manter algumas estruturas pré-existentes, nomeadamente a fachada principal e parte do anexo tardoz do qual se preservaram os muros laterais e parte da fachada posterior. Deste modo, prevendo uma intervenção profunda, muitas foram as discussões sobre se se deveria manter estes elementos ou adotar uma linguagem completamente nova. No entanto, a decisão de preservar viria a delimitar as fronteiras da área a construir, o que significava a possibilidade de uma maior área

31 Fenómeno tratado nos capítulos 1 e 2



113. Desenhos do projeto - divisão das frações



114. Desenhos do projeto

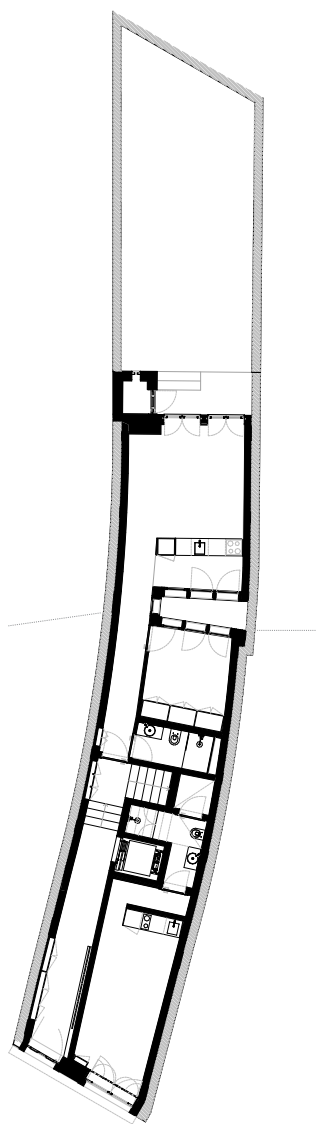
construída, uma vez que a posição do volume tardoz existente o destacava dos edifícios imediatamente adjacentes porque avançava para o espaço do logradouro. Assim sendo, o novo edifício conservaria a extensão entre as fachadas rehabilitadas, conseguindo ainda reutilizar o logradouro como espaço exterior.

O edifício é, então, composto por oito frações - três T0+1, três T1, um T1+1 e um T2 - e desenvolve-se numa extensão com sensivelmente 24,70 metros em que não são apenas os elementos que falamos antes que se mantêm mas também a memória compositiva pré-existente, cujo recorte volumétrico dos acrescentos demolidos inspira o crescimento do novo edifício em vários volumes. Isto é, o projeto de PFAS organiza o edifício essencialmente em dois corpos, fazendo a separação física entre parcela frontal e tardoz, em que a frontal acompanha a volumetria dos edifícios adjacentes e alinha os seus limites frontal e tardoz por eles, e a segunda que se adianta para o espaço do logradouro e se descola do corpo principal, ficando apenas ligadas por um braço.

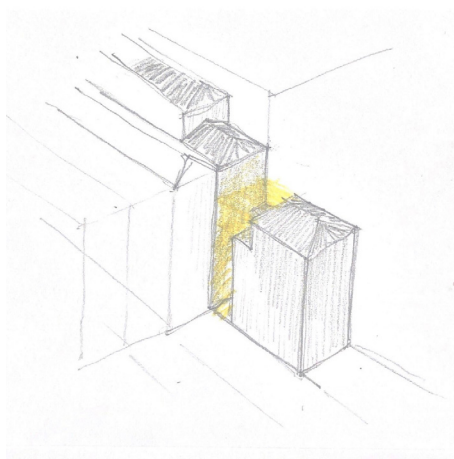
O volume dianteiro ergue-se em seis pisos acima do solo e é numa posição central que se inscrevem a caixa de escadas e o elevador. A escada em U é desenhada perpendicularmente à parede meeira e ao lado dela instala-se um elevador, desenhando uma coluna vertical que atravessa todo o edifício. A largura útil de 4,20 metros da zona central apenas permite a integração de um curto patamar que serve simultaneamente de patamar da escada e de corredor distribuidor para as diferentes frações, dispostas de cada lado. Ou seja, este núcleo de acessos assume-se como charneira da composição, dividindo as frações entre frente e traseiras. O desenho da escada aproxima-se da posição da mesma nos modelos burgueses, com a diferença de que, no projeto em estudo, se trata de um espaço de uso coletivo, logo a continuidade frente-traseiras fica condicionada por esta interrupção.

Ainda num paralelismo com a casa burguesa, nomeadamente com os modelos até ao século XX, a fração do rés do chão e adjacente à rua constitui uma parcela totalmente independente do edifício habitacional que, pela comunicação direta à rua, é propícia à instalação de um estabelecimento comercial mas está igualmente preparada para servir uma habitação de tipologia T0. O compartimento amplo permite a flexibilidade de usos e adaptação ao programa adotado assim como a instalação de um quarto de banho que se acomoda nos espaços intersticiais entre a escada e o elevador, notando que a zona de duche pôde ser prevista debaixo da escada pela sobrelevação da mesma em antecipação³², ficando assim garantido o pé direito necessário.

32 Decisão que assumiu implicações na acessibilidade do apartamento traseiro



115. Planta piso r/c



116. Esboço da separação dos volumes

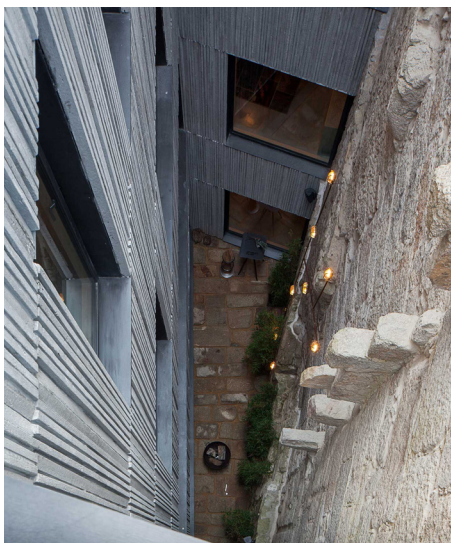
O acesso à rua é realizado pelo vão original, a partir do qual se tenta recriar de certo modo o estabelecimento de comércio de produção artesanal de molduras que ali existiu durante muitos anos.

Consequentemente, a entrada no prédio mantém-se pelo vão à esquerda percorrendo-se um corredor que se alonga junto à parede meeira e nos indica o acesso ao elevador e à escada. O corredor como dispositivo de circulação está marcadamente bem definido em todo o projeto, visto que define um eixo contínuo que percorre toda a extensão do edifício junto ao muro de meação que assume a função de distribuição tanto nas zonas coletivas, como dentro de cada fogo. O conceito de corredor distribuidor é, na verdade, um elemento caracterizador das casas do Porto principalmente a partir do século XVIII aquando da definição de lotes e casas mais extensas, procurando aqui assumir, em conjunto com a escada, o elo agregador de todas as frações do edifício e de todas as divisões de cada fogo.

Ainda no piso térreo, a fração tardoz é constituída por um fogo T1 em que os compartimentos da casa se dispõem sucessivamente ao longo deste corredor que garante a ligação da zona mais interna da casa até ao espaço amplo tardoz. O quarto de banho instala-se junto ao núcleo central por ser a única divisão que não necessita obrigatoriamente de luz natural. Com apenas três peças sanitárias – lavatório, sanita e duche – o quarto de banho perfaz 3,60m² e não cumpre com as regras do GAMT por ser apontado como um projeto de reabilitação, logo os regulamentos de acessibilidade não são perentórios e, por isso, não é consumida tanta área para este compartimento como nos outros projetos em estudo.

De igual forma, a maior vantagem considerada pelo gabinete em reabilitar o anexo posterior terá sido, como sugerimos anteriormente, uma maior extensão da área construída, mas essencialmente a oportunidade de criar uma entrada de luz mesmo a meio da composição. Quer isto dizer que a separação física entre as duas alas permitiu o desenho de um vazio entre as construções, assemelhando-se a um saguão mas na verdade é faceado apenas por três lados, uma vez que o quarto lado aproveita o avanço do volume no lote e a inexistência de construções adjacentes para se permanecer aberto. Assim, esta reentrância, ainda que estreita, consegue desfrutar da orientação a sul e a luz que a atravessa consegue iluminar imprevisivelmente a zona interior do fogo. Deste modo, tornou-se possível a criação de um quarto no interior do lote com acesso a luz e a ventilação natural.

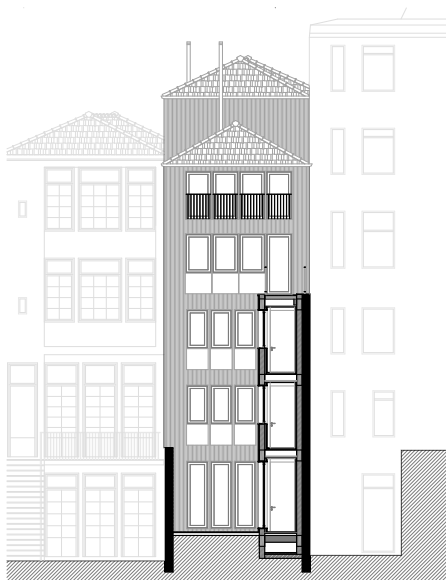
É certo que os modelos burgueses já haviam ensaiado compartimentos interiores junto à escada - as alcovas - no entanto, nesta intervenção assegura-se um contacto mais direto com o exterior



117. Armazém Luxury Housing - pátio interior



118. Colmatção com fachada tardoz do prédio vizinho



119. Perfil transversal pelo ponto de quebra dos volumes



120. Cozinha do T1 Tardoz



121. Sala do T1 tardoz

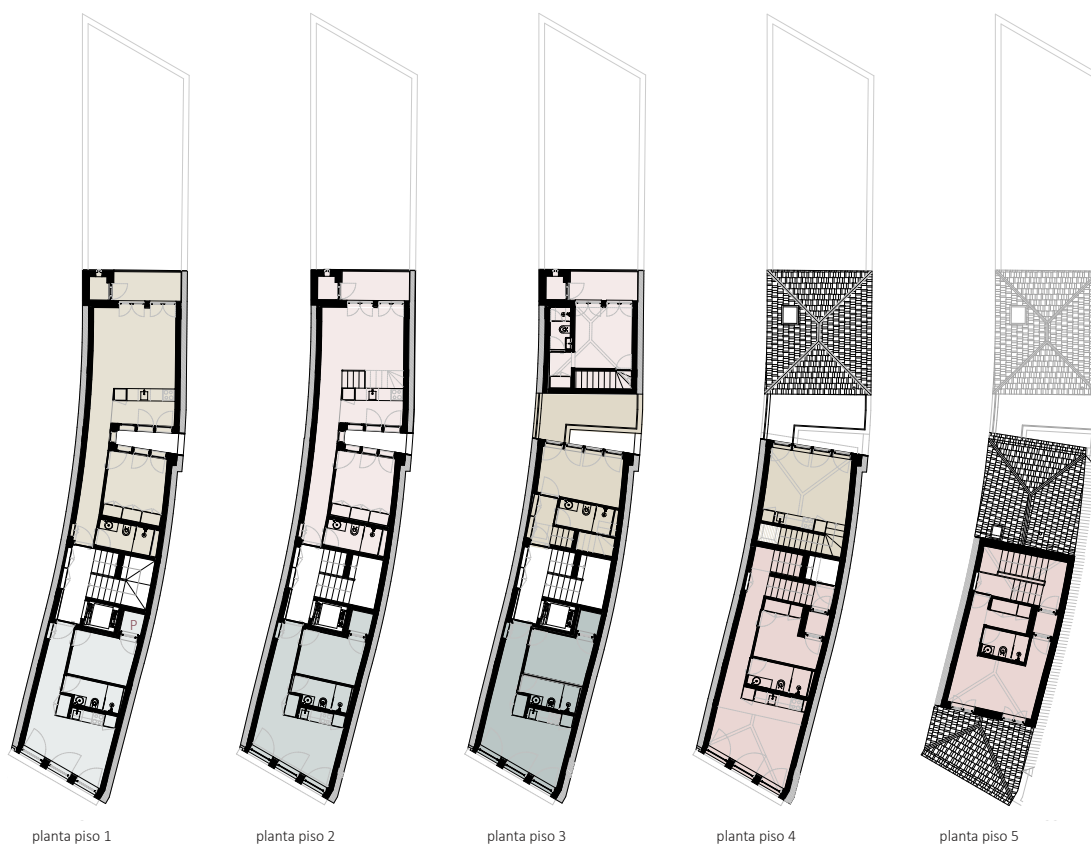
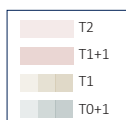
a partir desta coluna de ar e não apenas por meio do compartimento da escada iluminado pela claraboia, que não deixa de ser interior.

Uma estratégia análoga já fora adotada em 2016 pelo gabinete de arquitetura Pedra Líquida no projeto “Armazém Luxury Housing”, igualmente inserido num lote estreito em plena baixa do Porto, onde é aberto um espaço exterior no cerne da parcela a partir da partição do bloco construído. Este projeto, embora englobe um programa distinto inteiramente dedicado a suites hoteleiras, materializa uma estratégia geométrica que reforça as vantagens em conseguir introduzir luz natural no ponto central do edifício, criando assim duas novas frentes e, neste caso, uma terceira associada ao núcleo distributivo que afirma esta separação.

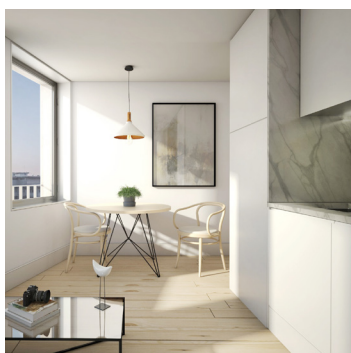
No edifício do Bonjardim, esta conquista da luz no centro do fogo é potenciada ao máximo a partir da abertura de amplos vãos em todas as faces desta fresta, procurando assim ser um ponto de quebra na extensão do fogo e da sucessão das divisões, iluminando o corredor e a zona da cozinha. Esta última posiciona-se junto à coluna de ar e delimita a sua área a partir da diferenciação de pavimento e do desenho conjunto de um balcão e móvel rasgado que comunica visualmente com a sala. Esta solução ensaia o meio termo entre a cozinha fechada e isolada e a kitchenette incorporada na sala, porque, de facto, o arquiteto podia ter optado por encerrar a cozinha por já ter garantido iluminação e ventilação, no entanto, a permeabilidade conseguida entre os dois espaços garante não só que a luz que entra pela fachada tardoz cruza as divisões, como o balcão a enfrentar a sala permite a participação de todos os residentes nas atividades domésticas e a unificação e a amplitude dos espaços.

A sala agrega área de estar e de comer e tira partido da largura total da construção e é, então, o espaço mais amplo do fogo. Na fachada tardoz recuperada abrem-se dois vãos que dão acesso ao logradouro para usufruto da fração do piso térreo. Junto à fachada é recuperada a coluna vertical onde outrora se anexavam as instalações sanitárias, servindo agora novos usos, nomeadamente para compartimento de lavandaria e arrumos.

No piso seguinte, a fração tardoz assume configuração idêntica ao T1 anterior e, separada pela escada, desenha-se uma nova fração T0+1 voltada para a rua. O fogo com 30m² representa sensivelmente metade da área da fração anterior, contando igualmente com um corredor distribuidor do qual bifurcam o compartimento do quarto, o quarto de banho e a sala. À semelhança do anterior, a sala ocupa a frente total da fachada, embora significativamente mais apertada pelas restantes divisões. A cozinha apresenta um desenho cuidadosamente integrado



122. Plantas do projeto - divisão frações



123. Sala fogos frontais



124. Sala T2 tardoz



125. Quarto superior frontal

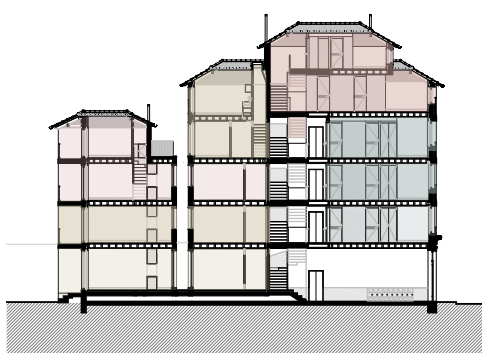
na área da sala, a redução dos equipamentos aos essenciais, a diluição das tonalidades dos armários e da pedra não pretendem tomar o protagonismo do espaço (fig. 120).

O quarto de banho, apesar de configuração quase simétrica ao da fração oposta, neste caso assume uma posição central dentro do fogo e não em relação ao edifício. Em alternativa, é o quarto que se localiza na zona mais interior do fogo, adjacente ao núcleo de distribuição. Tal opção é justificada pela criação de um poço vertical que corta na íntegra toda a altura do edifício na parte traseira da caixa do elevador (indicado na fig. 119 com a letra P). Esta estreita espinha vertical pretende ser uma coluna de ar que garante, mais do que a iluminação natural, a ventilação da zona mais interior do fogo e do edifício e, assim, manifesta-se a oportunidade do aproveitamento das zonas interiores do lote para a criação de espaços habitáveis. De certa maneira, podemos associar a abertura deste fosso de luz às claraboias que coroam as escadas dos modelos burgueses, e estes compartimentos interiores às alcovas, no sentido em que o objetivo de fazer chegar a luz à zona mais escura da casa é o mesmo. No entanto, a criação deste canal vertical com área de secção de 1m^2 e a compartimentação do fogo levam-nos a acreditar que foi priorizada a privacidade dentro do apartamento, por se ter elegido a delimitação física da zona do quarto, ainda que extremamente pequeno ($6,80\text{m}^2$), ao invés de um T0 onde as zonas de dormir e de estar se confinassem a um mesmo espaço, porém mais amplo e flexível.

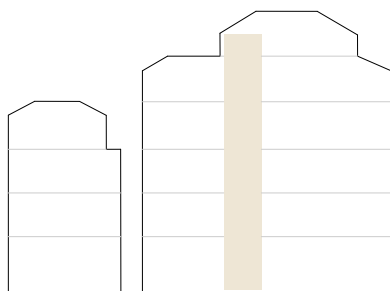
Nos dois pisos seguintes, as frações frontais repetem-se, contudo não se verifica um piso tipo que resuma a distribuição programática do projeto, uma vez que são ensaiadas diferentes configurações e tipologias que surgem adaptadas ao jogo de volumes que compõem o objeto arquitetónico.

Dito isto, observemos o piso dois, em que a fração tardoz apresenta desenho similar ao T1 localizado exatamente abaixo. Para além do quarto junto à fresta que quebra a edificação, um segundo quarto é acoplado no piso superior a partir da introdução de uma escada na zona da sala (fig. 121). Assim, o segundo quarto ergue-se sobre a sala e remata o terceiro e último piso do volume tardoz pré-existente. A recriação do conjunto tardoz descolado do restante reforça o protagonismo que possuía e possibilita assim a ampliação da fração jogando com a composição de peças que constituem o todo.

Ainda, o afastamento pronunciado entre os dois blocos propicia a modelação de outro fogo ao centro da composição e que se abre para esta rotura. Num esquema em duplex, o fogo interno acomoda-se ao espaço intersticial entre a caixa de escadas e o bloco tardoz e cresce em duplo piso numa busca pela duplicação da área cuja frente segue o alinhamento dos prédios vizinhos.



126. Perfil longitudinal



127. Perfil longitudinal - núcleo de escaladas

A escassa profundidade do fogo viabiliza então o estabelecimento de um quarto e respetivo quarto de banho no piso de entrada, e uma escada estreita tangente ao limite interior conduz-nos até ao piso elevado onde se abrem num espaço único as zonas sociais – de estar, comer e cozinhar. Além disso, a área do apartamento é potenciada pela adição de um espaço exterior que habita a quebra entre os dois blocos e que é desenhada em torno da coluna de ar rasgada até ao piso térreo.

O último fogo trata-se mais uma vez de uma composição de exceção, acomodando-se na restante área do quarto piso e eleva-se em parte para o quinto. A entrada é efetuada a meio do patamar da escada coletiva, o que significa que, apesar de esta cruzar na íntegra todos os pisos do edifício, os três últimos lanços da escada já são de carácter privado, parte integrante do fogo. Este esquema é já conhecido no Porto, quando as habitações unifamiliares burguesas começaram a ser subdivididas para a acomodação de mais famílias, o patamar das escadas, posicionadas ao centro, passou a assumir um carácter híbrido na ligação frente traseiras, e no último andar formalizava-se a divisão por meio de uma porta que delimitaria a área privada do último fogo (ver subcapítulo 2.3). Portanto, a escada ao centro conserva o seu protagonismo nas composições em lote estreito e aqui o gabinete consegue ainda empregar um apontamento que faz parte da história evolutiva das tipologias burguesas e plurifamiliares no Porto. Assim sendo, o poço do elevador termina no piso anterior e esta área é cedida para a criação de um quarto interior à semelhança dos T0+1, e onde, separados pelo quarto de banho, a frente da casa é habitada pela sala e kitchenette. No piso superior destaca-se um último volume que se eleva em relação aos outros e que acomoda a última suite (fig. 122).

Esta última adição acentua a grande premissa deste projeto: a integração de um edifício novo numa cidade com história. A anatomia do edifício vai buscar fortes influências às casas portuenses, montando-se numa constante adição de volumes, uma composição de blocos que se quer integrar à imagem de uma cidade construída em altura. As coberturas de quatro águas diluem os múltiplos corpos no tecido densamente urbanizado, entre os telhados alaranjados. Os blocos adicionados fazem uma alusão aos pisos recuados habitualmente anexados às casas burguesas, até mesmo o contraste entre os revestimentos utilizados, demonstrando enorme atenção do atelier ao pormenor. Do volume sobrelevado e da fachada tardoz que se abre para a fresta central é escolhido o revestimento a chapa metálica ondulada, exatamente utilizada nos acrescentos antigamente construídos. Material leve que contrasta com a firmeza da fachada frontal.



128. Fachada principal

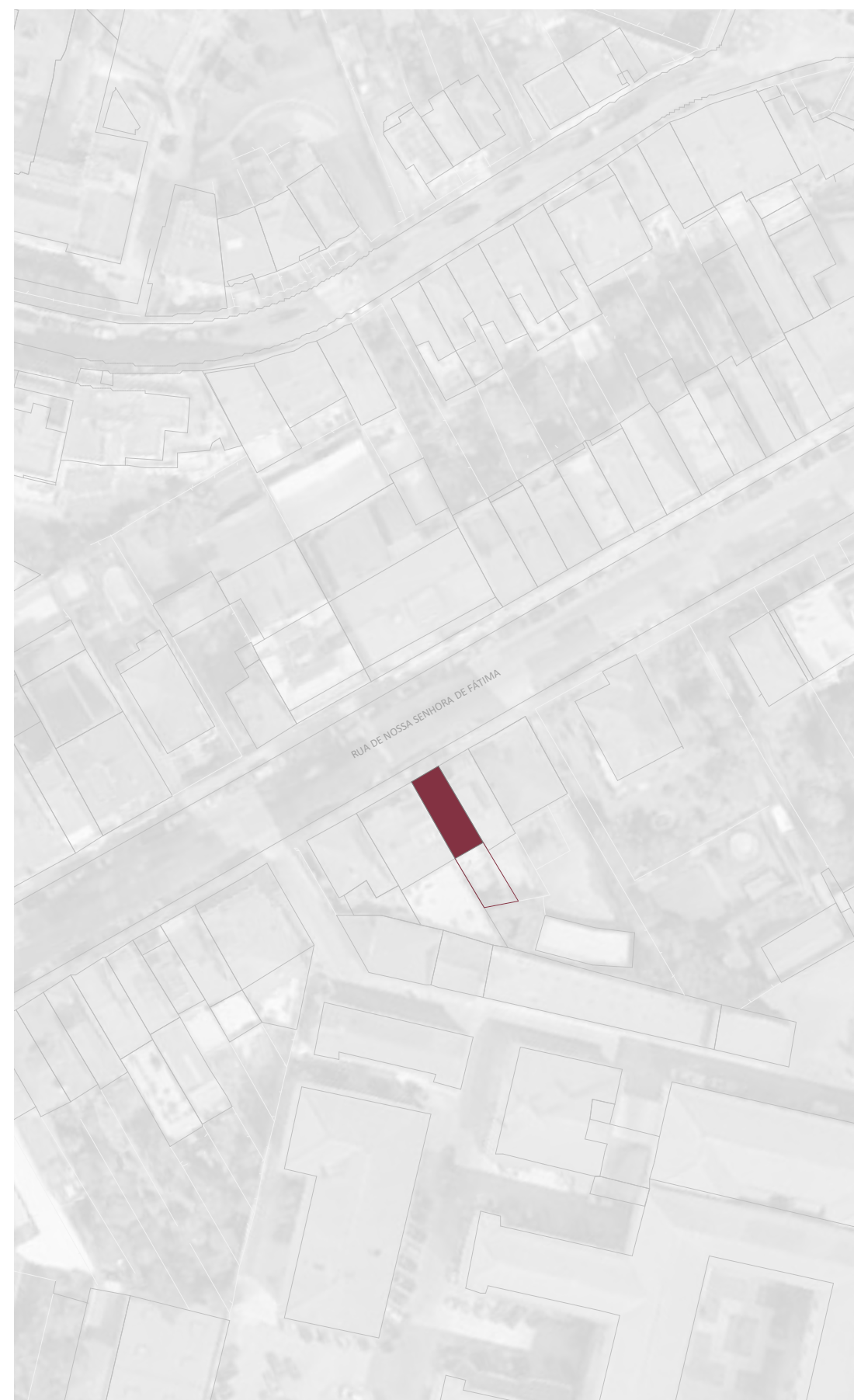


129. Fachada principal

O alçado principal é composto por um primeiro estrato em que se recuperaram as características pré-existentes, nomeadamente o aparelho granítico, as molduras em pedra e o azulejo, e o restante pano vertical ergue-se por quatro pisos numa estrutura em betão. Apesar da severidade que este material consegue encarnar, os arquitetos procuraram ensaiar um desenho de alçado que proporcionasse um diálogo harmonioso entre a pré-existência e a construção nova. Assim, elegantes pilares retangulares em betão marcam uma composição ritmada e emolduram os três vãos que rompem cada piso. A opção por uma linguagem simples e depurada pretende, a partir do traçado linear, materialidade única e monocromática, representar uma visão contemporânea da paisagem doméstica do Porto, aludindo à verticalidade da construção e dos vãos, a introdução das guardas metálicas e, ao mesmo tempo, a tonalidade clara do betão – o novo granito - não procura o protagonismo mas, acima de tudo, a simbiose e o equilíbrio.



- casa unifamiliar burguesa (séc.XIX e primeiras décadas séc.XX)
- casa unifamiliar (segunda metade séc.XX)
- edifício estreito em andares
- edifício em andares com agregação de lotes
- caso de estudo



4.3 Edifício na rua Nossa Senhora de Fátima, Pedro Mosca & Pedro Gonçalves Arquitetos

Edificado na rua Nossa Senhora de Fátima, o terceiro caso de estudo localiza-se já fora do núcleo histórico do Porto, porém insere-se numa das zonas de expansão da cidade do século XIX, a Boavista. Contudo, os primeiros vestígios da rua Nossa Senhora de Fátima revelam-se anteriores a estas grandes obras.

A rua das Valas, como era anteriormente chamado ao troço que existia, já se apresenta assinalada no Planos Topográficos de 1825 (fig. 127) como uma viela estreita que advém da capela da Ramada Alta, a norte da rua da Boavista. Apenas no Plano Topográfico de 1835 é que se demonstra pela primeira vez a intenção em prolongar a rua das Valas para sul, procurando fazer a ligação ao cemitério de Agramonte (fig. 129). Porém, é só em 1873, aquando da conclusão da praça Mouzinho de Albuquerque, que se aprova o prolongamento da rua das Valas como um dos eixos que irradiam da praça, representada agora pela rua Nossa Senhora de Fátima. Terá sido finalizada pouco depois de 1879, tendo ficado registado nesse ano o documento sobre o “Processo de concurso para fornecimento de pedra para revestimento a macadame da Praça da Boavista e Rua das Valas” (CMPorto, 1879-06-09).

As primeiras edificações na rua remontarão ao século XIX, encontrando-se representada na planta de 1825 a marcação cadastral e já algumas construções essencialmente no lado norte de frente estreita, marcação essa que predominou no processo de loteamento, bem demarcado na Planta de Telles Ferreira e mesmo no parcelamento atual. Falamos, pois, de uma urbanização ainda muito ligada à proeminência da casa burguesa, principalmente do modelo liberal, que terá sido desenvolvido exatamente nas zonas de expansão.

Hoje, no entanto, a rua Nossa Senhora de Fátima apresenta um perfil distinto, visto que a maioria das casas unifamiliares que edificavam aquele contexto urbano começaram a ser substituídas por prédios a partir dos anos 50 do século XX, como acontecia noutras zonas da cidade (Vale, 2011). Tais alterações foram efetuadas na sua maioria por uma substituição lote a lote, ou seja, a marcação cadastral quase não foi alterada, a área de solo construída é, em regra, a mesma e a frente de construção mantém-se estreita embora mais alta. Ainda assim, verificam-se também alguns casos em que o prédio foi construído com volumetria maior a partir da agregação de dois ou mais lotes. A imagem aérea de 1958 comprova como a edificação representava um caráter mais uniforme e contínuo face ao panorama atual, no qual observamos constantes quebras



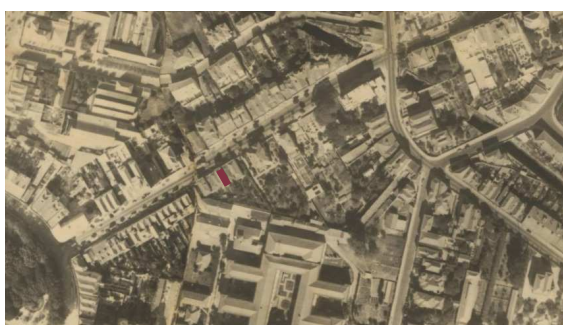
130. Rua das Valas, 1825



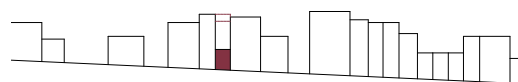
132. Plano para o prolongamento da rua das Valas, 1835



131. Rua de N. Sra. de Fátima, Planta de Telles Ferreira 1892



133. Imagem aérea rua de N. Sra. de Fátima, 1958



134. Alçado rua de N. Sra. de Fátima, pré-existente



135. Rua de N. Sra. de Fátima, 1968



136. Rua de N. Sra. de Fátima, 2014

de alturas, de ritmos de fachadas, opções arquitetónicas contrastantes e programas e tempos distintos (fig. 130).

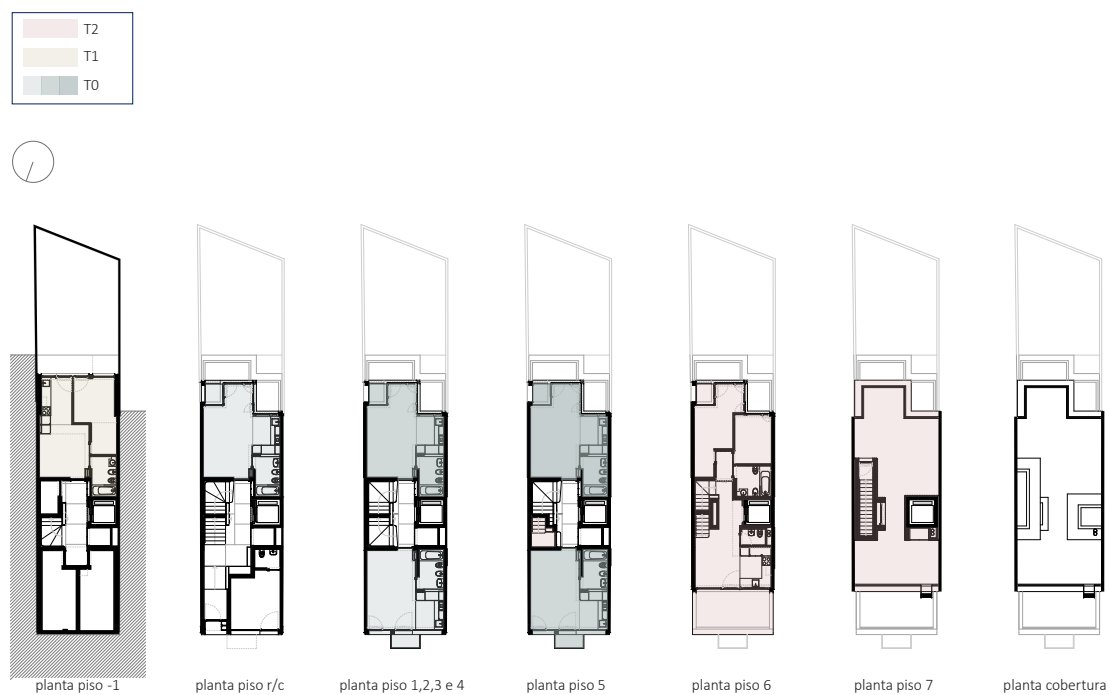
O lote do número de polícia 373 em questão tratava-se exatamente de um desses exemplos em que uma casa unifamiliar viu as construções vizinhas, também casas unifamiliares dos números 379 e 369, serem progressivamente substituídas por prédios na década de 60 e 80, respetivamente (fig. 132 e 133).

A área de intervenção, comprimida entre duas altas empenas, trata-se de um lote tipicamente estreito com 141 metros quadrados, com forma trapezoidal, contando com 5,40 metros de largura e 26 metros de comprimento máximo. Não é, de facto, uma grande área, sendo um dos lotes mais estreitos da rua e cuja profundidade também não é muito extensa.

O pedido do cliente propõe a criação de um edifício de habitação com várias frações e tipologias que garantissem uma maior rentabilização económica da área de construção. São tipologias pequenas, predominantemente T0, um T1, um T2, bem como um estabelecimento comercial no piso térreo.

Entregue ao gabinete Pedro Mosca & Pedro Gonçalves Arquitetos (PMPG), o projeto viu desde logo inviabilizada a manutenção da casa presente pelo comprometimento da segurança da estrutura face ao indiscutível estado de degradação tanto interior como das peças estruturais. Portanto, a demolição da casa foi consumada em 2019, o que, perante o contexto e o histórico de intervenções na rua, como vimos, a casa número 373 reclamava por uma transformação no sentido de poder acompanhar as volumetrias vizinhas e assim contribuir para uma maior uniformidade do conjunto. O novo edifício ergue-se em oito pisos acima da cota de entrada e um piso semi-enterrado que se abre para o logradouro nas traseiras.

O primeiro desafio trava-se na conceção de um esquema programático e distributivo eficaz para dispor de um elevado número de fogos numa área de construção tão concisa. Em sensivelmente 86m² de área disponível para implantação do edifício, o gabinete adotou um esquema pragmático com o núcleo de circulação ao centro que distribui em cada piso para duas frações de tipologia T0, uma enfrentando a fachada frontal e a outra a tardoz. As tipologias T1 e T2 são as frações exceção, posicionando-se a primeira no piso inferior com usufruto do logradouro, e a segunda nos pisos superiores, tirando proveito de toda a área frente-traseiras e ainda da cobertura praticável.



137. Desenhos do projeto, divisão das frações



138. Desenhos do projeto

À semelhança das casas burguesas até ao século XIX, em que o rés do chão era dedicado a espaço de oficina ou loja, neste projeto a fração adjacente à rua assume também o mesmo propósito. Totalmente independente, esta área conta com uma entrada própria com acesso pela rua, instalação sanitária e um pano de vidro que cobre o seu alçado na totalidade, o que confere ainda maior permeabilidade entre interior e exterior.

Consequentemente, a entrada para o edifício faz-se pela esquerda, encostada à parede perimetral, que nos encaminha para o núcleo central de distribuição. Devido à extrema escassez de largura, os arquitetos ensaiaram uma estratégia que permitisse a construção das escadas sem a obrigatoriedade de estarem encerradas e então permitirem a otimização dos espaços de circulação. Assim, planearam uma escada paralela à extensão e que faz uma torção nas extremidades para se ligar ao patamar, patamar esse que funciona ao mesmo tempo como parte integrante do esquema dos acessos verticais e como corredor distribuidor horizontal para os diferentes fogos. Esta solução permite a partilha de área útil para mais do que uma função e foi possível porque foram garantidas as normas de segurança contra incêndios a partir do cumprimento das dimensões mínimas tanto da escada como do corredor coletivo e a instalação de portas corta-fogo na entrada de todos os apartamentos, conseguindo assim isolar cada fração do núcleo distributivo central que atravessa verticalmente todo o edifício.

A rotação da orientação da escada face à habitual posição nos modelos burgueses – perpendicular – procura otimizar o espaço dedicado às áreas de distribuição, visto que com apenas 5,40 metros de largura seria mais vantajoso a escada ocupar a área em extensão ao invés de transversalmente, inibindo a circulação horizontal no piso, assim como a localização do elevador. Opção que também foi possível por não se tratar de uma escada muito extensa, com sensivelmente 4,30 metros, devido aos pés direitos reduzidos, ou seja, a diferença de cotas entre os patamares é encurtada, o que não obriga a uma escada tão alta e tão comprida.

Parece-nos interessante cruzar diretamente a organização programática do projeto em questão com as obras vizinhas, nomeadamente o número 369. Por se tratar de lotes com dimensões próximas e ambos com programa plurifamiliar, ao colocarmos lado a lado o esquema funcional dos dois projetos percebemos que a posição do núcleo de acessos do número 369, encostado lateralmente, liberta a área do piso quase na totalidade, permitindo a conexão frente-traseiras. Assim, cada piso é constituído por uma fração com dois quartos em que as zonas comuns são voltadas para sul, os dois quartos encostam-se ao alçado norte e a entrada e o quarto de banho localizam-se na zona mais central e escura do fogo. Tal continuidade do espaço só foi



139. Distribuição programática dos nºs 369 e 373

possível porque, na verdade, na década de 80 quando foi construído, as legislações tinham outras exigências e, por isso, foi permitida a construção de uma escada quase em caracol e que, no piso térreo, se posiciona entre a entrada e os elevadores, não cumprindo atualmente com os regulamentos de acessibilidade, bem como os compartimentos dos fogos³³. Contudo, consideramos pertinente entender como a grande parte dos prédios que começaram a substituir as casas unifamiliares do Porto a partir do século passado se organizavam internamente e conseguiam dedicar a continuidade do piso a uma única fração. Esse não foi, porém, o pedido recebido pelos PMPG, mas sim a economia da área dividida por mais frações e mais pequenas³⁴. Dessas diferenças, queremos ainda destacar a evolução da integração da cozinha no espaço de estar da casa, como vimos no subcapítulo 3.2, dois exemplos diferentes construídos em edifícios contíguos que marcam o confronto direto entre as premissas habitacionais de tempos distintos, mas não muito distantes [fig. 136 e anexo 6].³⁵

Não obstante, o organograma do projeto dos PMPG traduz claramente um conjunto constituído por três partes: fração frontal, fração tardo, e coluna central de comunicações verticais. O núcleo mediano é, pois, a coluna vertebral deste esqueleto na medida em que se assume como dispositivo primário e essencial no desenvolvimento da organização espacial, como espaço charneira entre as duas parcelas do prédio. Na casa burguesa, tal esquema tripartido também organiza a distribuição dos espaços interiores, tratando-se o núcleo da escada do mais importante eixo da casa, no sentido em que a partir dele se desenvolvem os diferentes protótipos. Neste projeto, o eixo vertical apresenta também fulcral importância por conectar os diferentes fogos, apesar de constituir carácter coletivo³⁶.

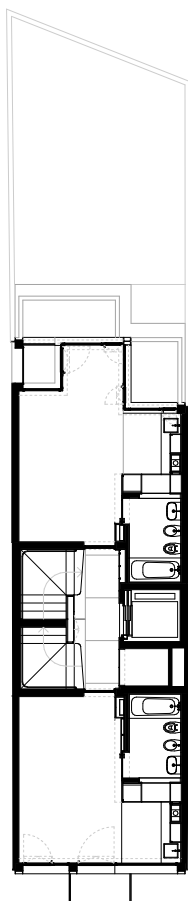
A organização tripartida é deveras bem percecionada nos desenhos de projeto assim como espacialmente, sobretudo pela simplicidade do esquema formal e da clareza na distribuição das

33 De um modo geral, não são cumpridas com as dimensões mínimas de largura da escada nem da profundidade do cobertor; as dimensões mínimas de acessibilidade nos compartimentos da cozinha e quarto de banho. [Portugal. (2006-08-08). Decreto-Lei nº 163/2006. Lisboa: Diário da República nº 152]; nem as normas de segurança contra incêndios [Portugal. (2008-11-12). Decreto-Lei nº 220/2008. Lisboa: Diário da República nº 220]

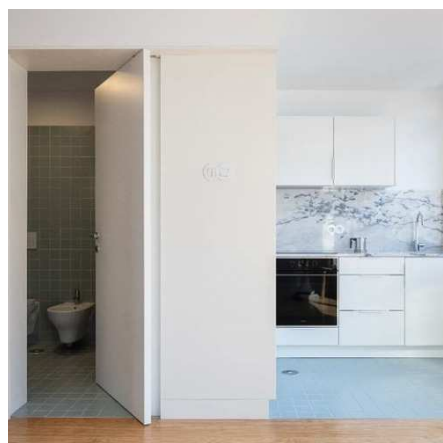
34 Razões que vêm ao encontro das premissas habitacionais exigidas no século XXI, bastante diferentes das dos tempos anteriores - ver subcapítulo 3.1

35 Note-se que esta comparação entre a obra em estudo e o edifício vizinho apenas foi possível para o caso de estudo número três, pois, tratando-se de edifícios mais recentes, conseguimos ter acesso aos documentos dos projetos de licenciamento consultados no AGCMP. Nos dois objetos de estudo anteriores tais documentos não se encontram disponíveis e não nos foi possível realizar o levantamento.

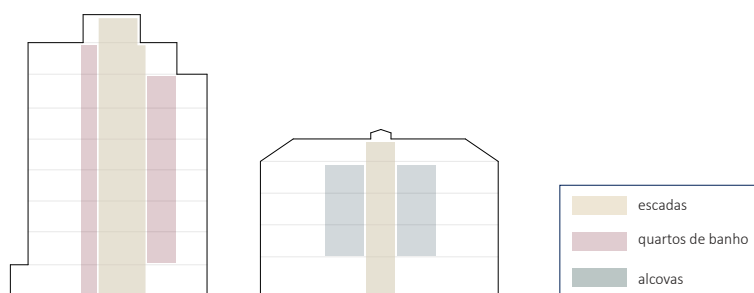
36 ao contrário da casa burguesa cuja escada e patamar eram parte integrante da casa e conetores das divisões interiores.



140. Planta piso tipo



141. Fogos T0 frontais



142. Perfis longitudinais do edifício em estudo e do modelo burguês liberal - núcleo central

funções. No piso tipo, as frações T0 caracterizam-se igualmente por uma tripartição interna, visto que podemos delinear três unidades distintas: sala, cozinha e quarto de banho. Tratando-se de frações significativamente pequenas, o quarto de banho ocupa à volta de um quinto da área útil do fogo. Com 4,25m², a instalação sanitária segue as dimensões mínimas exigidas pelo RGEU e pelo GAMT, e contrasta com os 15,5m² e 4,5m² destinados à sala e à cozinha, respetivamente.

Consideramos, de facto, que este é um dos grandes desafios enfrentados pelos arquitetos quando projetam atualmente e em particular no lote estreito do Porto, pois veem a tarefa de incluir tantas frações e divisões funcionais num retângulo tão estrangulado agravada pela dificuldade em integrar as exigências legais em vigor, impostas para os programas residenciais, independentemente do seu contexto. Isto é, de um modo geral, é exigida pelo menos a instalação de um quarto de banho completo por fogo, quer este tenha 70m² ou 35m².

O compartimento do quarto de banho é o único espaço fechado nos fogos T0 e instala-se na posição mais interior do apartamento. Não obstante, como aprendemos no modelo burguês, com a introdução das alcovas junto ao setor mais interior da casa, neste compartimento abre-se igualmente um significativo vão que procura luz na frente do fogo. Na cozinha, adjacente ao quarto de banho, abre-se uma janela que assegura a iluminação natural deste espaço interior e cujo vidro fosco garante a permanência da intimidade.

A cozinha, sob a forma de kitchenette, desenha-se em L e encaixa-se entre o quarto de banho e a fachada. Com um desenho pragmático, a funcionalidade desta área é garantida pelo cruzamento de um braço de balcão e outro de armários que acompanham a altura da parede procurando uma uniformização linguística entre os elementos instalados. A volumetria e igualmente as cores e materiais utilizados conferem maior continuidade e uniformidade ao fogo. Uma maior amplitude das áreas da sala e da cozinha é alcançada pela exclusão de dispositivos de separação entre estas duas funções, sendo que o único elemento que delimita estes dois espaços é sugerido pela diferenciação de pavimento, sendo a primeira revestida a soalho em madeira e a cozinha a cerâmico. A sala, caracterizada por uma forma regular, vê na sua amplitude um espaço multifuncional, sem especialização de zonas, onde se integram as zonas de estar e de dormir³⁷.

Verificamos, ainda, o abandono do dispositivo de corredor distribuidor, marcadamente presente nas tipologias burguesas, que por serem frações pouco extensas não é imperativo o

37 Falamos, pois, da preferência pela polivalência do espaço habitacional, como vimos no ponto 3.2, em que num compartimento com área reduzida a aposta pela não especialização excessiva das áreas não compromete a versatilidade das atividades a que se destinará, deixando ao critério do morador a disposição que melhor o servir.



143. Fachada principal



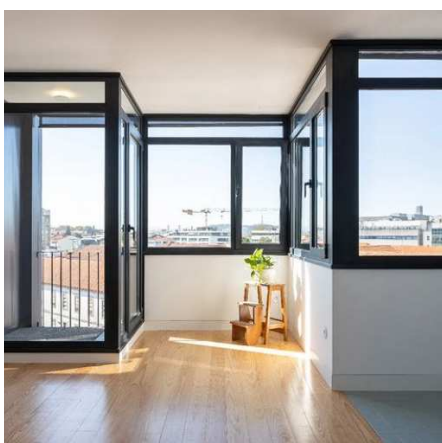
144. Fachada principal e tardoz em construção



145. Fachada tardoz



146. Fachada tardoz



147. Fogos T0 tardoz

planeamento de um corredor que ligue as divisões das duas frentes da casa e, por outro lado, as áreas diminutas dão preferência aos espaços úteis e habitáveis ao invés de zonas de passagem. A otimização da estruturação programática é, de facto, crucial quando pretendemos encaixar várias peças num determinado tabuleiro, como se de um puzzle se tratasse.

Ainda, revelou-se importante para o projeto a integração de espaços exteriores nos apartamentos elevados, procurando a partir deles uma extensão do fogo para o exterior. Nos fogos frontais, a solução passa pela anexação de uma varanda retangular que assumidamente se pendura no alçado e se projeta para além do alinhamento frontal (fig. 139). Esta solução está constantemente presente nos alçados das mais variadas construções da cidade do Porto, desde as varandas com guardas em ferro das casas burguesas, com configuração muito semelhante às do projeto dos PMPG, nos prédios erguidos no século XX e até os mais recentes. Como exemplos mais próximos, podemos observar nos edifícios imediatamente vizinhos as varandas que parecem ter influenciado diretamente a morfologia desta peça. Este exemplo retrata perfeitamente o que falávamos no subcapítulo 3.3, uma vez que *“nada de quanto fazamos é absolutamente novo”* (Siza, 2006, p. 139) e, por isso, devemos procurar no contexto as características chave que nos permitirão reinterpretar uma linguagem arquitetónica, procurando trazê-la para o presente.

Com o mesmo intuito mas com uma abordagem diferente, no alçado tardoz a integração de um espaço exterior é realizada de maneira distinta. O fogo T0 posterior apresenta uma morfologia quase simétrica ao frontal, porém o desalinhamento de 60 centímetros das fachadas vizinhas motivou a experimentação de uma solução particular. Para evitar a construção de um pano diagonal que se limitava a ligar as duas empenas ou outras respostas constrangidas, o gabinete optou por assumir deliberadamente tal desfasamento de alinhamentos e enfatizar o seu ajuste a partir do prolongamento de parte da laje criando uma fachada recortada e saliente que procura agarrar a poente a fachada do vizinho e a nascente o alinhamento do outro edifício. Desta experimentação da plasticidade dos espaços interiores e da modelação do plano da fachada decorrem o prolongamento em parte da sala e a integração de uma varanda. Da linguagem tardoz sobressaem dois volumes nos quais se recortam três momentos: o vão da cozinha mais recuado, o vão da sala mais saliente e o vazio da varanda.

Parece-nos importante notar que, talvez à primeira vista menos evidente do que no alçado frontal, o desenho recortado do limite tardoz também se aproxima da configuração de avanços e recuos dos alçados que caracterizam as habitações burguesas³⁸. Para além deste

38 pela saliência do volume vertical face ao plano da fachada, onde se localizavam as instalações sanitárias.



148. Alçado frontal



149. Alçado tardoz

jogo volumétrico, a diferenciação destes corpos era usualmente marcada pela distinção da materialidade, sendo utilizado com frequência cantaria no bloco saliente e a ardósia ou chapa metálica na área restante. No projeto dos PMPG são também empregues soletos de ardósia e a verticalidade do alinhamento das varandas é intensificada pelo contraste da ausência de panos opacos, apostando sobretudo na permeabilidade e transparência, onde apenas são instaladas as guardas metálicas de desenho depurado e com tonalidade semelhante aos restantes elementos.

No alçado frontal a mesma influência é sugerida pelo emprego de azulejo, típico das frontarias das casas do Porto, as guardas em ferro e a marcação dos vãos que, apesar de na verdade serem apenas dois, o desenho dos caixilhos e a interrupção do pano de azulejo pela saliência da varanda sugerem a existência de três.

Se por um lado as opções definidas para os alçados até agora apontadas parecem advir da herança arquitetónica das casas portuenses, a utilização de estrutura metálica na fachada marca assumidamente o tempo da construção e o contraste entre tradição e modernização, quer dos sistemas construtivos quer dos diálogos arquitetónicos. Os perfis metálicos parecem delimitar o perímetro da fachada, criando um recorte subtil que pretende descolar a intervenção dos edifícios vizinhos. A opção pela cor preta em todos os materiais da fachada procura uma maior uniformidade para dissuadir e abstratizar a marcação dos pisos e as diferenças entre planos opacos e transparentes. Deste modo procura, como vimos, a sua integração no contexto mas ao mesmo tempo o seu destaque, evitando confrontos diretos entre materialidades e opções linguísticas e geométricas distintas.

No piso semi-enterrado o fogo T1 volta-se, naturalmente, para o logradouro, por ser a única fachada exterior neste piso, e os compartimentos técnicos do prédio encostam-se ao lado norte, enterrado. Como se faz a entrada no edifício e o acesso à loja à cota do passeio, não se verifica a construção de uma cave sobrelevada por não se justificar a necessidade de impedir o contacto com a rua, aproximando-se mais dos modelos antigos da casa burguesa ao invés do modelo liberal quando se dedicou inteiramente ao programa residencial e, por isso, a privacidade do rés do chão era capital.

Neste fogo, a posição do quarto de banho é igualmente encostada ao elevador e alinhada verticalmente com as superiores, e o espaço interno do fogo avança para o logradouro, procurando ganhar mais área. Uma parede de vidro plana desenha a fachada sul que divide a luz recebida entre as duas divisões nela encostadas: a cozinha e o quarto. A instalação da área da kitchenette adjacente ao quarto possibilitou dividir a frente do fogo, uma vez que a colocação



150. Fogo T1



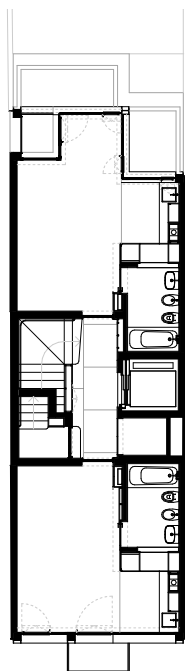
151. Acesso logradouro



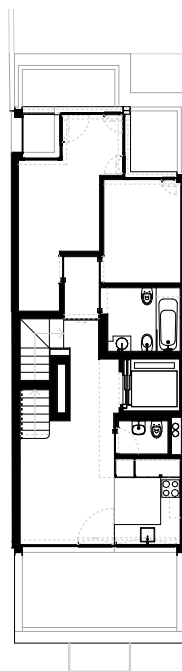
152. Fogo T2 superior



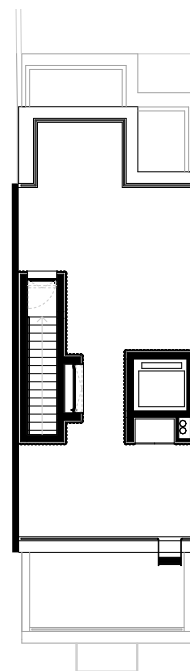
153. Fogo T2 superior



planta piso 5



planta piso 6



planta piso 7

154. Plantas do projeto

da parede divisória pôde ceder maior amplitude ao quarto, sem comprometer o funcionamento e o conforto da cozinha.

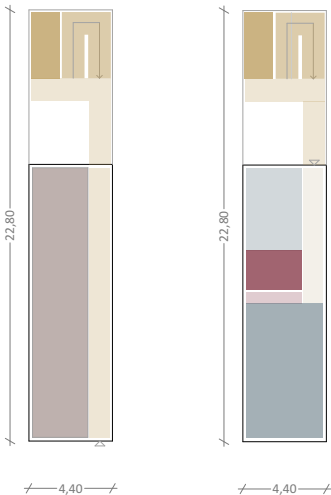
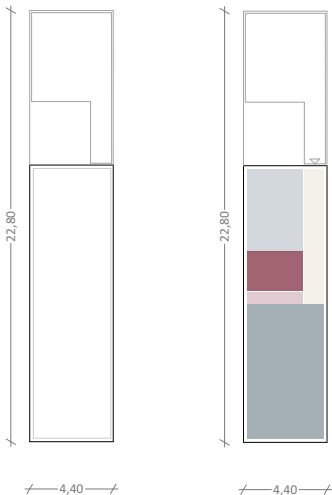
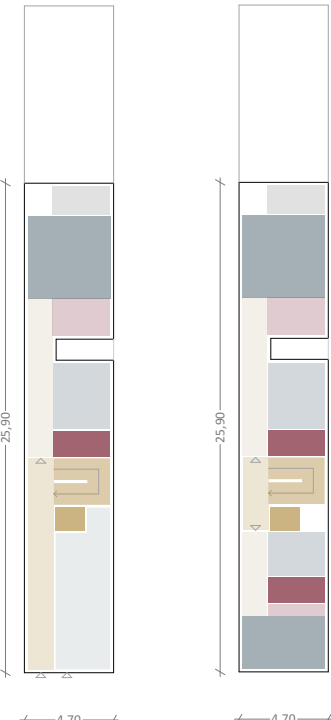
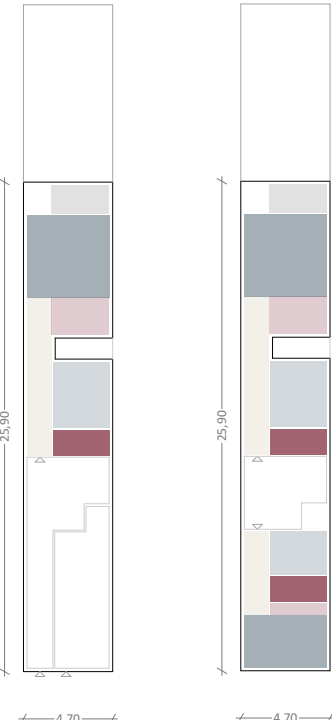
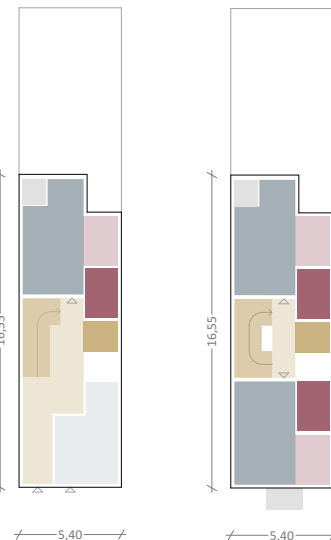
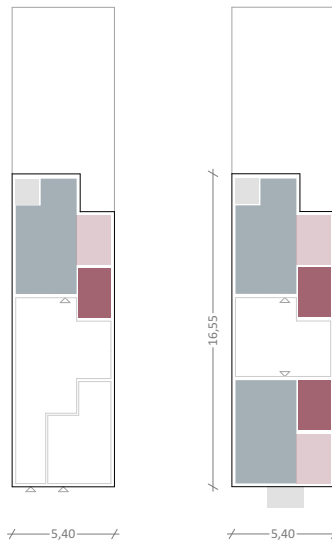
A área da cozinha, à semelhança dos fogos superiores, não está isolada da sala, questão que nesta fração tem particular importância, uma vez que se assume como espaço intermediário entre interior e exterior com acesso direto ao logradouro e é através dela que se recebe luz natural para a sala. O posicionamento cruzado da sala e do quarto permitiu, então, que as duas zonas tivessem áreas razoáveis e a imensa luz que trespassa a fachada em vidro não lhe atribui a sensação de uma sala interior (fig. 146).

O último fogo exceção é o T2 que se instala e estende no piso seis mas cujo acesso é realizado pelo átrio distributivo do piso cinco. Na verdade, a escada coletiva que garante a distribuição vertical das frações termina neste piso, sobrepondo-se a ela dois lanços de escada privados nos seguintes dois andares, pertencentes já ao interior do último fogo³⁹. Trata-se, portanto, de um fogo triplex, em que a entrada se faz pelo piso cinco e se sobe de imediato a escada interna, o piso seis totalmente dedicado à fração, e que também pode ser diretamente acedido pelo elevador, e o último lanço de escada liga ao piso da cobertura praticável, um considerável espaço exterior no cimo do edifício.

A organização interna do fogo apresenta dois quartos adjacentes dispostos no lado tardoz que, pela área restringida e a introdução do hall necessário aos acessos, resultaram num quarto com uma geometria irregular e um segundo que não atinge a área útil mínima para um quarto, ou seja, na verdade, trata-se de um apartamento T1+1. Um segundo quarto de banho de serviço é instalado, mais uma vez, junto ao núcleo central, porém, o mesmo não fazia parte do projeto inicial e fora uma exigência dos compradores, tendo os arquitetos apostado primeiramente numa cozinha maior que acompanhava toda a amplitude da sala.

Assim, a sala e a cozinha são voltadas a norte com configuração semelhante à dos pisos inferiores, à exceção de ter uma frente recuada e que se abre para uma varanda em toda a sua largura. O recuo não é claramente percebido pelo transeunte, uma vez que percebemos apenas que o plano da fachada da rua não acompanha as cérceas vizinhas. É, contudo, este último piso que preenche a altura em falta e faz-nos lembrar os pisos recuados que tanto caracterizam a habitação portuense.

39 Estratégia semelhante ao caso de estudo número 2, a qual comparámos às subdivisões assistidas na casa burguesa, aquando da multiplicação do número de residentes.

Diagrama síntese das soluções-tipo estudadas	Distribuição programática piso térreo piso tipo	Programa habitacional piso térreo piso tipo
CASO DE ESTUDO 1 Edifício na rua de Miragaia, Menos é Mais Arquitetos		
CASO DE ESTUDO 2 Edifício na rua do Bonjardim, Pedro Ferreira Arch. Studio		
CASO DE ESTUDO 3 Edifício na rua N. S. de Fátima, Pedro Mosca & Pedro Gonçalves Arquitetos		



CAPÍTULO 5 | Reflexões finais

Reflexões finais

Da inquietação confessada no início do trabalho, sobre a adaptação do programa residencial plurifamiliar ao cadastro portuense, procurámos nos três exemplos selecionados, mais do que ficar a conhecê-los, compreender o processo por trás do objeto final. Interessava-nos acima de tudo identificar as dificuldades e descrever as soluções experimentadas pelos arquitetos.

O reconhecimento do centro histórico do Porto como Património Mundial da Humanidade pela UNESCO veio sublinhar a relevância da procura por soluções que respeitem a identidade da casa burguesa e de estratégias que fomentem o progresso da vida na cidade e dos residentes.

Não esquecendo a importância dos trabalhos de reabilitação no centro do Porto para a preservação da imagem da cidade, mas principalmente para a manutenção da sua habitabilidade, acreditamos que a construção nova representa igualmente um papel importante no dinamismo do tecido urbano e pode ser também ela alimentada pelas matrizes antigas, promovendo a integração

Focados no âmbito da habitação e da atualização dos programas residenciais, foi objetivo central deste trabalho reconhecer a herança arquitetónica deixada no Porto e perceber como este legado poderá ser valorizado nas ações de intervenção na cidade.

É neste contexto que, no início do trabalho, foi pertinente conhecer a história e o processo de crescimento da cidade e, consequentemente, o progresso do lote e da casa burguesa enquanto elementos definidores da sua urbanidade. Foi fundamental compreender a evolução tipológica a par do processo permanente da construção da cidade e a definição da sua forma, para assim criarmos uma base teórica sólida que se assumiu a âncora deste trabalho e possibilitou a interpretação e o cruzamento válidos dos casos que estudámos.

Mas antes de procurar soluções é fundamental conhecer os problemas e os desafios do contexto onde se pretende intervir. A identificação destes aspetos condicionantes reuniu-se no capítulo 3, no qual se abordaram os temas elementares relativos às mudanças na população e na sociedade portuguesas que, inevitavelmente, se traduziram na transformação das suas premissas e da organização do espaço doméstico.

Tornou-se, então, imprescindível a seleção de alguns exemplos concretos que pretendíamos que fossem objeto de estudo e que protagonizassem a discussão sobre o poder transformativo do lote e a apropriação do mesmo ao programa plurifamiliar.

O tratamento dos casos de estudo seguiu uma abordagem relativamente pragmática, numa aproximação precisa ao objeto construído e à interpretação da sua matriz. Cientes de que a arquitetura não se trata apenas de uma resposta técnica e construtiva, o nosso enfoque inclina-se para a análise da solução concreta do preenchimento de um vazio na cidade e a sua correlação tipológica e geométrica com os modelos precedentes.

Neste sentido, o estudo pormenorizado das três obras em questão permitiu-nos fazer alguns cruzamentos com as matrizes burguesas na identificação das que são as particularidades que persistem e reintegram uma nova arquitetura, mas ao mesmo tempo de que maneira são reinterpretadas e definidoras de uma individualidade, não apenas do edifício mas da própria cidade.

Encontrámos, realmente, evidências que nos permitem afirmar a permanência da casa unifamiliar burguesa portuense nos projetos dos arquitetos contemporâneos, no sentido em que, embora se queira responder a um programa distinto e mais complexo, o exemplo dos modelos anteriores, exaustivamente experimentados nos mais distintos lotes da cidade, podem revelar pistas/guias sobre a resolução de algumas dificuldades. Embora perante necessidades distintas, a realidade geométrica da parcela revela-se próxima, logo alguns problemas serão análogos e, então, abre-se espaço para a reinterpretação de alguns modelos e/ou estratégias.

O maior desafio concordamos ser a adequação das regulamentações legais atuais numa área tão concisa e restrita, onde se pretende não só integrar um programa com muitas peças como elas próprias e os seus elementos agregadores têm dimensões e exigências definidas. Este organograma monta-se numa caixa apertada, onde os dispositivos de circulação representam a peça principal, cuja posição condiciona e gere toda a distribuição programática, tanto como elemento estrutural como protagonista da organização do espaço. Tal sempre sucedeu na evolução das tipologias burguesas, no entanto, tratando-se agora de um núcleo de carácter coletivo e com exigência de uma maior área, impõe ao arquiteto um maior poder de experimentação para ensaiar o seu desenho, posição no lote e a sua relação com as frações.

A disposição e a morfologia dos fogos devem procurar, de igual forma, alguma plasticidade no sentido de conseguir conquistar o seu espaço, seja pela organização interna do programa ou pela expansão da sua área. Encontra-se nos três projetos uma ambição pela unidade da área interior, a conceção de um espaço contínuo que suporte a versatilidade programática e a união das funções.

Verificámos, pois, como a posição do núcleo dos acessos reflete a organização programática e a conquista por esta continuidade espacial. No projeto dos arquitetos MÉM, a independência das áreas de circulação permitiu a libertação das duas fachadas para um mesmo espaço contínuo, ao passo que nos edifícios de PFAS e PMPG a posição central do núcleo da escada condiciona esta continuidade. Nos dois últimos projetos, experimenta-se sobretudo a duplicação dos pisos superiores e ainda o avanço da construção para o logradouro e na conquista de luz interior a partir da reinterpretação dos saguões, como é o caso do edifício na rua do Bonjardim.

Mais uma vez, as referências precedentes revelam o seu contributo para realidade atual, não esquecendo que o modelo mais antigo da casa burguesa portuense, o mercantilista, que já tinha sido enunciado como o que melhor se adequou à libertação do espaço interior aquando da adaptação aos programas plurifamiliares no século XVIII, continua, de facto a inspirar a arquitetura do século XXI e a revelar a sua adaptabilidade aos programas e aos lotes portuenses.

A posição central da caixa de escadas inevitavelmente justapõe-se a frações mais pequenas, condição que se revela favorável à acelerada apropriação turística verificada nas zonas centrais da cidade e cujo mercado imobiliário tem sido monopolizado para a criação de quartos ou estúdios de acomodação temporária, ao invés de habitação permanente. Esta situação vivida no Porto dificultou naturalmente a pesquisa e seleção dos casos de estudo, uma vez que ainda são escassos os exemplos de construção nova em comparação com os casos de reabilitação e os prédios para alojamento local.

Assim, apesar dos três casos de estudo oferecerem valiosos exemplos sobre a temática e estratégias de como poder contornar alguns problemas, parece-nos redutor considerar que serão apenas aquelas as dificuldades com que nos podemos deparar e as abordagens que podemos seguir. Durante o rastreio destas intervenções, ficou por montar uma amostra mais vasta e abrangente, que ambicionávamos que atribuísse uma tradução arquitetónica a outras estratégias que ficaram por ponderar. Entre muitas, deixamos aqui algumas que gostaríamos de ter encontrado ou, numa segunda parte deste trabalho, experimentar nós apresentar soluções, como a introdução de uma nova espacialidade a partir de pés direitos duplos ou *mezzanines*, em

lotes mais largos planejar uma passagem por trás das escadas que conseguisse garantir a ligação frente-traseiras e a unidade do piso, e uma maior abertura à experimentação do piso térreo, a partir de soluções de habitação para a fração frontal, ou mesmo o vazamento do mesmo para espaço comum dos residentes, estacionamento ou partilha do logradouro.

Assim, são objetivos centrais deste trabalho afirmar a capacidade mutável de um sistema de parcelamento territorial, extremamente antigo e desafiante, valorizar o trabalho do arquiteto enquanto principal agente transformador do espaço e sensibilizar à construção do pensamento crítico sobre o papel e a importância da sua intervenção no contexto da cidade do Porto. Mais do que apresentar soluções, procurámos nos últimos capítulos deste trabalho retratar e interpretar a realidade e expor o pensamento construído pelo arquiteto que deverá incentivar a um diálogo harmonioso e respeitoso entre a construção nova e a memória histórica.

Como lembra Francisco Barata Fernandes (1999, p. 304) *“Deveremos procurar na história da cidade construída as regras dominantes da sua urbanidade e a partir delas recriar com segurança um fio condutor, único certificado de que o nosso trabalho não será aleatório mas poderá ser inserido no processo coletivo de construção urbana”*.

Referências bibliográficas

Aalto, A. (1997). Modern architecture and interior design of the home. In G. Schildt (Ed.), *Alvar Aalto in his own words*. Nova Iorque: Rizzoli Press.

Aguiar, J. (1999, Novembro). A cidade do futuro já existe hoje. Algumas notas sobre reabilitação urbana. *ATIC Magazine*, 24.

Aguiar, J. (2009). *Cidade antiga, problemas novos: como a conservação encara(ou) as intervenções em património urbano!*. Centros históricos e Vida Contemporânea IRHU. Universidade Técnica de Lisboa.

Amorim, M. A. M. S. d. (1998). *Porto, a cidade planeada - 1930/1980: permanência e inovação no processo e forma urbana* [Dissertação de Mestrado em Planeamento e Projecto do Ambiente Urbano apresentada à Faculdade de Engenharia e Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto: FEUP.

Amorim, M. d. C. M. (2000). *A Rua Álvares Cabral (1895-1940): Formas de habitar* (1 ed.). Porto: FAUP Publicações.

Araújo, C. (2015). *A Metamorfose da Casa Portuguesa. Uma análise do caso da Vitória - Rua dos Caldeireiros* [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto]. Porto: FAUP Publicações.

Basto, R. (2012). *Protótipo de Reabilitação para a Casa Burguesa do Porto* [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto]. Porto: FAUP Publicações.

Bobkova, E., Marcus, L., & Pont, M. B. (2017). *Plot systems and property rights: morphological, juridical and economic aspect* ISUF 2017 XXIV international conference: City and territory in the globalization age, Valencia, Espanha.

CMPorto. (1835). Plano Topográfico. Porto: AGCMP. Disponível em <https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/333541/?q=rua+das+valas>

CMPorto. (1855). Plano Topográfico. Porto: AGCMP. Disponível em <https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/336719/?q=rua+das+valas>

CMPorto. (1873). Rua do Cemitério de Agramonte e Rua das Valas. D-CMP/3(249). Porto: AGCMP. Disponível em <https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/23744/?q=rua+das+valas>

CMPorto. (1879-06-09). Processo de concurso. Porto: AGCMP

CMPorto. (1989). Licença nº 57/1989, rua Nossa Senhora de Fátima 367-369. Porto: AGCMP

Costa, A. (2013). *A Casa Burguesa do Porto no séc. XXI: Diálogo entre o habitar contemporâneo e a identidade dos espaços interiores burgueses* [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto]. Porto: FAUP Publicações.

Cruz, M. A. (1999). *Os burgueses do Porto na segunda metade do séc. XIX* [Dissertação de Doutoramento Faculdade de Letras da Universidade do Porto]. Porto: Fundação Eng. António de Almeida.

Edelmann, F. (2003). *Créer la ville: paroles d'architectes*. Éditions de l'Aube.

Fernandes, F. B. (1999). *Transformação e permanência na habitação portuguesa, as formas da casa nas formas da cidade* (2 ed.). Porto: FAUP Publicações.

Fernandes, F. B. (2007). O Douro: Frentes de arquitectura, de paisagem e património. In L. Dias & P. A. (coord.) (Eds.), *Paisagem Antiga, sua construção e (re)uso, reptos e perspectivas*. Porto: CITCEM.

Fernandes, J. A. R. (2004). *Reabilitação de centro históricos e reutilização da cidade: o caso de Porto-Gaia* Conservar para quê? 8ª Mesa-redonda de Primavera, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Fernandes, J. A. R. (2011). Area-based initiatives and urban dynamics. The case of the Porto city centre. *Urban Research & Practice*, 4:3, 285-307.

- Fernandez, S. (1988). *Percursos: arquitectura portuguesa 1930/1974*. Porto: FAUP Publicações.
- Ferrão, B. J. (1997). *Projeto e Transformação Urbana do Porto na Época dos Almadás, 1758/1813: Uma contribuição para o estudo da cidade pombalina* (2 ed.). Porto: FAUP Publicações.
- Ferreira, N., & Rocha, M. (2013). Etapas de Consolidação da Paisagem Urbana do Porto Contemporâneo: da programação dos Almadás ao plano de 1952. *CEM: Cultura, Espaço e Memória*, 4, 191-230.
- Ferreira, N. P. S. (2015). *As Praças na Cidade do Porto entre a ação da Junta de Obras Públicas e o Plano Regulador de 1952*. 4ª Jornada de História de Arquitetura de Portugal, Porto.
- Ferreira-Alves, J. J. (1988). *O Porto na Época dos Almadás. Arquitectura. Obras Públicas* (Vol. 1). Porto: Câmara Municipal do Porto.
- Ferreira-Alves, J. J. (2008). João de Almada e Melo (1703-1786): O Homem e a Cidade. *População e Sociedade*, 16. Porto: Edições Afrontamento.
- FFMS. (2022). Casamentos e Divórcios. Lisboa: PORDATA. Consultado a 22 fevereiro 2022. Disponível em <https://www.pordata.pt/DB/Ambiente+de+Consulta/Nova+Consulta>
- FFMS. (2022). Dimensão média das famílias segundo os Censos. Lisboa: PORDATA. Consultado a 22 fevereiro 2022. Disponível em <https://www.pordata.pt/DB/Ambiente+de+Consulta/Nova+Consulta>
- FFMS. (2022). Famílias clássicas unipessoais. Lisboa: PORDATA. Consultado a 22 fevereiro 2022. Disponível em <https://www.pordata.pt/DB/Ambiente+de+Consulta/Nova+Consulta>
- FFMS. (2022). Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho. Lisboa: PORDATA. Consultado a 28 fevereiro 2022. Disponível em <https://www.pordata.pt/DB/Ambiente+de+Consulta/Nova+Consulta>
- FFMS. (2022). População Residente no Porto. Lisboa: PORDATA. Consultado a 22 fevereiro 2022. Disponível em <https://www.pordata.pt/DB/Ambiente+de+Consulta/Nova+Consulta>
- FFMS. (2022). População Residente no Porto por grupo etário. Lisboa: PORDATA. Consultado a 22 fevereiro 2022. Disponível em <https://www.pordata.pt/DB/Ambiente+de+Consulta/Nova+Consulta>
- FFMS. (2022). Taxa bruta de natalidade. Lisboa: PORDATA. Consultado a 28 fevereiro 2022. Disponível em <https://www.pordata.pt/DB/Ambiente+de+Consulta/Nova+Consulta>
- Figueiredo, R., Tavares, R., & Vale, C. P. d. (2013). *Avenida dos Aliados e Baixa do Porto: memória, realidade e permanência*. Porto: Porto Vivo.
- Garrett, A. d. A. (1974). *História da Evolução dos Planos Gerais de Urbanização da Cidade do Porto*. Porto: FEUP.
- Gomes, A. (2018). *Construir o construído. Projeto para uma casa burguesa na Rua do Almada* [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto]. Porto: FAUP Publicações
- Gracia, F. d. (1992). *Construir en lo construido— La arquitectura como modificación*. Madrid: Nerea.
- IHRU. (2016). Programa Reabilitar para Arrendar - Habitação Acessível. Disponível em https://www.portaldahabitacao.pt/documents/20126/35918/RpA_HA-Regulamento-20180718.pdf/0c8557e9-adf0-ee96-615d-7670c287c1b7?t=1559750817074
- Jorge, P. F. (2011). *A Célula Mínima na Experiência da Habitação de Custos Controlados* [Dissertação para obtenção do grau de Doutor em Arquitetura, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto]. Porto: FAUP Publicações.
- Jorge, P. F. (2011). *The Minimum Cell as a House: ideas and forms in social housing in search of a Home Journée Jeunes Chercheurs, New Housing Researchers' Day, Toulouse*.

Lacaze, J.-P. (1995). *La ville et l'urbanisme*. Paris: Flammarion.

Lameira, G. (2017). *O prédio de rendimento portuense. Topologias, tipologias e modelos de habitação plurifamiliar na 1ª metade do século XX* [Dissertação para obtenção do grau de Doutor em Arquitetura, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto]. Porto: FAUP Publicações.

Lino, A. I. B. (2018). *A minha casa és tu: Miragaia e a envolvente ribeirinha (Porto). Contributos para um estudo do património edificado*. [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto]. Porto: FLUP.

Mais, M. é. (2022). *Miragaia*. Consultado a 2 de abril 2022. Disponível em <http://menosemais.com/website-content/miragaia>

Mandroux-França, M.-T. (1984). *Quatro Fases da Urbanização do Porto no século XVIII*. Porto: Câmara Municipal do Porto.

Mendes, M. (1999). *Porto - Cultura da cidade, paisagem doméstica, morfologias da casa, 1895-1969, (continuidades, contaminações, metamorfoses)*. Porto: Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto;

Monteys, X., & Fuertes, P. (2001). *Casa Collage. Un ensayo sobre la arquitectura de la casa*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.

Mosca, P., & Gonçalves, P. (2022). *Pedro Mosca e Pedro Gonçalves Arquitetos*. Consultado a 10 de abril 2022. Disponível em <https://www.pmpg.pt/>

Mota, N. (2011). At home com a burguesia do Porto, Fronteiras entre o público e o privado. In C. Santos (Ed.), *Família, Espaço e Património* (pp. 519-545). Porto: CITCEM.

Nonell, A. G. (2002). *Porto, 1763/1852: a construção da cidade entre despotismo e liberalismo* (1 ed.). Porto: FAUP Publicações.

Nonell, A. G., & Tavares, R. (1994). Oporto. *Atlas histórico de ciudades europeas*. (pp. 126-153). Barcelona: Salvat.

Nunes, J. P. S. (2007). *À Escala Humana: planeamento urbano e arquitectura de habitação em Olivais Sul* (Lisboa, 1959-1969) (1 ed.). Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

Oliveira, E. V. d., & Galhano, F. (1983). Casas esguias do Porto e Sobrados do Recife. In *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* (Vol. 18(3-4)). Porto: FLUP.

Oliveira, E. V. d., & Galhano, F. (1992). *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. Lisboa: Publicações D. Quixote.

Pinto, J. R., & Fernandes, J. A. R. (2021). Génese e Evolução da Baixa. In *A Baixa do Porto - Arquitectura e Geografia Urbana (2010-2020)* (pp. 10-19). Book Cover Editora.

Portugal. (1951-08-07). Regulamento Geral das Edificações Urbanas [RGEU]. Lisboa: Diário do Governo nº 166

Portugal. (1955-10-14). Decreto-Lei nº 40 333. Lisboa: Diário do Governo nº 223

Portugal. (2006-08-08). Decreto-Lei nº 163/2006. Lisboa: Diário da República nº 152

Portugal. (2008-11-12). Decreto-Lei nº 220/2008. Lisboa: Diário da República nº 220

Queirós, J. (2007). *O lugar da cultura nas políticas de reabilitação de centros urbanos: apontamentos a partir do caso do Porto* First International Conference of Young Urban Researchers, Lisboa, ISCTE.

Ramos, L. O. (1994). *História do Porto*. Porto: Porto Editora.

Ramos, R. J. G. (2004). *A Casa Unifamiliar Burguesa na Arquitectura Portuguesa. Mudança e continuidade no espaço doméstico na primeira metade do século XX* [Dissertação para obtenção do grau de Doutor em Arquitetura, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto]. Porto: FAUP Publicações.

Ribeiro, A. G. (2013). *Re(interpretar) uma realidade* [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto]. Porto: FAUP Publicações.

Rocha, C. (2021). Portugal é o quinto país da UE onde os jovens saem mais tarde de casa dos pais. *Jornal de Negócios*. Consultado a 28 fevereiro 2022, disponível em <https://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/portugal-e-o-quinto-pais-da-ue-onde-os-jovens-saem-mais-tarde-de-casa-dos-pais>

Rocha, M. I., Chamusca, P., & Fernandes, J. A. R. (2018). *Planos, projetos e mudanças no Porto Central no Séc. XXI XVI* Colóquio Ibérico de Geografia: Península Ibérica no Mundo: problemas e desafios para uma intervenção ativa da Geografia, Lisboa.

Salema, I. (2015). O betão encontrou o basalto e isso deu cinzento mais escuro. *Jornal Público*. Consultado a 12 abril 2022, disponível em <https://www.publico.pt/2015/04/10/culturaipilon/noticia/o-betao-encontrou-o-basalto-e-isso-deu-cinzento-mais-escuro-1691575>

Santos, J. M. A. d. (2021). *Uso do Betão Armado em Contexto Urbano Consolidado na Cidade do Porto. Lar Residencial*. [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto]. Porto: FAUP Publicações.

Siza, Á. (2006). *Imaginar a evidência*. Lisboa: Edições 70.

Solà-Morales, I. (2006). *Intervenciones*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.

Studio, P. F. A. (2022). *Pedro Ferreira Architecture Studio*. Consultado a 2 de abril 2022. Disponível em <http://pfarchstudio.com/>

Tavares, R. (2004). *Urban Recentering - Memory and Urban Refoundation*. The Oporto Replanning of Central Area by Barry Parker 11th Conference of the International Planning History Society, Barcelona.

Tavares, R., & Vale, C. (2012). *Porto 20th century urban centralities. Two study cases: Aliados administrative central plan (Barry Parker) and Boavista urban axis. Urban development between town planning and real-estate investment* IPHS 2012, São Paulo, Brasil.

Távora, F. (2006). *Da organização do espaço*. Porto: FAUP Publicações.

Teixeira, H. L. (2010). *Porto, 1114-1518 - A Construção da Cidade Medieval*. Porto: FLUP.

Teixeira, J. (2004). *Descrição do sistema construtivo da casa burguesa do Porto entre os séculos XVII e XIX: Contributo para uma história da construção arquitectónica em Portugal* [Prova de aptidão pedagógica e capacidade científica, Porto: FAUP Publicações.

Teixeira, J. (2013). *Salvaguarda e Valorização do Edificado Habitacional da Cidade Histórica. Metodologia de Intervenção no Sistema Construtivo da Casa Burguesa do Porto* [Prova para admissão do grau de Doutor em Arquitetura, Porto: FAUP Publicações.

Teixeira, M. C. (1996). *Habitação popular na cidade oitocentista – as ilhas do Porto*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Vale, C. P. d. (2011). *Um alinhamento urbano na construção edificada do Porto - O Eixo da Boavista (1927-1999) - Contributo para a História da Construção em Portugal no Século XX* [Dissertação para obtenção do grau de Doutor em Arquitetura, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto]. Porto: FAUP Publicações.

Venturi, R. (1974). *Complejidad y contradicción en la arquitectura*. Barcelona: Gustavo Gili.

Villas-Boas, C. (2009). *Reabilitação da Baixa do Porto: Faltam incentivos aos pequeno investidor*. JPN. Consultado a 16 março 2022, disponível em <https://www.jpn.up.pt/2009/07/21/reabilitacao-da-baixa-do-porto-faltam-incentivos-ao-pequeno-investidor/>

Índice e créditos das imagens

- 1,2,4,6,7.** Evolução da cidade do Porto. Fonte: desenhos elaborados pela autora (a partir de desenhos de Teixeira, H. (2010) *Porto 1114-1518. A construção da cidade medieval* [Dissertação de Mestrado em História Medieval e do Renascimento, FLUP]. Porto: FLUP
- 3.** Parcelamento regular do polo ribeirinho. Fonte: Ferrão, 1997, p.140
- 5.** Principais vias extra-muros, séc. XII. Fonte: Nonell & Tavares, 1994, p.151
- 8.** Planta Porto medieval. Fonte: AHMP
- 9.** Gravura Porto 1736 - muralha fernandina. Fonte: <https://www.portopatrimoniomundial.com/plantas-e-gravuras-antigas.html>
- 10.** Projeto de alçado de conjunto rua de São João. Fonte: Amaral, F. (2017) A relação de duas novas ruas com duas antigas defesas (do Porto). Porto: Faup Publicações
- 11.** Alinhamento da rua de Santa Catarina. Fonte: AGCMP. Disponível em <https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/335338>
- 12.** Planta Redonda do Porto 1813 - George Balck. Fonte: AGCMP. Disponível em: <https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/535310/?q=planta+redonda>
- 13.** Planta da cidade do Porto 1844, Perry Vidal. Fonte: AGCMP. Disponível em <https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/812113/?q=perry+vidal>
- 14.** Praça D. Pedro IV 1900. Fonte: CPF. Disponível em <https://digitarq.cpf.arquivos.pt/viewer?id=1180376>
- 15.** Esquema de praças e ligações. Fonte: Figueiredo et al., 2013, p.81
- 16.** Traçados gerais da abertura da Avenida dos Aliados. Fonte: Tavares & Vale, 2012, p.6
- 17.** Abertura da Avenida dos Aliados e diferentes formas de loteamento. Fonte: Figueiredo et al., 2013, p.227
- 18.** Fotografia Avenida dos Aliados, 1968. Fonte: AGCMP. Disponível em <https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/327510/?q=avenida+dos+aliados>
- 19.** Esquema da Rede de Comunicações Garrett, 1947. Fonte: Garrett, 1974, p.117
- 20.** Plano Regulador da Cidade do Porto - Planta de Zonamento, 1952. Fonte: Garrett, 1974, p.111
- 21.** Plano Diretor Auzelle - Rede Comunicações, 1962. Fonte: Amorim, 1998, p.220.
- 22.** Plano Diretor Robert Auzelle, 1962. Fonte: CMP. Disponível em https://www.cm-porto.pt/os_planos_do_porto/plano-diretor-cidadedo-porto-1962
- 23.** Sociedade Burguesa no Porto. Fonte: <https://www.facebook.com/PortoDesaparecido/photos/a.679414225447116/2633174570071062/>
- 24.** Escadas dos Guindais (1960?). Fonte: https://www.facebook.com/PortoDesaparecido/photos/?ref=page_internal
- 25.** Morro da Sé, 1968. Fonte: AGCMP. Disponível em <https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/327508/?q=morro+da+s%C3%A9+1968>
- 26.** Paisagem doméstica do Porto. Fonte: https://www.portopatrimoniomundial.com/uploads/7/5/5/5/7555524/4315578_orig.jpg
- 27.** Rua dos Mercadores - casa mercantil. Fonte: AGCMP. Disponível em <https://gisaweb.cm-porto.pt/>
- 28.** Casa mercantil uma só frente. Fonte: Fernandes, 1999, p.132
- 29.** Casa mercantil duas frente. Fonte: Fernandes, 1999, p.139
- 30.** Rua de Sto. António - casa iluminista. Fonte: Fernandes, 1999, p.107
- 31.** Rua do Almada - casa iluminista. Fonte: Fotografia da autora
- 32.** Casa iluminista. Fonte: Fernandes, 1999, p.156
- 33,34.** Rua Álvares Cabral - casa liberal. Fonte: Fotografias da autora
- 35.** Casa liberal. Fonte: Fernandes, 1999, p. 194
- 36.** Casas medievais em Colmar, França. Fonte: Fernandes, 1999, p. 87
- 37.** Casas do século XVII-XVIII em Amesterdão, Holanda. Fonte: Fernandes, 1999, p. 88
- 38.** Casas liberais no Porto. Fonte: Fernandes, 1999, p. 108
- 39.** Casas georgianas em Londres. Fonte: Fernandes, 1999, p. 204
- 40.** Diferença entre casas portuenses e casas georgianas. Fonte: Fernandes, 1999, p. 224
- 41.** Ilha no Porto, 1899. Fonte: <http://portodeantanho.blogspot.com/2017/05/16-bairros-sociais-e-operarios.htm>
- 42.** Principais tipos de ilhas. Fonte: Teixeira, 1996
- 43.** Adaptação de um edifício unifamiliar para plurifamiliar. Fonte: desenho adaptado pela autora a partir de Fernandes, 1999, p. 235
- 44.** Estrutura divisória coletivo/privado. Fonte: Arquivo pessoal de Clara Pimenta do Vale
- 45.** Edifício de habitação bifamiliar Inova casas de João Queirós (1930). Fonte: Fotografia da autora
- 46.** Bloco da Carvalhosa. Fonte: Fotografia da autora
- 47,48,49.** Fonte: Fotografias da autora
- 50.** Rua de Faria Guimarães nº 1165, 1970. Fonte: CMPorto (1970). Licença nº 170/70, rua Faria de Guimarães 1165. Porto: AGCMP
- 51.** Rua de Faria Guimarães no 1165, 2022. Fonte: <https://www.google.com/maps>
- 52.** Rua de Faria Guimarães nº 695, 1970. Fonte: CMPorto (1970). Licença nº 283/70, rua Faria de Guimarães 695. Porto: AGCMP
- 53.** Rua de Faria Guimarães nº 695, 2022. Fonte: Fotografia da autora
- 54.** Densidade populacional na AMP, 1991. Fonte: Nonell & Tavares, 1994, p.151
- 55.** Intervenções propostas e realizadas pela Porto 2001. Fonte: Rocha et al., 2018, p. 219
- 56,57.** Dados estatísticos. Fonte: Gráficos elaborados pela autora a partir de FFMS. (2022). *Ambiente de Consulta*. Lisboa: PORDATA
- 58.** Mudança de paradigma dos espaços domésticos. Fonte: Jorge, 2011, p.8
- 59.** Cozinha tradicional. Fonte: : Amaral, F. K. (coord.). (2004). *Arquitetura Popular em Portugal* (ed. 4). Ordem dos Arquitetos

60. Enquadramento da sala de jantar na Casa Muller de Adolf Loos. Fonte: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/81534/1/Miguel%20Vieira.pdf>

61-75. Fonte: Fotografias da autora

76-84. Fonte: Fotografias da autora

85. Rua de Miragaia, 1907. Fonte: <https://www.facebook.com/PortoDesaparecido/photos/a.1005993929455809/5119181511470343/>

86. Rua de Miragaia, 2022. Fonte: Fotografia da autora

87. Alçado rua de Miragaia - pré-existência. Fonte: Elaborado pela autora

88,89,90. Fonte: <https://www.google.com/maps>

91,92,93. Fonte: <http://menosemais.com/conteudo/miragaia>

94. Fachada principal. Fonte: Fotografia da autora

95. Esquema de volumes. Fonte: Elaborado pela autora

96,97,98. Fonte: <http://menosemais.com/conteudo/miragaia>

99. Galeria de acessos- vista superior. Fonte: <https://www.facebook.com/oportosa/photos/1621536928012195/>

100. Galeria de acessos - vista inferior. Fonte: <http://menosemais.com/conteudo/miragaia>

101,102,103. Fonte: Desenhos elaborados pela autora a partir dos documentos cedidos pelo gabinete Mém

104. Volumes frontais e tardoz. Fonte: <https://www.facebook.com/oportosa/photos/189090557741996/>

105. Esquema-síntese da parcela. Fonte: Desenho elaborado pela autora

106. Separação da escada na casa mercantil. Fonte: Esquema elaborado pela autora a partir de Fernandes, 1999

107. Esboço síntese da parcela. Fonte: Desenho elaborado pela autora

108. Alçado rua do Bonjardim, pré-existência. Fonte: Desenho elaborado pela autora

109. Perfil longitudinal - vermelhos e amarelos. Fonte: Desenho elaborado pela autora a partir dos documentos cedidos pelo gabinete PFAS

110. Render da fachada principal. Fonte: PFAS

111. Fachada principal, 2014 (pré-existência). Fonte: <https://www.google.com/maps>

112. Recuperação da fachada tardoz. Fonte: PFAS

113,114,115. Fonte: Desenhos elaborados pela autora a partir dos documentos cedidos pelo gabinete PFAS

116. Esboço da separação dos volumes. Fonte: Desenho elaborado pela autora

117. Armazém Luxury Housing - pátio interior. Fonte: <https://pedraliquida.com/193.2-Armaz%C3%A9m%20Luxury%20Housing>

118. Colmatção com o prédio vizinho. Fonte: PFAS

119. Perfil transversal pelo ponto de quebra dos volumes. Fonte: Desenho elaborado pela autora a partir dos documentos cedidos pelo gabinete PFAS

120,121. Fonte: PFAS

122. Plantas do projeto. Fonte: Desenho elaborado pela autora a partir dos documentos cedidos pelo gabinete PFAS

123,124,125. Fonte: PFAS

126. Perfil longitudinal. Fonte: Desenho elaborado pela autora a partir dos documentos cedidos pelo gabinete PFAS

127. Perfil longitudinal - núcleo de escadas. Desenho elaborado pela autora

128,129. Fachada principal. Fonte: Fotografias da autora

130. Rua das Valas, 1825. Fonte: AGCMP. Disponível em <https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/332027/?q=Sampaio%2C+1825>

131. Rua de N. Sra. de Fátima, Planta de Telles Ferreira 1892. Fonte: AGCMP. Disponível em <https://mipweb.cm-porto.pt/MuniSIG/MuniSIGViewer/>

132. Plano para o prolongamento da rua das Valas, 1835. Fonte: AGCMP. Disponível em <https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/333541/?q=rua+das+valas>

133. Imagem aérea rua de N. Sra. de Fátima, 1958. Fonte: AGCMP. Disponível em <https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/852704/?=rua+nossa+senhora+de+f%C3%A1tima+1958>

134. Alçado rua de N. Sra. de Fátima, pré-existente. Fonte: Elaborado pela autora

135. Rua de N. Sra. de Fátima, 1968. Fonte: CMPorto (1968). Licença no 188/68, rua de Nossa Senhora de Fátima 379. Porto: AGCMP

136. Rua de N. Sra. de Fátima, 2014. Fonte: <https://www.google.com/maps>

137, 138. Fonte: Desenhos elaborados pela autora a partir dos documentos cedidos pelo gabinete PMPG

139. Distribuição programática dos nos 369 e 373. Fonte: Elaborado pela autora

140. Planta piso tipo. Fonte: Desenho elaborado pela autora a partir dos documentos cedidos pelo gabinete PMPG

141. Fogos T0 forntais. Fonte: PMPG

142. Perfis longitudinais do edifício em estudo e do modelo burguês liberal- núcleo central. Fonte: Elaborado pela autora

143. Fachada principal. Fonte: Fotografia da autora

144-153. Fonte: PMPG

154. Plantas do projeto. Fonte: Desenhos elaborados pela autora a partir dos documentos cedidos pelo gabinete PMPG

ANEXOS

Índice de anexos

ANEXO 1 | Barra cronológica da história da cidade do Porto

ANEXO 2 | Dados estatísticos

ANEXO 3 | Projeto edifício na rua de Miragaia nº 152, Menos é Mais Arquitetos

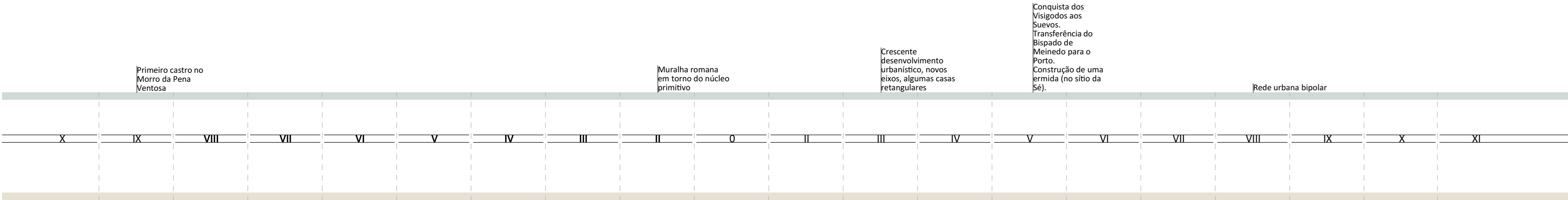
ANEXO 4 | Projeto edifício na rua do Bonjardim nº 470, Pedro Ferreira Arch. Studio

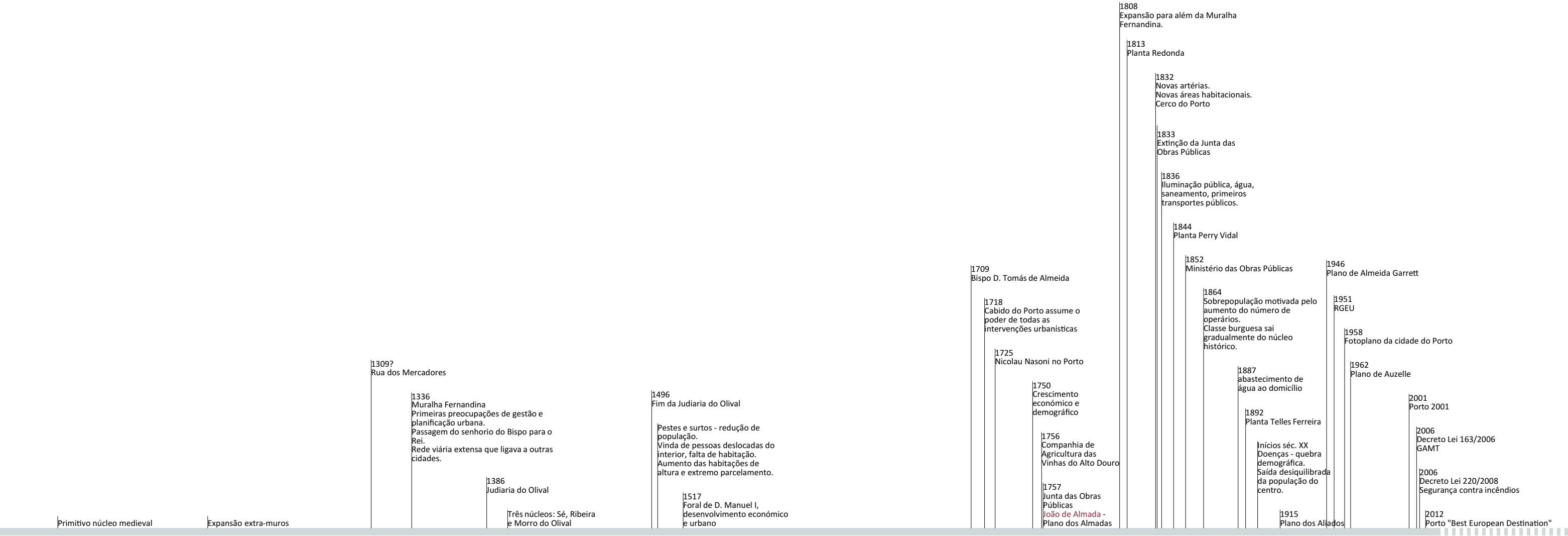
ANEXO 5 | Projeto edifício na rua Nossa Sra. de Fátima nº 373, PMPG Arquitetos

ANEXO 6 | Edifício na rua Nossa Sra. de Fátima nº 369

ANEXO 1 | Barra cronológica da história da cidade do Porto

- acontecimentos
- construções





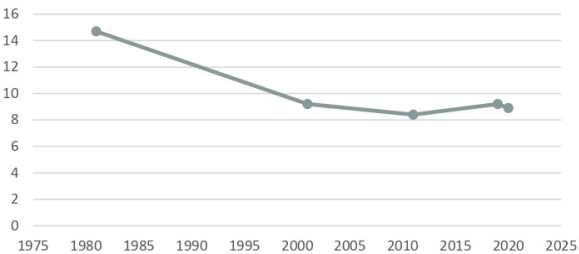
XII XIII XIV XV XVI XVII XVIII XIX XX XXI



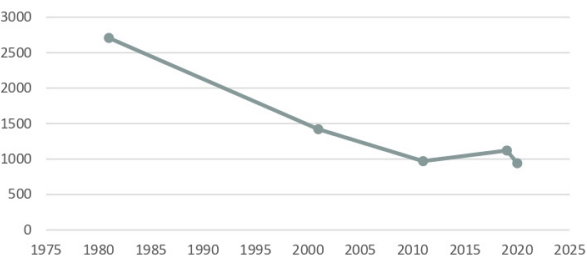
ANEXO 2 | Dados estatísticos

Fonte: FFMS. (2022). *Ambiente de Consulta*. Lisboa: PORDATA. Consultado a 22 fevereiro 2022.
Disponível em <https://www.pordata.pt/DB/Ambiente+de+Consulta/Nova+Consulta>

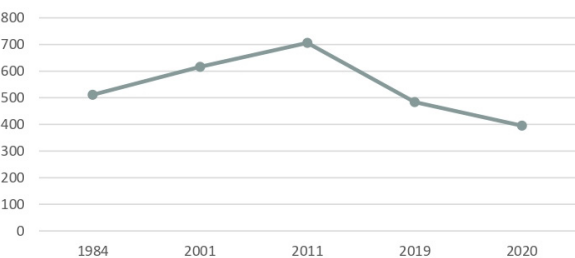
Taxa bruta de natalidade na cidade do Porto (%)



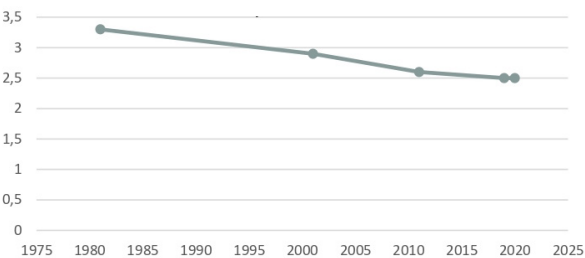
Número de casamentos na cidade do Porto



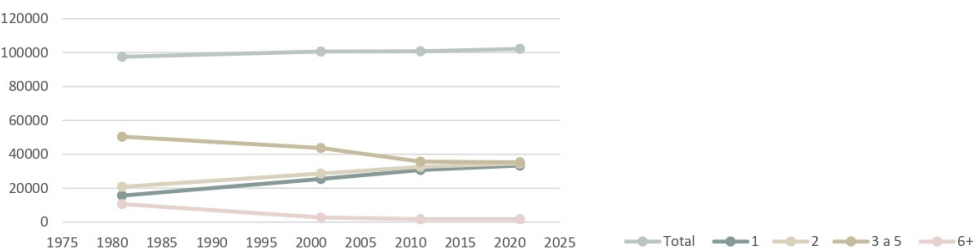
Número de divórcios na cidade do Porto



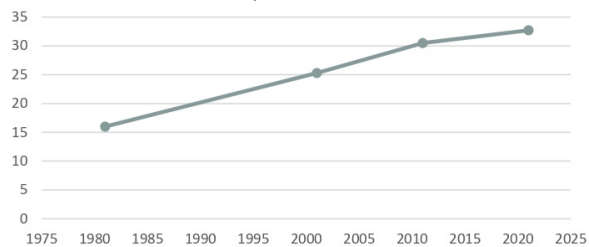
Dimensão média dos agregados domésticos privados na cidade do Porto



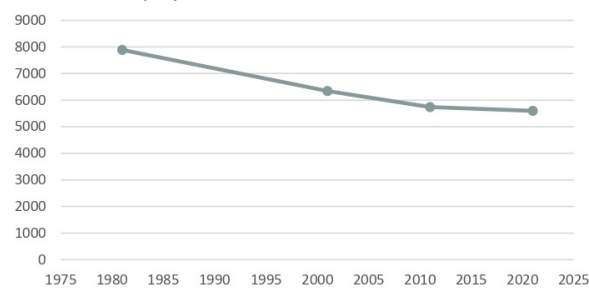
Famílias clássicas por número de indivíduos na cidade do Porto



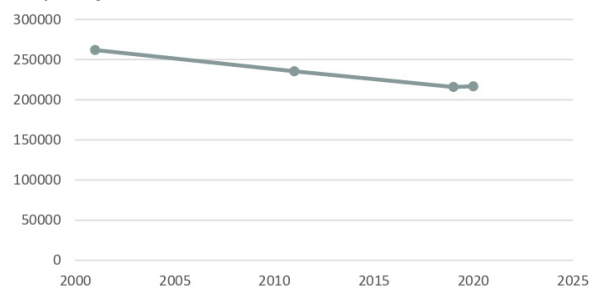
Famílias clássicas unipessoais na cidade do Porto (%)



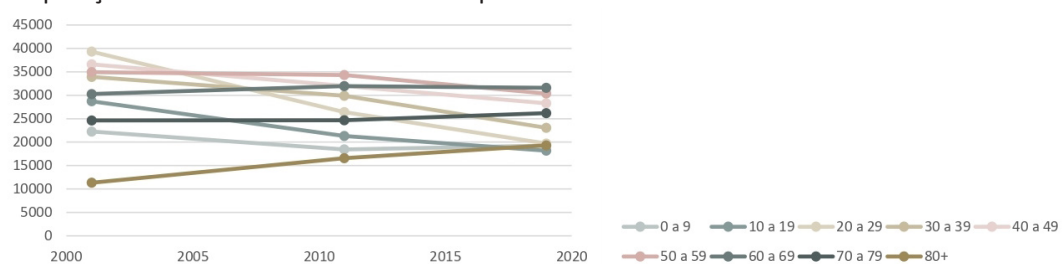
Densidade populacional na cidade do Porto (nº médio de indivíduos/km²)



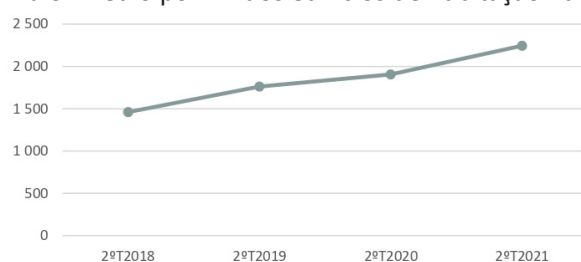
População residente na cidade do Porto



População residente na cidade do Porto por faixas etárias

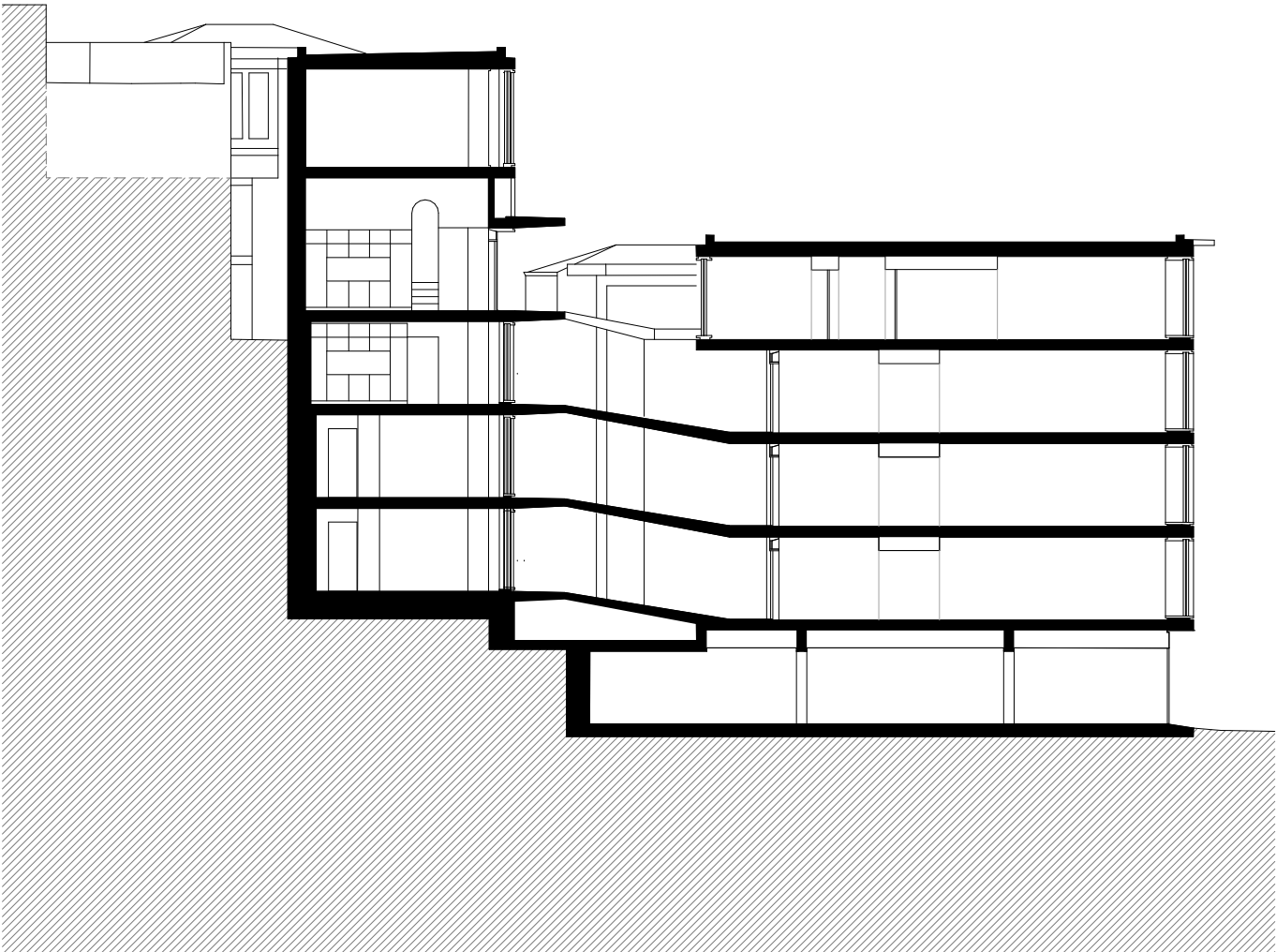


Valor médio por m² dos edifícios de habitação na cidade Porto (€/m²)



ANEXO 3 | Projeto edifício na rua de Miragaia nº 152,
Menos é Mais Arquitetos

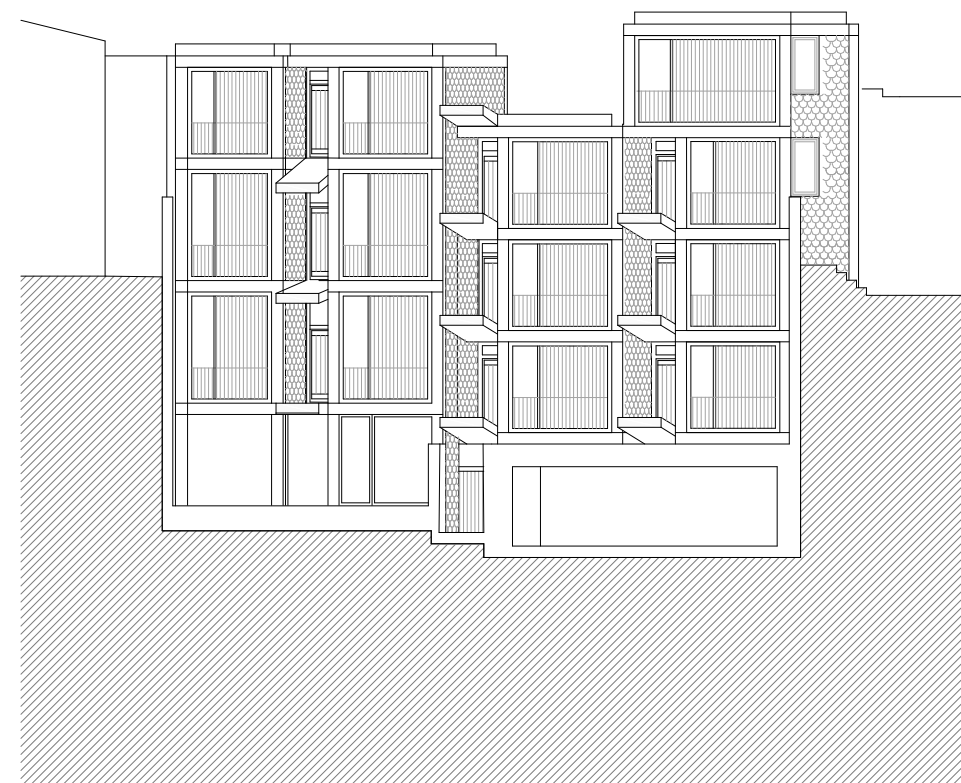
Fonte: Desenhos realizados pela autora com base nos documentos cedidos pelo gabinete



perfil longitudinal



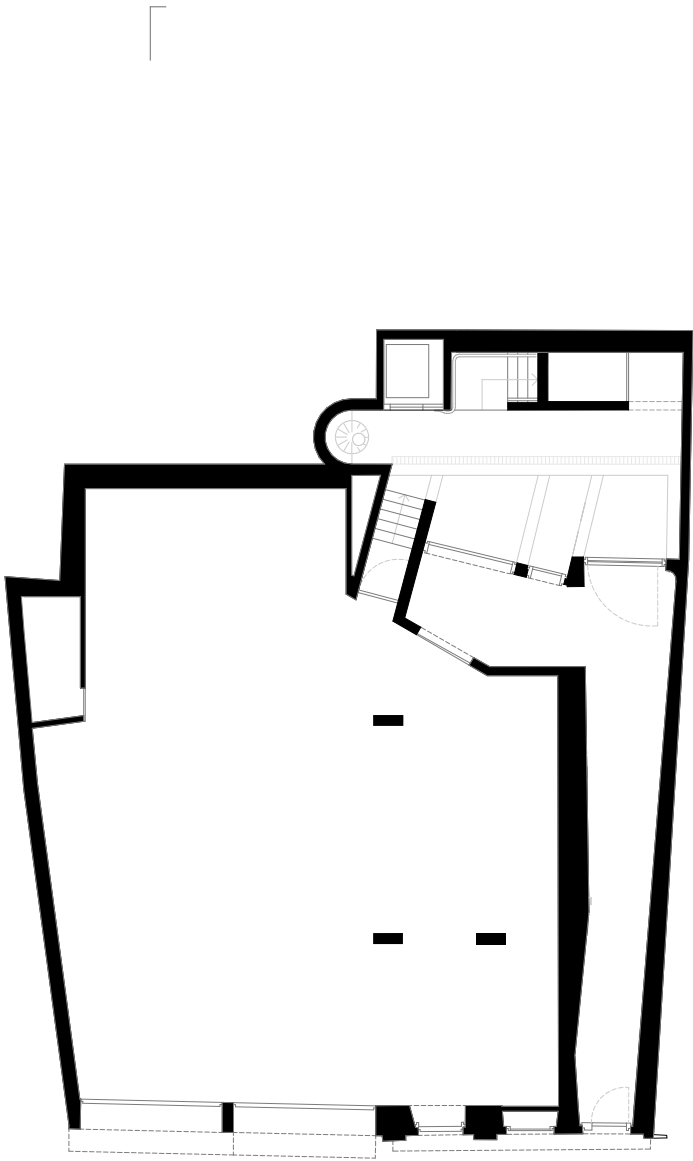
alçado frontal



alçado tardoz

ANEXO 3 | Projeto edifício na rua de Miragaia nº 152,
Menos é Mais Arquitetos

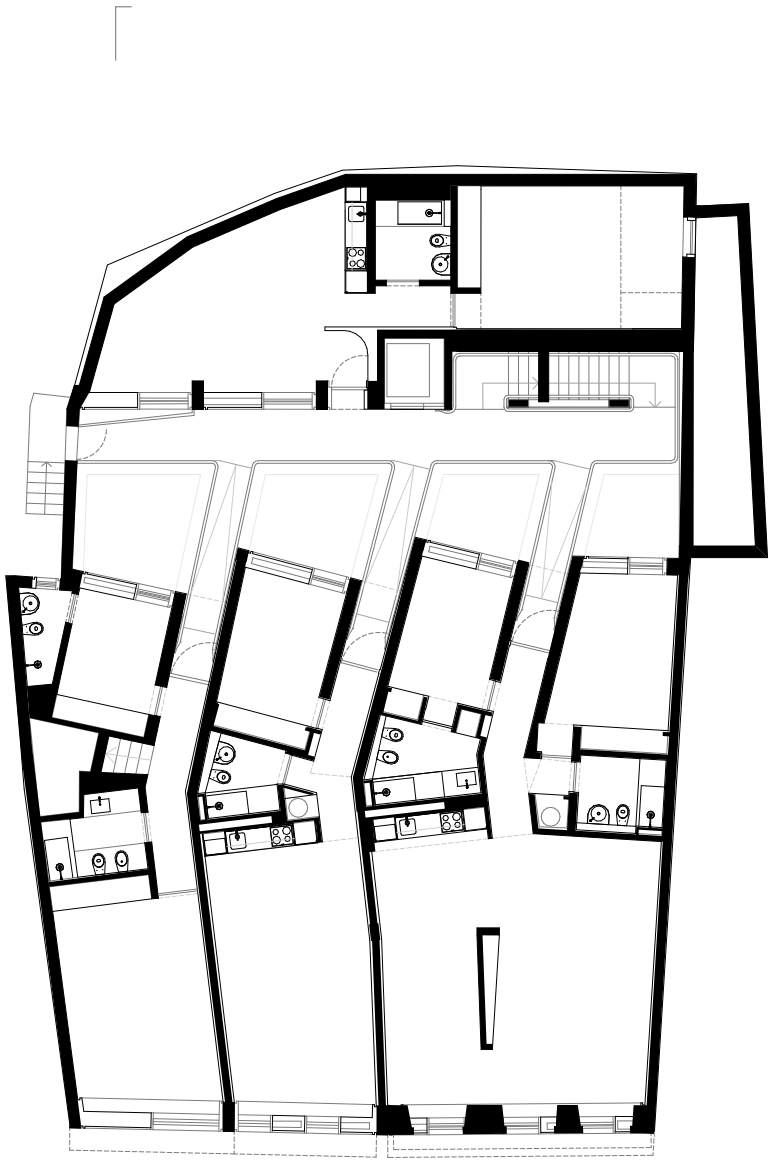
Fonte: Desenhos realizados pela autora com base nos documentos cedidos pelo gabinete



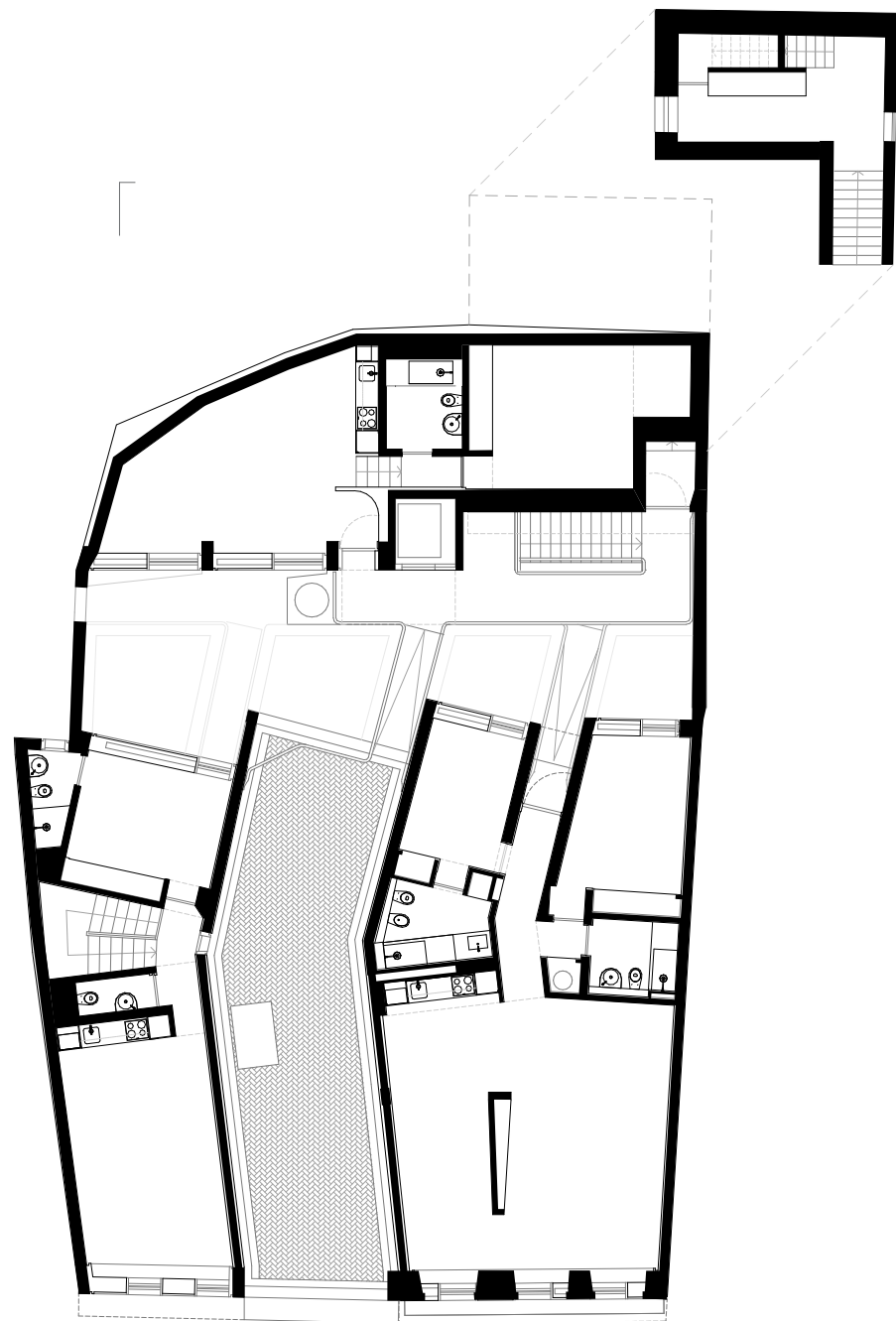
planta piso r/c



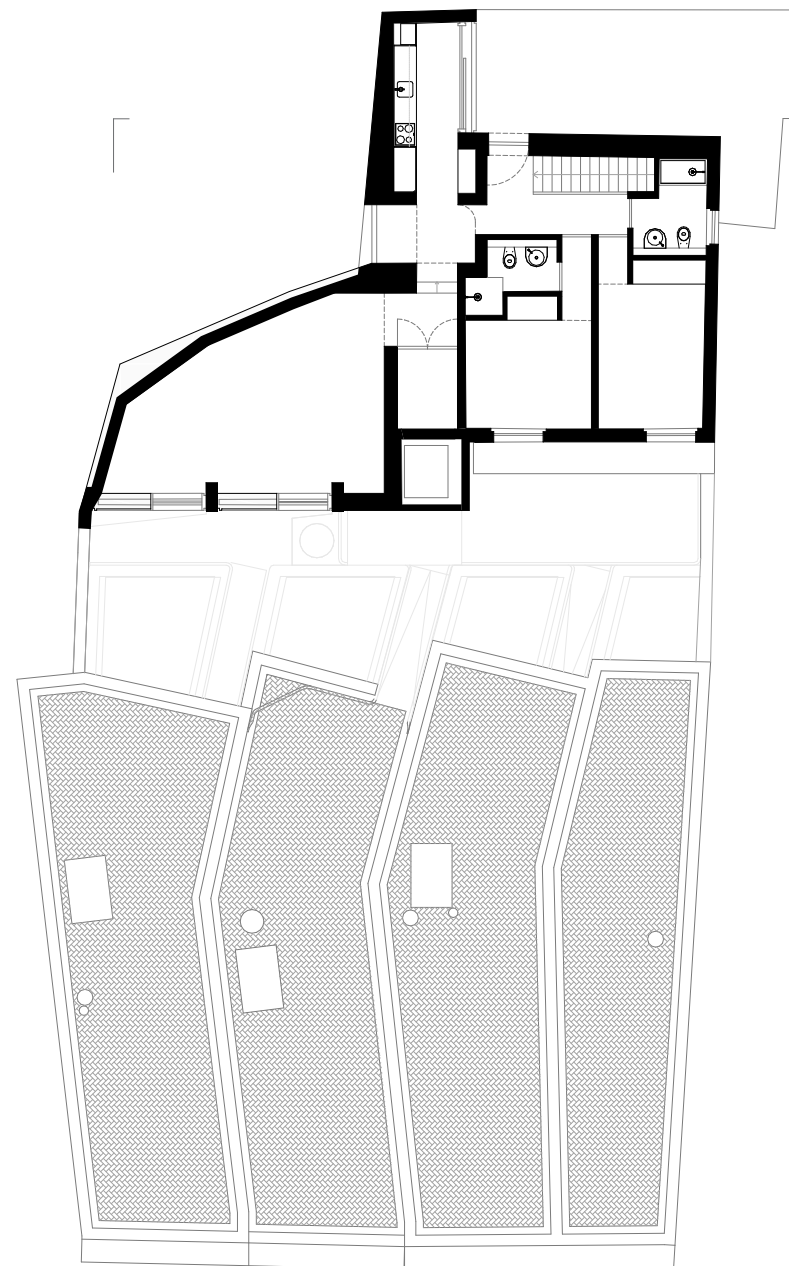
planta piso 1 e 2



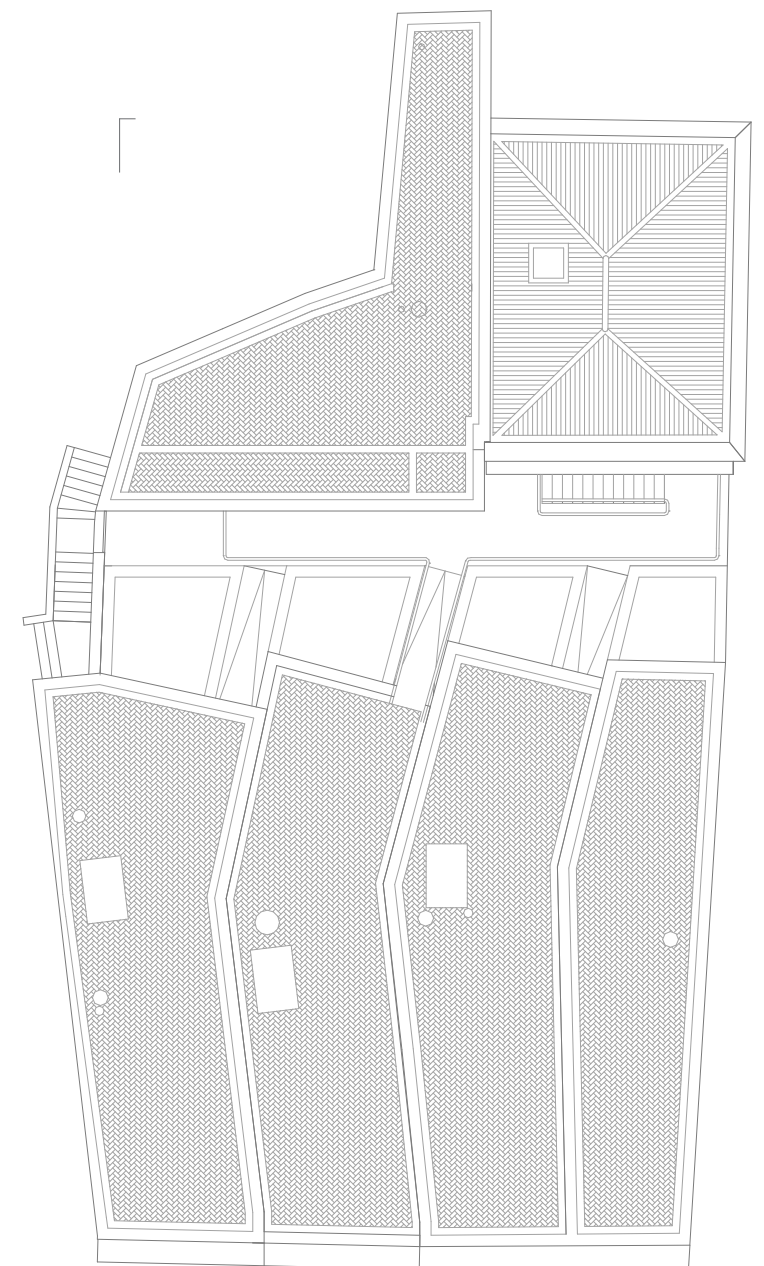
planta piso 3



planta piso 4



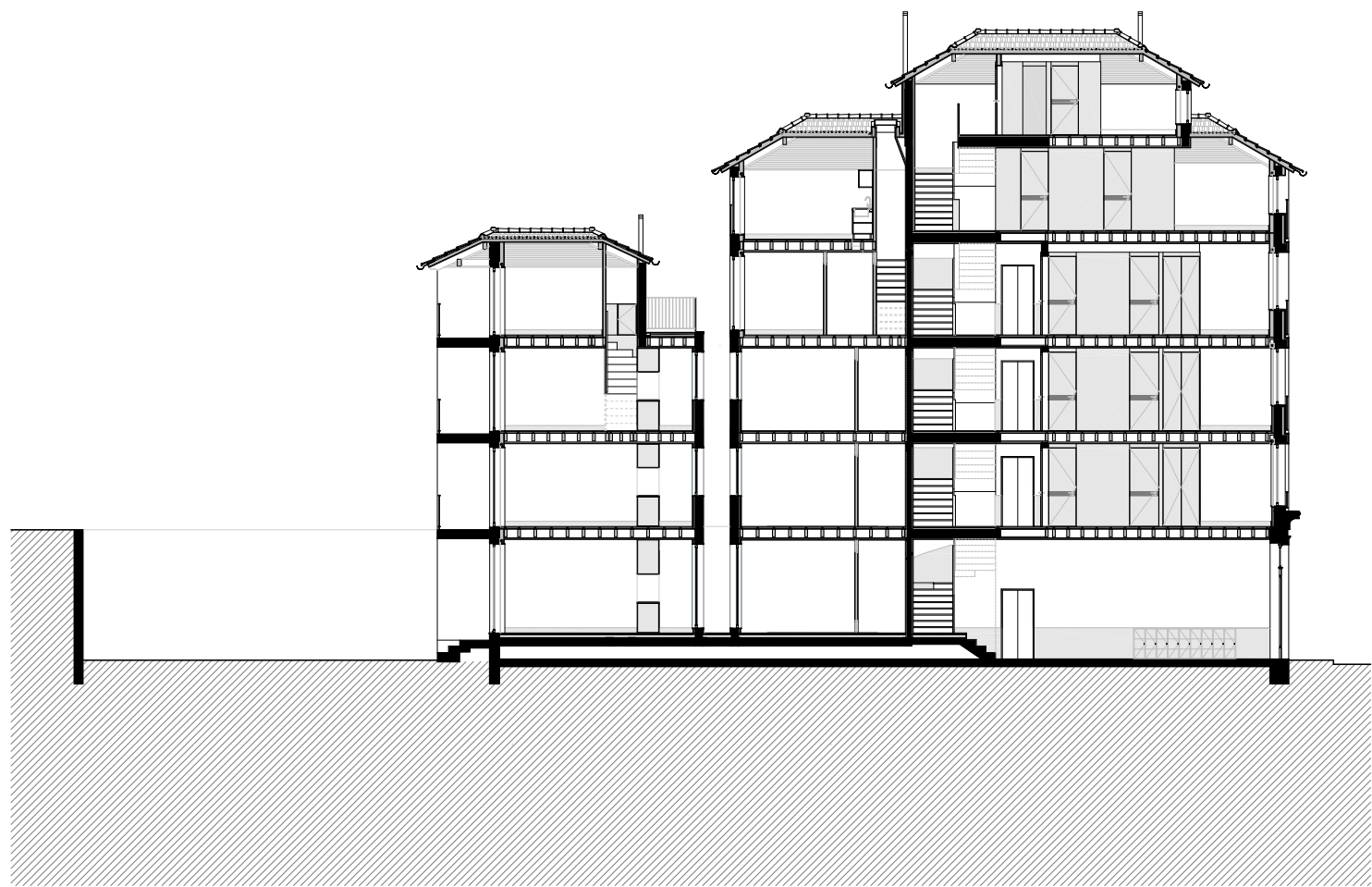
planta piso 5



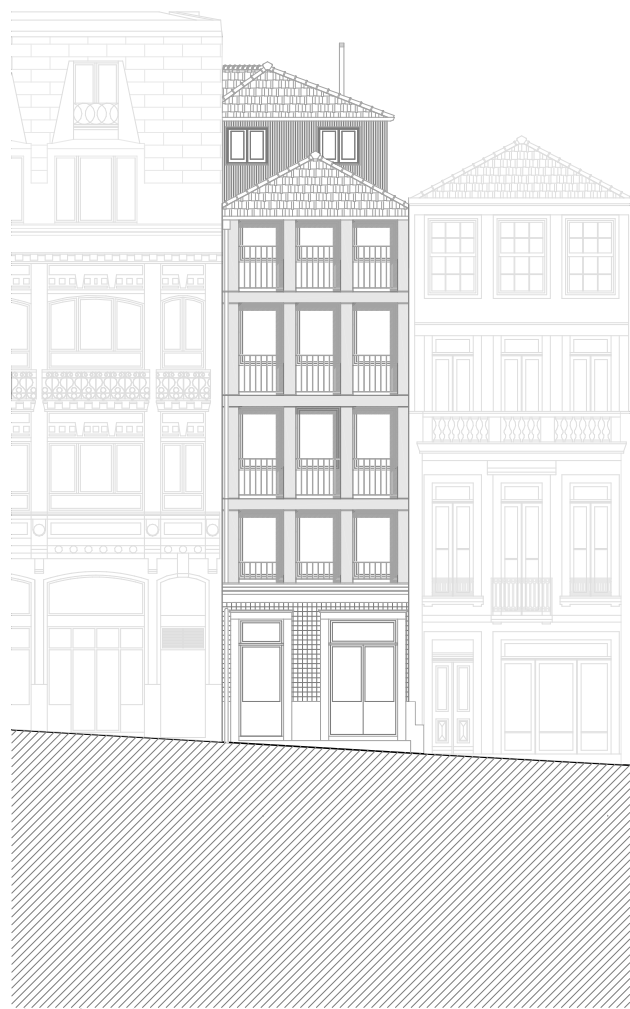
planta cobertura

ANEXO 4 | Projeto edifício na rua do Bonjardim nº 470,
Pedro Ferreira Architecture Studio

Fonte: Desenhos realizados pela autora com base nos documentos cedidos pelo gabinete



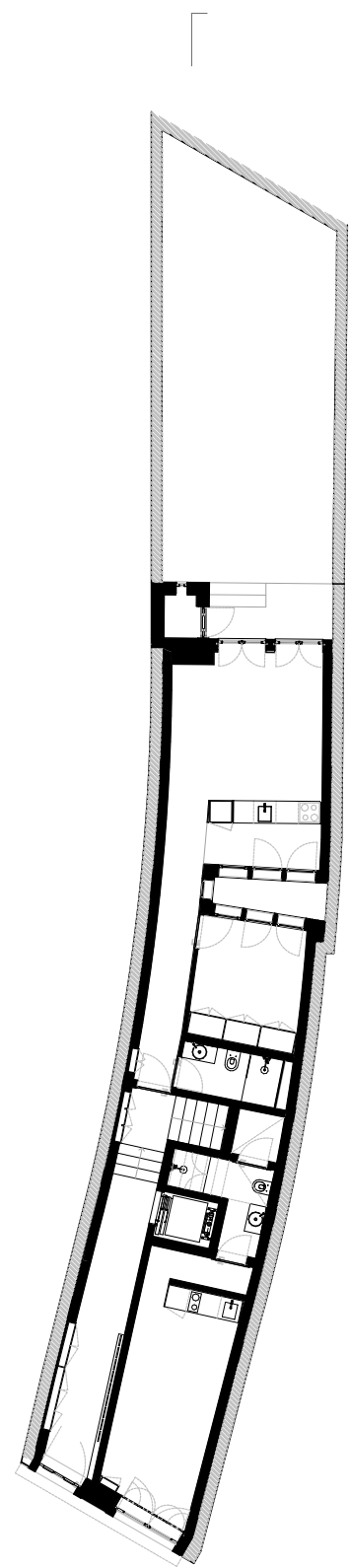
perfil longitudinal



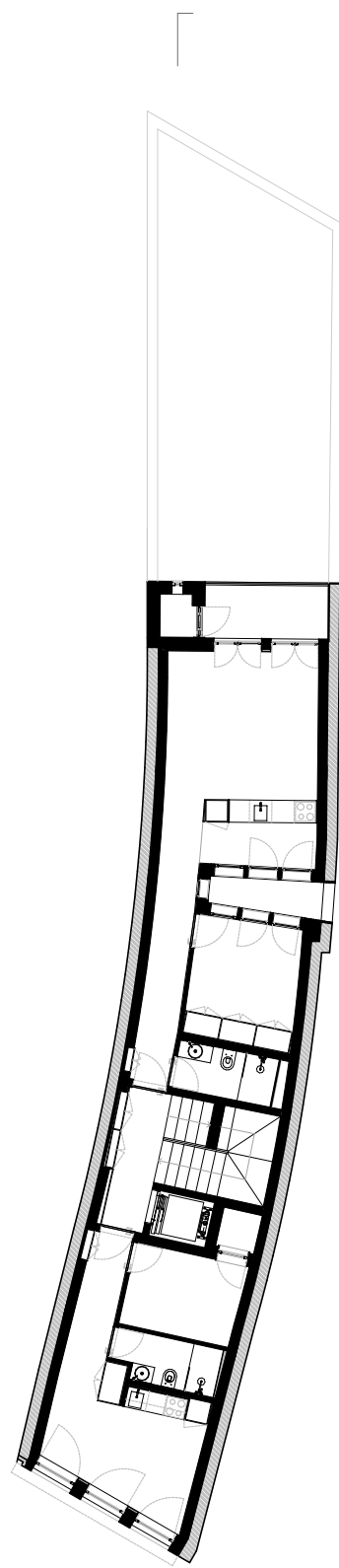
alçado frontal



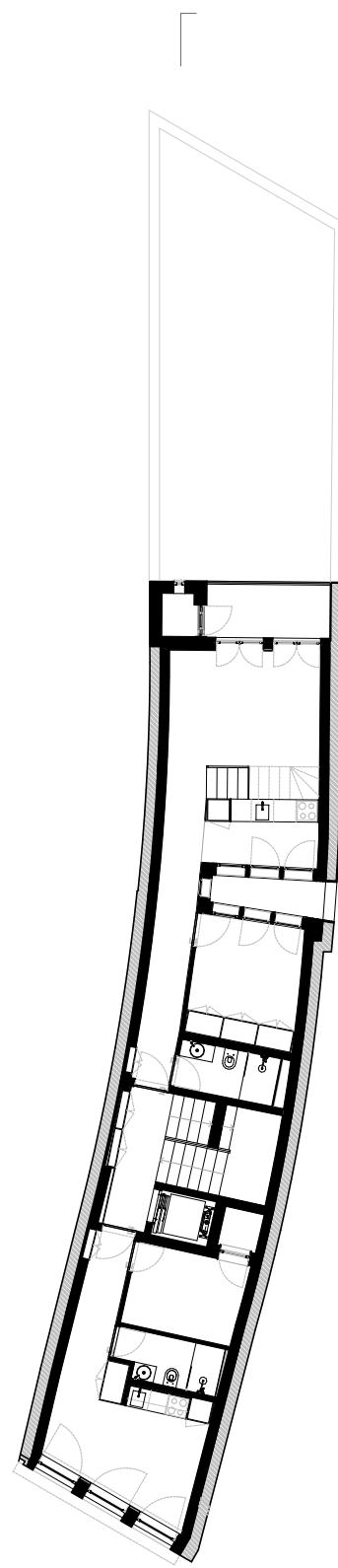
alçado tardoz



planta piso r/c



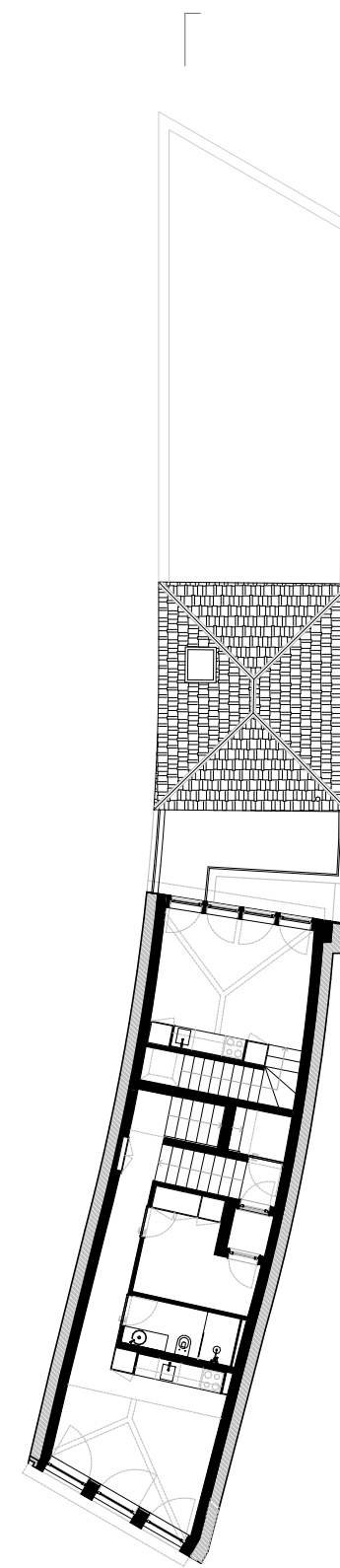
planta piso 1



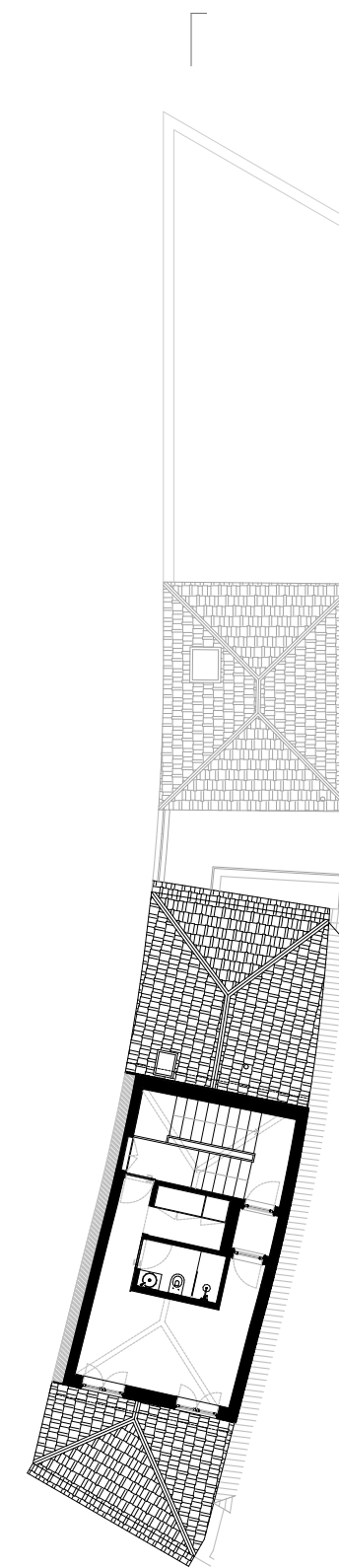
planta piso 2



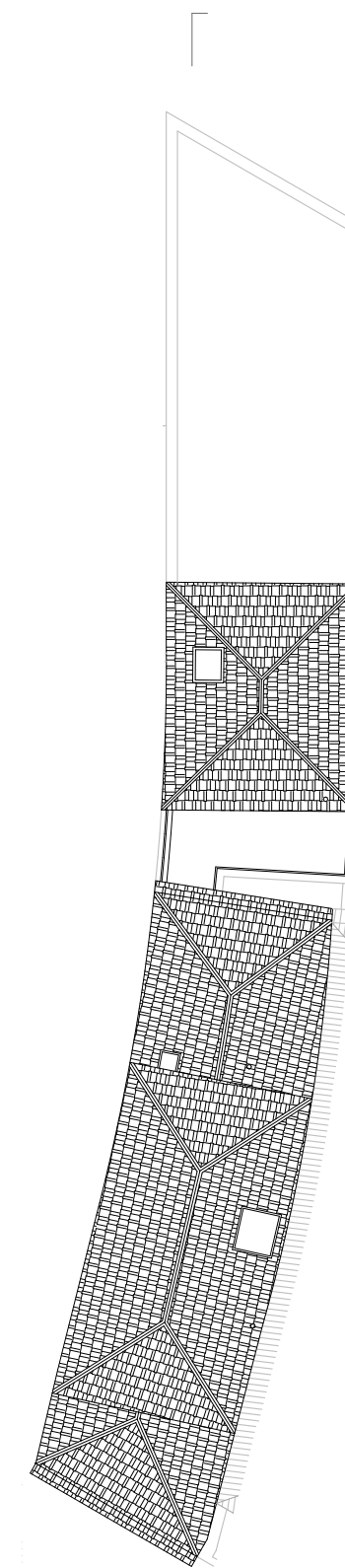
planta piso 3



planta piso 4



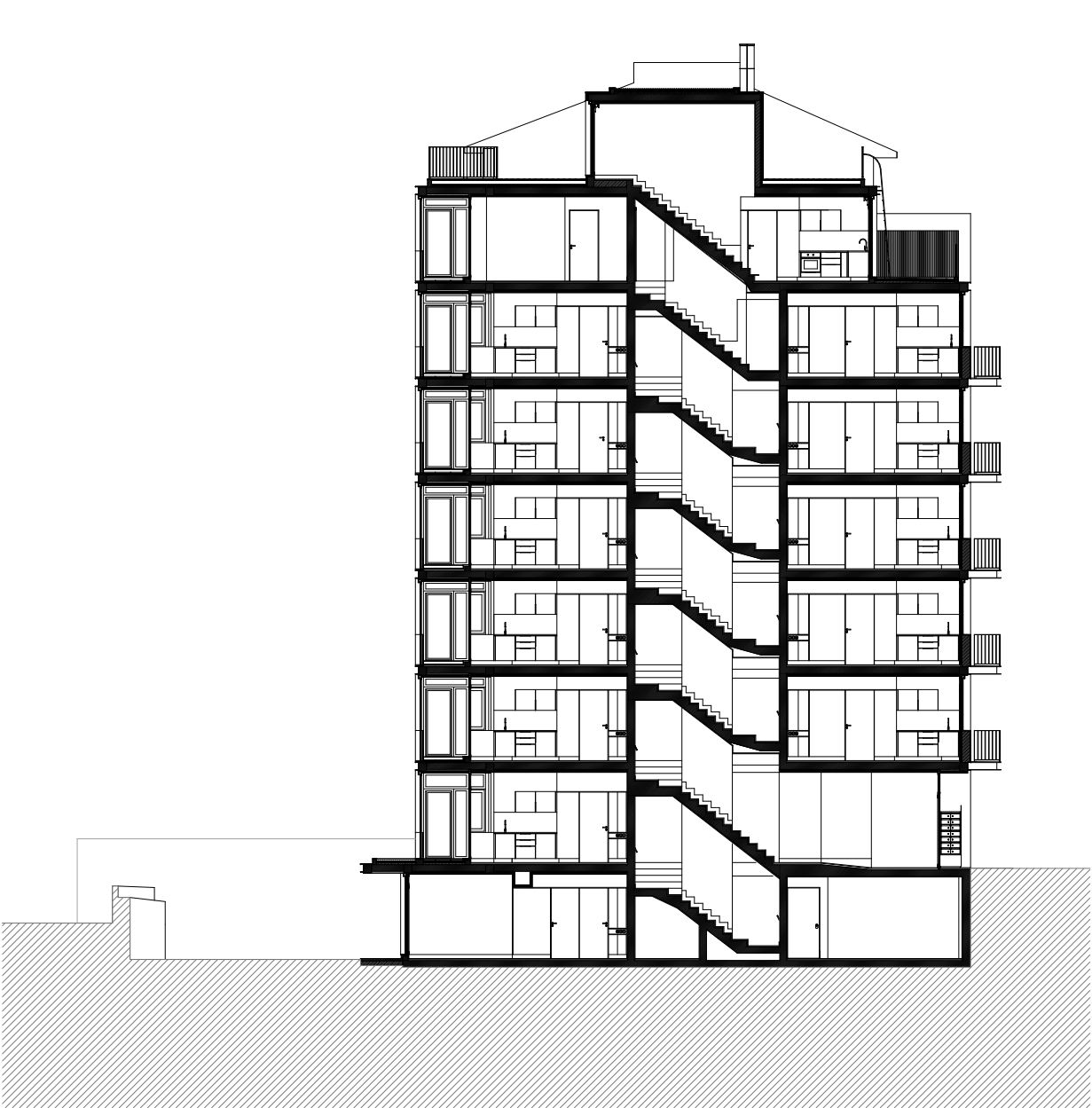
planta piso 5



planta cobertura

ANEXO 5 | Projeto edifício na rua Nossa Senhora de Fátima nº 373,
Pedro Mosca & Pedro Gonçalves Arquitetos

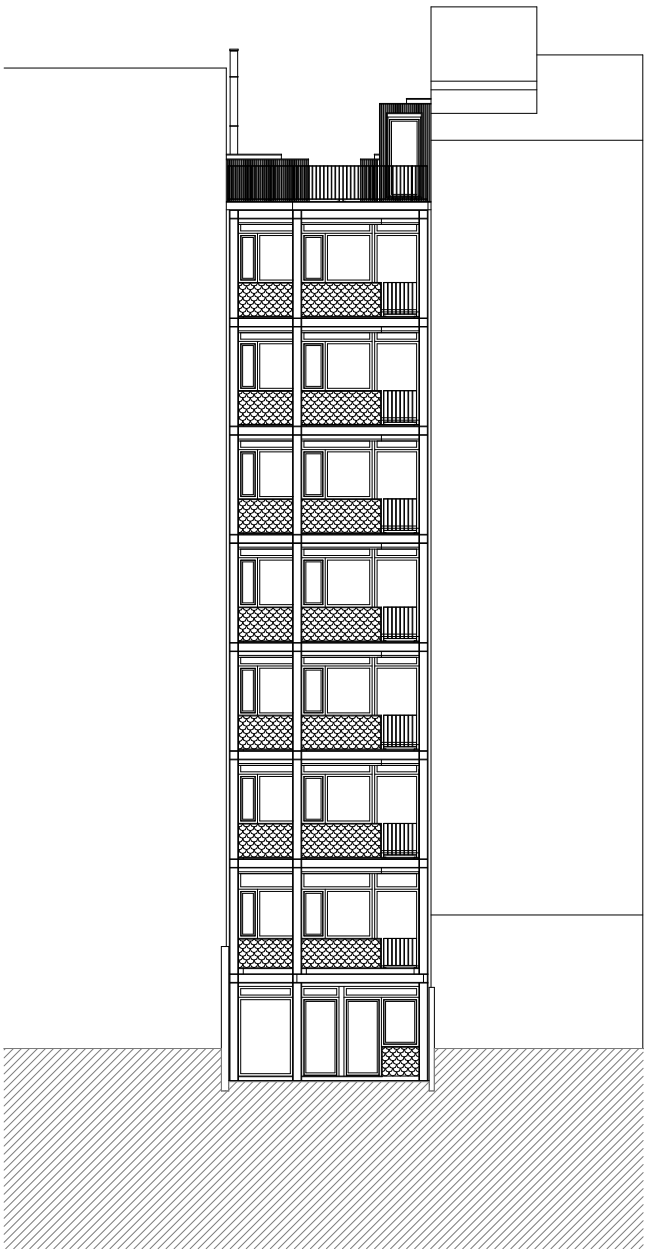
Fonte: Desenhos realizados pela autora com base nos documentos cedidos pelo gabinete



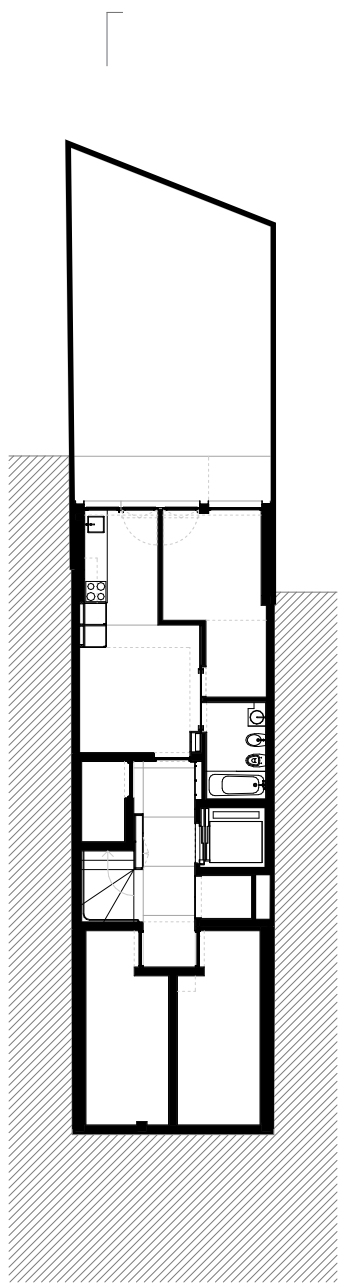
perfil longitudinal



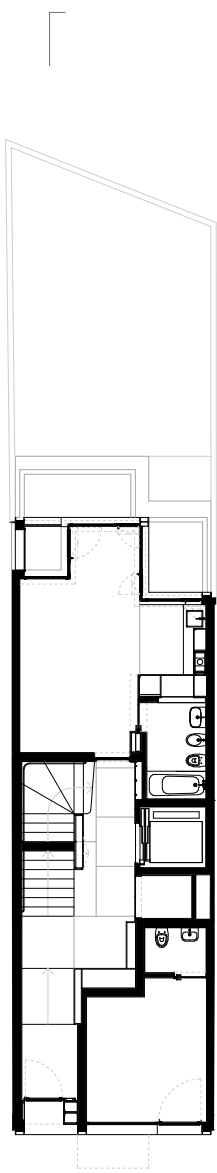
alçado frontal



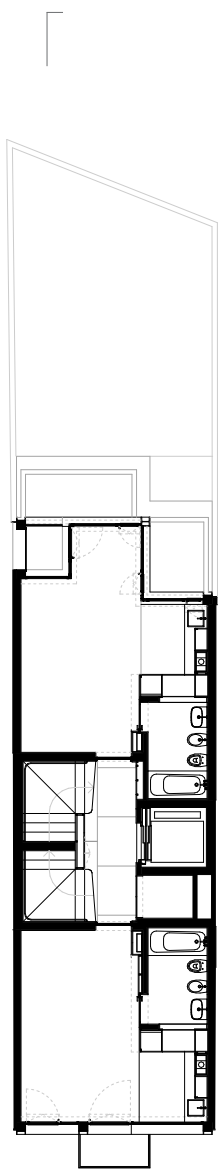
alçado tardoz



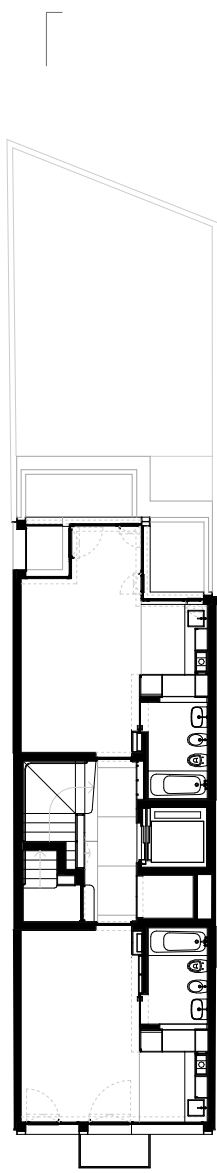
planta piso -1



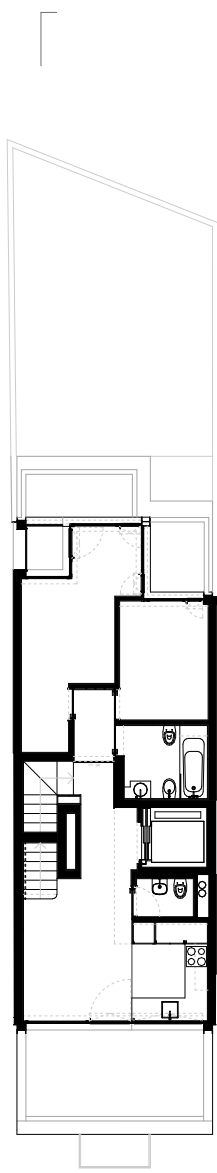
planta piso r/c



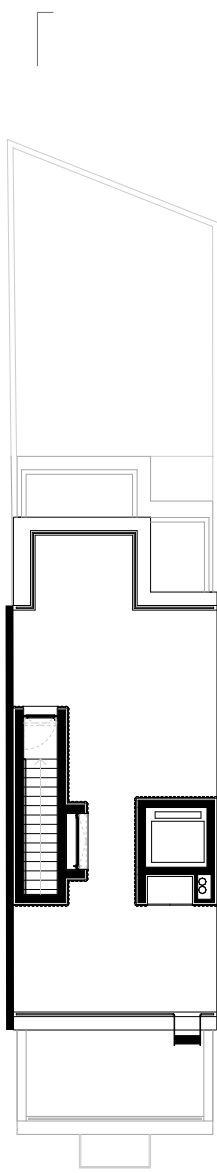
planta pisos 1, 2, 3 e 4



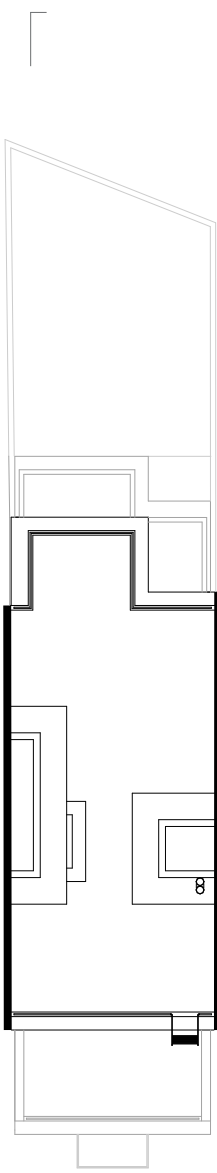
planta piso 5



planta piso 6



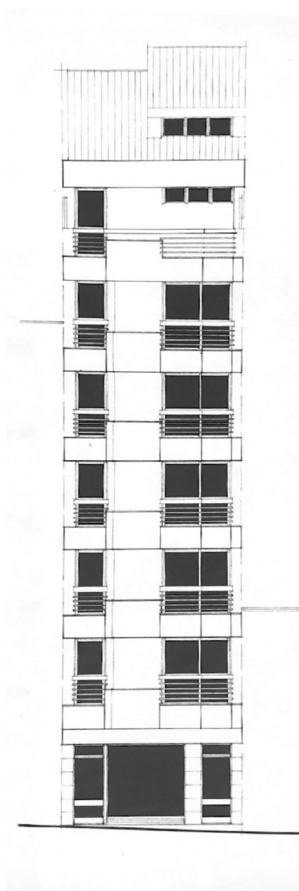
planta piso 7



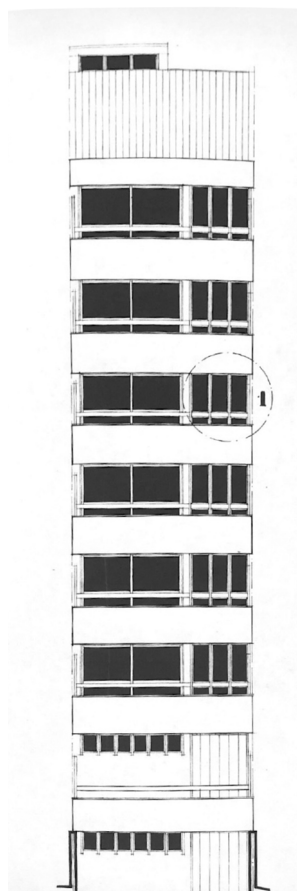
planta cobertura

ANEXO 6 | Edifício na rua Nossa Senhora de Fátima nº 369,

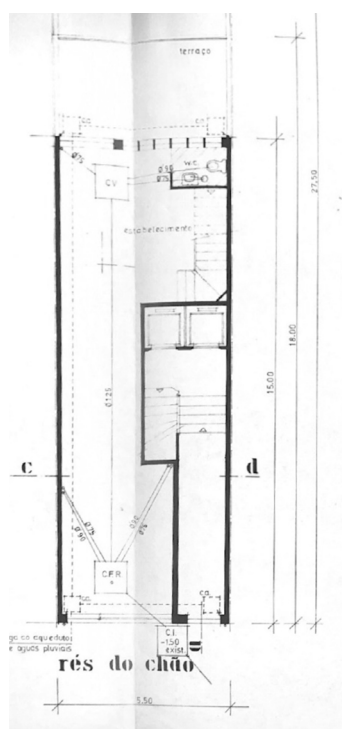
Fonte: CMPorto. (1989). Licença nº 57/1989, rua Nossa Senhora de Fátima 367-369. Porto: AGCMP



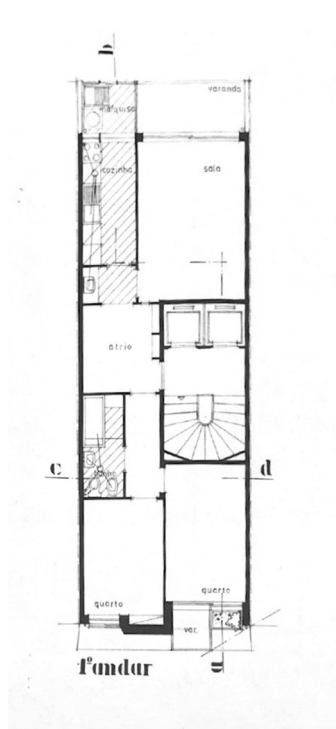
alçado principal



alçado tardoz



planta piso r/c



planta piso tipo

A prova pública realizou-se no dia 14 de julho de 2022, sendo a mesa do júri composta pela Presidente, Professora Doutora Marta Rocha Moreira, a Arguente, Professora Doutora Ana Isabel da Costa e Silva e pela Orientadora, Professora Doutora Maria Clara de Carvalho Pimenta do Vale.

O júri atribuiu a classificação final de 18 (dezoito) valores.

**Projetar no lote estreito portuense:
Desafios da habitação plurifamiliar**

Filipa Lage Henriques

FACULDADE DE ARQUITETURA

